

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

JAQUELINE MARTINHO DOS SANTOS

***Palmares: o mito bandeirista no romance esquecido de
Joaquim de Paula Souza (1833-1887)***

**São Paulo
2020**

JAQUELINE MARTINHO DOS SANTOS

Palmares: o mito bandeirista no romance esquecido de Joaquim de Paula Souza
(1833-1887)

Versão original

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Elias Thomé Saliba

São Paulo

2020

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237p

Santos, Jaqueline Martinho dos

Palmares: o mito bandeirista no romance esquecido

de Joaquim de Paula Souza (1833-1887) / Jaqueline Martinho dos

Santos ; orientador Elias Thomé Saliba. - São

Paulo, 2020.

142 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas da Universidade de São

Paulo. Departamento de História. Área de concentração:

História Social.

1. Literatura paulista . 2. Mito bandeirista. 3.

Escravidão . 4. Teorias raciais. I. Saliba, Elias

Thomé , orient. II. Título.

SANTOS, J. M. *Palmares: o mito bandeirista no romance esquecido de Joaquim de Paula Souza (1833-1887)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

RESUMO

As obras literárias como fonte para a pesquisa histórica cada vez mais têm ganhado a atenção de historiadores contemporâneos, embora sua utilização em trabalhos historiográficos exija certos cuidados – dado seu caráter intrínseco de produto da imaginação – para evitar reducionismos e anacronismos. No entanto, apesar dos desafios que representa sua análise, por meio da literatura é possível refletir sobre a sociedade e o contexto em que se deu sua produção e circulação e verificar algumas das questões com as quais se debateram os homens que a produziram e a consumiram. Neste sentido, *Palmares*, de Joaquim de Paula Souza (1833-1887), mesmo tendo buscado evocar o tempo colonial, especificamente o estilo de vida dos paulistas do século XVII e a luta que deu fim ao quilombo dos Palmares, estabelece um profundo diálogo com os anos de 1880, quando foi publicado inicialmente em folhetim e, mais tarde, em livro. Nessa época, dentro do contexto intelectual paulista, ressurgia um movimento nas artes, na literatura e na historiografia de exaltação da figura dos bandeirantes oriundos de São Paulo – movimento esse iniciado pelos historiadores do século XVIII Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus –, mas retomado em um momento no qual a província desenvolvia-se com a economia cafeeira. Em âmbito nacional, o Brasil presenciava o recrudescimento do abolicionismo e a chegada das teorias científicas que procuravam explicar as diferenças entre as raças humanas e classificar os diferentes povos entre os mais ou menos desenvolvidos, mirando a cultura europeia como modelo de civilização e de progresso. Joaquim de Paula Souza – médico, fazendeiro e membro de uma das mais importantes famílias paulistas proveniente da cidade de Itu –, não esteve alheio a esses acontecimentos, conforme é possível perceber por meio da leitura de *Palmares*. Assim, esta pesquisa teve como intuito investigar de que maneira a escravidão e a abolição foram retratadas nesse romance, bem como examinar a imagem do paulista, do negro, dos indígenas e dos mestiços construída nela. Além disso, objetivou-se trazer novamente à luz uma obra que não teve grande acolhimento do público-leitor no momento e após sua publicação, mas cujo estudo pode contribuir para o conhecimento da literatura paulista, antes do estabelecimento da hegemonia cultural do Estado de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Literatura paulista; Mito bandeirista; Escravidão; Teorias raciais.

ABSTRACT

Literary works as a source for historical research are increasingly gaining the attention of contemporary historians, although their use in historiographic works requires certain precautions - given their intrinsic character as a product of the imagination - to avoid reductionisms and anachronisms. However, despite the challenges that its analysis represents, through the literature it is possible to reflect on society and the context in which its production and circulation took place and to verify some of the issues faced by the men who produced and consumed it. In this sense, *Palmares*, by Joaquim de Paula Souza (1833-1887), despite its intention to evoke colonial time, specifically the lifestyle of the 17th century paulistas and the struggle that ended the quilombo dos Palmares, establishes a deep dialogue with the 1880s, when it was first published as a feuilleton and later as a book. At that time, within the intellectual context of São Paulo, a movement arose in the arts, literature and historiography based on exaltation of the figure of the bandeirantes from São Paulo - a movement initiated by 18th century historians Pedro Taques and Frei Gaspar da Madre de Deus -, but retaken at a time when the province was developing with the coffee economy. At the national level, Brazil witnessed the resurgence of abolitionism and the arrival of scientific theories that sought to explain the differences between human races and to classify different peoples among the more or less developed ones, looking at European culture as a model of civilization and progress. Joaquim de Paula Souza - doctor, farmer and member of one of the most important paulista families from the city of Itu - was not unaware of these events, as can be seen from reading *Palmares*. Thus, this research aimed to investigate how slavery and abolition were portrayed in this novel, as well as examining the image of the paulista, the black, the indigenous and the mestizos built on it. In addition, the objective was to bring back to light a work that did not receive a great reception from the reading public at the time and after its publication, but whose study may contribute to the knowledge of São Paulo literature, before the establishment of the cultural hegemony of the State of São Paulo, in the first decades of the 20th century.

Keywords: São Paulo literature; Bandeirista myth; Slavery; Racial theories.

AGRADECIMENTOS

Neste final de pesquisa, realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), inicio meu agradecimento ao professor Elias Saliba, querido, de quem tive o prazer de ser orientanda e com quem espero ainda compartilhar muitos caminhos por esta longuíssima estrada, para mim sem retorno, da academia. Pela orientação e ensinamentos que recebi; pelos muitos “causos” cômicos (melhores do que Rivotril para diminuir a ansiedade); pela compreensão; pela solicitude de sempre e pelos livros doados e emprestados (a devolver).

À Patrícia Raffaini e ao Leandro Almeida, que participaram do exame de qualificação e muito contribuíram para o fechamento do tema desta pesquisa.

À professora Maria Luiza Tucci Carneiro, a quem agradeço pela acolhida carinhosa, em 2019, no Projeto Arqshoah e no Laboratório de Etnicidade Racismos e Discriminação da Universidade de São Paulo (LEER-USP), onde tive o prazer de conhecer Rachel Mizrahi, Esther Neistein, Leonardo Vaccaro, Raíssa Alonso, Laura Lemmi Di Natale, Pedro Marques e Rebeca Moura, uma equipe maravilhosa de pesquisadores e amigos com quem aprendo a cada dia.

À professora Zeila Demartini, do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da Universidade de São Paulo (CERU-USP), pelas muitas conversas, conselhos, chás compartilhados, cafés, broinhas, encontros do CERU... Aos amigos Thaíse Satiro, Issaka, Lilian e Ana Clara, que herdei desse centro de estudos.

Aos amigos e ex-colegas do trabalho das editoras SM, Somos Educação e FTD – a alguns agradeço pela indicação de trabalhos *freelas*, que muito ajudaram nos momentos de aperto financeiro; a todos pela amizade e pelo compartilhamento de experiências nesse “mundinho” editorial, onde velhos conhecidos se esbarram a todo o momento.

Aos amigos Caio do Valle e Bruna Souza, com quem, desde o projeto, venho compartilhando as angústias, e também emoções, da pós-graduação. Aos amigos que vieram depois, mas que por isso não são menos importantes: Cíntia Medina e Simone Ferreira – pupilas do mesmo orientador; querida Leda Botton, Thiago Folador, Pedro Lotti e Dayane Soares. Ao Júlio César Conejo; Daniel Rezende, Luís Carlos Seixas e Jackeline Kanarski, agradeço pelos cafés “ofertados” e pelas conversas extremamente (im)produtivas, sem as quais minhas tardes na USP não seriam tão ensolaradas. Aos muitos amigos que a memória falha e a brevidade dessas linhas me impediram de mencionar.

Aos irmãos que a vida me ofertou, Alexander Barutti, Ariadne Martins – caríssima que sempre me presenteia com um bom livro, e com os quais já estou quase montando uma biblioteca particular – Sandra Sirikaku, Alexandre Rabelo e Fabio Dell’Abadia.

Ao pessoal do grupo de estudos História e Humor, coordenado pelo professor Elias; aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, principalmente à dona Júlia, exemplo de profissional dedicada; e aos funcionários do departamento de História, em especial o Elson, e da biblioteca da FFLCH e do IEB, onde encontrei um exemplar de *Palmares*, que serviu de base para esse estudo; ao Ednei Freitas e à Ariane Nunes da biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que gentilmente digitalizaram e me enviaram por e-mail uma cópia do folhetim incompleto de Apolinário Porto Alegre.

Nessa seção, não poderia deixar de mencionar a professora Valéria Augusti, da Universidade Federal do Pará, coordenadora do projeto “Paris na América”, que teve como objetivo a criação de um banco de dados dos romances franceses presentes no acervo do Grêmio Literário Português do Pará. Nesse *site*, localizei o romance *Branços, pretos e mulatos*, circulado no Jornal da Tarde (1879) e que, originalmente, integraria minha pesquisa. A análise dessa obra acabou sendo excluída da dissertação, mas a fotocópia dela feita pela Nazaré Góes, a quem agradeço pelo trabalho, ainda poderá me render estudos futuros.

Agradeço aos funcionários e amigos do Departamento de História da FFLCH-USP, bem como ao atual diretor do Programa de História Social da FFLCH-USP Marcos Napolitano.

Por fim, à minha grande família (mencionar todos seria como criar um rol de lista telefônica), em especial, aos meus pais, a quem agradeço com amor pelo apoio de sempre.

Muitíssimo obrigada!

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	<i>PALMARES</i> : UM ROMANCE “EM TUDO NACIONAL”	23
2.1	Do folhetim ao livro	23
2.2	Assinado Jorge Velho	28
2.3	O realismo em <i>Palmares</i>	37
2.4	Aspectos da literatura folhetinesca em <i>Palmares</i>	50
2.5	Um romance (quase) homônimo de Apolinário Porto Alegre	58
3	A “RAÇA DE GIGANTE” NA FORMAÇÃO DO BRASIL	64
3.1	<i>Palmares</i> e a tradição do mito bandeirista	64
3.2	Na contracorrente do mito bandeirista	80
3.3	A recepção do romance paulista por excelência nos jornais do Brasil	89
4	<i>PALMARES</i> : UM GRITO ESCRAVISTA ÀS VÉSPERAS DA ABOLIÇÃO	95
4.1	A escravidão e a abolição no Brasil dos tempos de Paula Souza	95
4.2	A escravidão em <i>Palmares</i> e a concessão da liberdade como prerrogativa senhorial ..	102
4.3	A imagem dos mestiços, dos negros e dos indígenas em <i>Palmares</i>	118
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136

1 INTRODUÇÃO

O aparecimento do *feuilleton* (folhetim) nos jornais franceses, no século XIX – inicialmente confundido com *rez-de-chausse* (rodapé), espaço onde se publicavam os mais variados gêneros textuais, em geral, de conteúdos mais leves do que os artigos político-partidário que dominavam os periódicos da época – relaciona-se a um conjunto de transformações pelas quais passava a imprensa no Ocidente, sobretudo na Europa, visando à expansão do mercado consumidor. Essas transformações, ocorridas no contexto de queda do Antigo Regime, não se deram em ritmo e em forma unívoca nas diferentes nações, variando de acordo com a realidade social, política e econômica de cada um.

A partir de 1800, sobretudo na Inglaterra e na França, mas também nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, as inovações tecnológicas derivadas da Revolução Industrial contribuíram positivamente para o desenvolvimento da imprensa, o que, por sua vez, resultou na diminuição dos custos de produção dos periódicos e, conseqüentemente, favoreceu a queda de seu preço no mercado. Entre essas inovações, destacam-se as sucessivas alterações na antiga prensa de Gutenberg, no final do século XVIII em diante; o surgimento da prensa mecânica, com a qual a pressão do papel sobre a forma passou a ser feita por meio de um cilindro – prensa utilizada pela primeira na sede do jornal *Times* em 1811; a introdução da prensa a vapor no mesmo jornal inglês, em 1814, elevando sua tiragem para mais de mil impressos por hora; a criação da prensa de retirada em 1816, com a união de duas prensas mecânicas, passando a imprimir ambos os lados da folha do jornal; a invenção em 1846 da máquina de impressão com forma cilíndrica pelo estadunidense Robert Hoe, antecessora das rotativas que seriam adotadas duas décadas depois, simultaneamente, em diversos países, utilizando o papel em bobina e ampliando enormemente a capacidade de produção das gazetas.¹

Somado a esses avanços tecnológicos, consta, ainda, o desenvolvimento do setor de transportes, diminuindo o tempo de deslocamento de mercadorias e de indivíduos; as transformações nas técnicas de informação, com a invenção dos telégrafos e a criação das agências de notícias; e, por fim, o incremento na instrução pública e na urbanização, em suma, a elevação do nível cultural tanto da burguesia quanto das camadas populares, estimulando a curiosidade por diferentes experiências e diversificando os gostos das pessoas, para os quais a imprensa apresentava-se como importante instrumento de satisfação. Assim, de “produto raro

¹ ALBERT, P.; TERROU, F. **História da imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

e caro (...), limitado à reduzida elite dos privilegiados da cultura e da fortuna, o jornal viu seu consumo estender-se a novas camadas sociais no âmbito da pequena burguesia e, em seguida, do povo das cidades”.²

Nesse contexto, o folhetim surge como forma de entretenimento de novos leitores, oriundos, num primeiro momento, da burguesia, mas que logo se expande pela classe proletária. A princípio, era o que Marlyse Meyer denominou de “espaço vale-tudo”, em que se divulgavam charadas, poemas, receitas de culinária ou de beleza, crítica literária, crônicas e, inclusive, romances. Quando a ficção estava “na crista da onda”, tornou-se o espaço onde escritores novos e experientes podiam treinar sua narrativa por meio de histórias curtas ou não tão curtas, adaptadas à moda inglesa de publicação seriada, caso houvesse mais texto do que colunas.³

Em 5 de agosto de 1836, Émile de Girardin, proprietário de *La Presse*, inaugurou a forma de publicação seriada de obras literárias no espaço do rodapé do jornal, lançando ao público a narrativa espanhola de autoria desconhecida *Lazarillo de Tormes*. Nesse mesmo ano, ele encomendou a Balzac uma novela, *La Vieille Fille*, prevista a sair em série.⁴ De acordo com Tinhorão, a novidade foi um sucesso para os jornais parisienses, que logo copiaram a ideia de Girardin, e o total de 70 000 assinantes de 20 títulos em 1835 saltou para 200 000 no ano seguinte, ao mesmo tempo em que só surgiram mais seis novos jornais.⁵

A partir daí, nasceu um subgênero do romance, o romance-folhetim, que, somado à peculiaridade de ser publicado serialmente, engloba em sua estrutura um conjunto de elementos considerados tipicamente folhetinescos, entre os quais: a preterição, a digressão, a redundância, as peripécias, os sinais, a anunciação e, sobretudo, o suspense – buscando instigar a curiosidade dos leitores em relação ao que virá a seguir. Com os folhetinistas Eugène Sue (1804-1857) e Alexandre Dumas (1802-1870), a fórmula “continua...” do romance-folhetim, com todas as suas características narrativas, consolida-se nos anos de 1840, dominando o rodapé dos jornais franceses. Assim, o termo folhetim, inicialmente usado para definir um espaço no jornal, passa a se referir a um novo tipo de romance.⁶

O sucesso do romance folhetinesco resultou na generalização do próprio modo de publicação “aos picados”, do qual o termo folhetim recebeu sua terceira e última “etiqueta”:

² Ibidem, p. 30.

³ MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 58.

De acordo com Albert P. e F. Terrou, *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, foi o publicado em folhetim, no jornal *The Daily Post*, em 1719, tratando-se, segundo eles, do “primeiro romance-folhetim”. Op. cit., p. 14.

⁴ MEYER, op. cit., p. 59.

⁵ TINHORÃO, José Ramos. **Os romances em folhetins no Brasil: 1830 à atualidade**. São Paulo: Duas cidades, 1994, p. 8.

⁶ MEYER, op. cit., p. 31.

os romances foram, majoritariamente, publicados nos jornais ou nas revistas antes de seu lançamento em livro, diz-se “em folhetim”, isto é, “em fatias seriadas”. Entretanto, como aponta Meyer, “se todos os romances, em média, passam a ser publicados em folhetim, nem todos são romances-folhetim”.⁷

Para Tania Serra, embora as diferenças entre romance em folhetim e romance-folhetim sejam tênues e sirvam mais a uma classificação didática do que a prova da “existência de uma real dicotomia entre os textos”, o romance em folhetim atenta-se muito mais à sua organização interna, objetivando a construção de uma estrutura narrativa que atinja o valor estético. Já o romance-folhetim, sendo diariamente formulado até que deixe de interessar ao público, está mais vulnerável às falhas na narração. Como exemplo de romances em folhetim, a autora cita *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert; e a maioria das prosas de Machado de Assis.⁸

No Brasil, a moda francesa dos folhetins chega ao Rio de Janeiro por meio do *Jornal do Comércio* – na época, propriedade de Junius Villeneuve –, que publicou o romance *Captain Paul*, de Alexandre Dumas, durante o ano de 1838.⁹ Em pouco tempo, a ideia da publicação seriada de romances traduzidos do francês no espaço dos rodapés espalhou-se para os demais jornais fluminenses, alcançando a imprensa de outras províncias. Segundo Nadaf, a rapidez dessa difusão assinala o período histórico de consolidação do Estado imperial brasileiro, com a ascensão de D. Pedro II ao poder, marcando uma nova fase da imprensa no Brasil, em busca de maior qualidade e diversidade temática “para fugir das enfadonhas e até mesmo degradadas questões político-doutrinárias”.¹⁰ A autora explica que, após o

⁷ Ibidem, p. 59-60.

⁸ SERRA, Tania. **Antologia do romance-folhetim**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p. 21.

Márcia Pilon analisou *Quincas Borba*, de Machado de Assis, em suas versões folhetim e livro, verificando as diferenças entre os textos em um e outro modo de publicação. De acordo com ela, a publicação seriada de *Quincas Borba* “mostrou-se repleta de lapsos e interrupções e a numeração dos capítulos não seguem ao que posteriormente encontramos em livro”. Na revista *A Estação*, houve pausas na publicação da obra, que, quando retomada, não seguia a numeração do capítulo precedente. Por exemplo, em 31 de maio de 1888 é publicado o capítulo XCVII, retomando-se a narrativa apenas cinco meses depois, em 31 de outubro de 1888, não a partir do capítulo XCVIII, que seria a numeração seguinte, mas do XCVI. “E ao contrário do que se poderia pensar, o capítulo não é uma retomada da narrativa para refrescar a memória do leitor. O teor é completamente diferente do que havia sido narrado em 31 de maio de 1888”. PILON, Márcia Regina Scarpa. **O folhetim e o livro: travessias da ficção machadiana de Quincas Borba**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008, p. 16-22 (dissertação de mestrado). Desse modo, uma “organização interna” do “romance em folhetim”, como propõe Serra, seria possível quando se trata de um texto produzido antes de sua publicação seriada, nos jornais ou revistas.

⁹ Tinhorão defende que a novidade dos romances-folhetins no Brasil é anterior à publicação do romance de Alexandre Dumas no *Jornal do Comércio*. De acordo com ele, no Recife, desde 1837, circulava o periódico *Relator das Novelas*, destinado às mulheres interessadas na leitura de textos ficcionais. Op. cit., p. 36 (veja nota 2).

¹⁰ NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das Miscelâneas – o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002, p. 42.

restabelecimento da ordem política e social a partir de 1840, “efetuou-se um retorno a práticas sociais e culturais iniciadas do modelo francês, destacando-se entre elas *flânerie*, teatros, cafés, saraus, leituras de livros estrangeiros, bem como a procura demasiada pelos artigos franceses (...)”.¹¹ Em resumo, um ambiente de maior urbanidade, estimulado não apenas pela estabilidade política, mas também pelo desenvolvimento da economia cafeeira – principal produto agrícola exportado pelo Brasil desde os anos de 1830 –, que permitiu os investimentos na instalação do transporte ferroviário, favorecendo, com isso, o crescimento de cidades, a troca de ideias e o desenvolvimento da imprensa na sociedade brasileira.¹²

Nesse contexto, é verdade que boa parte da população estava reduzida à condição escrava, a maioria dos homens livres e pobres encontrava-se à margem da sociedade, vivendo em condições mínimas ou em órbita do poder dos grandes senhores de escravos. Entretanto, Meyer vê na rápida disseminação do romance-folhetim a existência de leitores e ouvintes consumindo novelas em quantidades razoáveis para influenciar, favoravelmente, a venda dos jornais que as publicavam e de livros que as retomavam completas.¹³

Em contrapartida, a autora, com base no editorial de *A Estação* do dia 28 de fevereiro de 1882, aponta uma prática comum no Brasil – estendida até os dias atuais: o empréstimo de livros e jornais, que, conseqüentemente, diminuía os rendimentos possíveis de livreiros e de donos de periódicos. Segundo o que consta nesse editorial, as tiragens das gazetas não representavam seu total de público, pois o “tendeiro que assina o Jornal do Comércio, não julgue a leitora que o faça para recreio seu, mas sim para o emprestar a vinte ou trinta famílias, que o reclamam vinte ou trinta mil vezes no dia”.¹⁴ À prática de empréstimos de livros e jornais – como concorrente das livrarias –, pode-se acrescentar os gabinetes de leitura, estabelecimentos onde se alugavam romances e periódicos para serem lidos, muitas vezes, em domicílio; constituindo-se em espaços democráticos que contrastavam com as imponentes bibliotecas públicas, guardiãs de grandes acervos e restritas a certos grupos sociais.¹⁵

O hábito de leitura em voz alta, em espaços públicos ou em locais privados para diversas pessoas, foi outra prática muito comum em um país agrícola e de maioria analfabeta, onde a instalação da imprensa ocorreu tardiamente – no início do século XIX –, em

¹¹ Idem, p. 42.

¹² MARTINS, Ana Luiza; LUCCA, Tânia Regina de. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Unesp, 2006, p. 29.

¹³ MEYER, op. cit., p. 292.

¹⁴ Ibidem, p. 292.

¹⁵ MARTINS, Ana Luiza. **Gabinetes de leitura**. São Paulo: Adusp, 2015, p. 47.

comparação com as demais nações americanas de origem hispânica e de língua inglesa, que conheceram as primeiras máquinas de impressão logo após o início de sua colonização.¹⁶

José de Alencar, em sua crônica “Como e por que sou romancista”, comenta que aos onze anos de idade lhe foi atribuído em casa o “honroso cargo de ledor”. Dessa maneira, não “havendo visita de cerimônias”, a mãe e tia de Alencar, juntamente com suas amigas, sentavam-se a uma mesa de jacarandá e, enquanto as mulheres costuravam, o futuro romancista era chamado para fazer a leitura em voz alta de alguma obra, o que algumas vezes lhe “arrancava a contragosto do sono começado ou de um folguedo querido”.¹⁷

Assim, a prática bastante difundida da leitura coletiva, e não apenas individual e solitária, permite, novamente, questionar a influência dos folhetins sobre o aumento de assinantes ou sobre as vendas avulsas dos jornais no Brasil. Apesar disso e da falta de estudos, “de difícil execução”, para o conhecimento das tiragens de jornais e publicações de livros, segundo Meyer “não faltam indícios entre a correlação dos jornais e o folhetim”.¹⁸

O termo “correlação” explícita de maneira precisa a interdependência entre o jornal e romance. Dessa maneira, as reflexões devem ser extrapoladas para além da questão da relevância das produções folhetinescas para a ampliação das vendas dos periódicos, abrangendo também as considerações acerca da contribuição dos periódicos para a promoção da literatura, em uma época em que os livros eram caros, e as editoras, poucas e inacessíveis para muitos jovens escritores sem grandes recursos. Como aponta Machado de Assis:

O jornal apareceu, trazendo em si o gérmen de uma revolução. Essa revolução não é só literária, é também social, é econômica, porque é um movimento da humanidade abalando todas as suas eminências, a reação do espírito humano sobre as fórmulas existentes do mundo literário, do mundo econômico e do mundo social.¹⁹

Na imprensa brasileira, a presença inicial absoluta do romance-folhetim francês em pouco tempo começou a ruir, competindo com as produções literárias nacionais, sendo realmente suplantada por elas em algumas localidades. Nadaf, por exemplo, ao estudar os rodapés de jornais que circularam em Mato Grosso entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, verificou a quase ausência de romances-folhetins estrangeiros naqueles espaços – excetuando a “tímida presença de dois dos mais consagrados folhetinistas

¹⁶ MARTINS, Ana Luiza; LUCCA, Tânia Regina de. op. cit., p. 16.

¹⁷ ALENCAR, José. “Como e por que sou romancista”. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000311.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

¹⁸ MEYER, op. cit., p. 294.

¹⁹ ASSIS, Machado de. “O jornal e o livro”. In: **O jornal e o livro**. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2011, p. 48.

– George Ohnet e Henrique Peres Escrich, sendo este segundo não um francês, mas um espanhol que embarcou na esteira do sucesso do gênero”.²⁰

A autora formula três hipóteses para esse fato, das quais apenas uma, segundo ela, parece se sustentar: a possível resistência de donos de periódicos para a divulgação do clássico romance-folhetim de Sue, de Dumas e de Ponson du Terrail, cujo conteúdo englobava questões políticas e sociais. A sustentação dessa hipótese deu-se com base na observação da predominância de temáticas líricas ou de defesa à ideologia conservadora nos rodapés de jornais mato-grossenses, “em detrimento da realidade social ou política combatente presente no romance-folhetim”.²¹

Essa relativa inexistência de romances folhetinescos europeus nas gazetas circuladas em Mato Grosso deu lugar à diversidade de gêneros, como contos, crônicas, novelas, ensaios, poesias, textos teatrais e romances brasileiros, sendo a crônica o gênero mais recorrente. Assim, ela denomina o *rez-de-chausse* de “rodapé das miscelâneas” e conclui que a escassez do romance folhetinesco “conferiu um caráter de excepcionalidade ao folhetim dessa imprensa que mostrou que plagiou, copiou ou imitou das fontes matrizes – folhetim carioca e folhetim francês – somente o que julgou conveniente”.²²

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, entre os jornais consultados no Arquivo Público do Estado de São Paulo e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que circularam na província paulista a partir de meados do XIX, observaram-se algumas diferenças em relação à regularidade dos folhetins em suas edições e aos tipos de texto que neles apareciam. Alguns títulos, durante seu tempo de vida, não reservaram o espaço do rodapé – aquele que era separado das demais seções dos jornais por uma linha horizontal que cortava as colunas, geralmente da primeira página, da segunda e, mais raramente, da terceira página. Quando havia o rés do chão, quase sempre intitulado “folhetim” ou “folhetim do jornal X”, os textos publicados variavam entre romances de origem estrangeira – provenientes da França, da Espanha, de Portugal, da Rússia, etc. – e produções nacionais, não somente romances, mas também novelas, contos, poemas e crônicas.

Os dias em que se publicava no rodapé um ou outro gênero textual não costumavam ser rigidamente determinados na maioria das folhas consultadas. Contudo, em certos jornais, a presença dos romances-folhetins ocorreu, com alguma regularidade, de segunda a sábado, sendo reservados os domingos para a publicação de crônicas relacionadas a eventos da

²⁰ NADAF, op. cit., p. 69.

²¹ Ibidem, p. 71.

²² Ibidem, p. 78.

semana. Em alguns títulos, identificaram-se, inclusive, dois rodapés em uma única edição – como *A Gazeta do Povo* do dia 22 de novembro de 1879, em que se publicou uma crônica na primeira página, assinada por Moreira de Vasconcellos; e o romance-folhetim *O homem de gelo*, de George Sand, na segunda página.

Portanto, embora Machado de Assis – e outros escritores como José de Alencar –, tivesse ironizado o gosto geral do público pelos melodramas folhetinescos importados da França e houvesse denunciado a difícil “aclimatação” do folhetinista em solo americano, em geral, “todo parisiense”,²³ o romance-folhetim francês, ao longo do tempo, competiu, no espaço do rodapé dos jornais, com produções brasileiras de variados gêneros e que procuraram abordar a realidade nacional.

Ora, a introdução do folhetim no Brasil foi contemporânea ao movimento romântico brasileiro, o qual pregava a necessidade de desenvolvimento de uma literatura nacional que representasse o espírito da nação recém-independente. Isso significou “nada mais do que escrever sobre coisas locais”, como aponta Antonio Candido.²⁴ Nesse momento, a ficção em prosa adquiriu grande importância, pois era a “maneira mais acessível e atual de apresentar a realidade, oferecendo ao público maior dose de verossimilhança e, com isso, aproximando o texto da sua experiência pessoal.”²⁵

Dessa forma, o caráter pragmático presente na literatura brasileira desde seu nascimento no final do século XVIII acentuou-se ao longo do período joanino e dos primeiros anos da proclamação da Independência, traduzindo-se no “esforço de construção do país livre”.²⁶ Ainda segundo Candido, uma vez que “não há literatura sem fuga do real, e tentativas de transcendê-lo sem imaginação, os escritores se sentiram frequentemente tolhidos no voo, prejudicados no exercício da fantasia pelo peso do sentimento de missão”. Consequentemente, na obra de um mesmo autor como José de Alencar, puderam coexistir “realismo e fantasia, documento e devaneio”.²⁷

Comprometendo a universalidade de suas obras e apegando-se ao real e ao local, boa parte dos literatos do período oitocentista utilizou-se das penas como armas de luta, combatendo questões que consideravam de seu interesse e do interesse de seu grupo. Assim, na emergência do antiescravismo, por exemplo, o romantismo “serviu a dois senhores”,

²³ ASSIS, Machado de. “O folhetinista”. In: _____. **O jornal e o livro**. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2011, p. 72.

²⁴ CANDIDO, Antonio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 2002, p. 40.

²⁵ Ibidem, p. 40.

²⁶ Idem. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos (1750-1880)**. 12 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul; São Paulo: Fapesp, 2009, p. 28.

²⁷ Ibidem, p. 28 e 29.

conforme afirma Alonso, legitimando ou combatendo a escravidão²⁸ e, desse modo, criando estereótipos do negro – na figura do escravo fiel, bom e passivo; escravo rebelde, indolente e malicioso; escravo tolo e atrapalhado –, que ainda persistem no imaginário nacional.

“Para passar da meia dúzia inicial de adeptos à casa dos incontáveis, o abolicionismo precisou transpor rubicão simbólico, desmontar esquemas de pensamento e estruturas de sentimentos arraigados na sociedade brasileira”.²⁹ Nesse sentido, os abolicionistas armaram-se de uma “retórica da mudança”, resgatada do movimento abolicionista internacional e adaptada à realidade sociocultural do país, que se ancorava na sensibilidade – o escravo como ser humano, e não como *coisa* –; no progresso – a escravidão como atraso para a modernização do país – e no direito – o direito natural de todo o homem à liberdade.³⁰

Uma vez que a Igreja Católica na América esteve ao lado do poder senhorial durante a maior parte do escravismo, sendo a própria Igreja proprietária de muitos escravos, os argumentos de apelo à sensibilidade foram disseminadas na sociedade brasileira antes pelas manifestações artísticas, como a literatura, do que pela religião tal como havia ocorrido nos países protestantes anglo-saxões.³¹

Entre os autores que se utilizaram da literatura como meio de luta em favor da abolição da escravatura, encontrou-se a escritora afrodescendente Maria Firmina dos Reis, que, nove anos após a proclamação do tráfico de escravos em 1850, publicou *Úrsula*, sob o pseudônimo “Uma maranhense”, atualmente considerado o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira.³² Nesse romance, revelam-se as figuras dos bons escravos (Túlio e Suzana) à mercê dos caprichos de aristocratas perversos e violentos – imagem que a autora repetirá em 1887 em seu conto “A escrava”.

No mesmo ano, em 1859, José de Alencar, que na política se mostrava favorável à escravidão, lançou ao público a peça *Mãe*, em que figurava como protagonista uma escrava, mantida em cativeiro por seu próprio filho, sem que ele o soubesse. Aberração essa apenas possível numa sociedade em que vigorava a instituição escravista. Nessa obra, Joana, escrava e mãe de Jorge, recorre ao suicídio como forma de evitar que fosse revelada a verdadeira origem e condição social de seu filho. Dedicando a sua mãe, Alencar afirma:

²⁸ ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras 2015, p. 94.

²⁹ *Ibidem*, p. 91.

³⁰ *Ibidem*, p. 101 e 102.

³¹ *Ibidem*, p. 94.

³² DUARTE, Eduardo de Assis. “Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira”. In: Reis, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004, p. 279.

É um coração de mãe como o teu. A diferença está em que a Providência o colocou o mais baixo que era possível na escala social, para que o amor estreme e a abnegação sublime o elevassem tão alto, que ante ele se curvassem a virtude e a inteligência; isto é, quanto se apura de melhor na lia humana.

A outra que não a ti causaria reparo que eu fosse procurar a maternidade entre a ignorância e a rudeza do cativo, podendo encontrá-la nas salas trajando sedas. Mas sentes que se há diamante inalterável é o coração materno, que mais brilha quanto mais espessa é a treva. Rainha ou escrava, a mãe é sempre mãe.³³

Em 1868, durante os debates da lei do Ventre Livre, Castro Alves escreveu seu famoso poema “Navio negreiro”, e no ano seguinte Joaquim Manoel de Macedo publicou um conjunto de novelas denominadas *Vítimas algozes*, nas quais o romancista procurou mostrar o perigo da escravidão não apenas para os escravos, mas também para os senhores.

Também em 1869 Apolinário Porto Alegre lançou no primeiro número da Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário, veiculada no Rio Grande do Sul, o romance *Os palmares: romance histórico*. Embora tenha permanecido inconcluso, o romance carrega um teor antiescravista, revelado já em suas primeiras cenas com Bartolomeu de Las Casas, às vésperas do assalto ao mocambo de Subupira em 1678, lamentando-se de haver defendido a introdução de africanos como escravos na América.

Seria possível estender-se por muitas páginas, apresentando outros exemplos de obras que buscaram sensibilizar o público acerca da situação dos negros reduzidos ao cativo, ou alimentar o medo senhorial de uma possível revolta escrava caso não fossem tomadas medidas – como a lei do Ventre Livre – que visassem ao fim da escravidão, nem que fossem tomadas medidas a médio ou longo prazo. Boa parte dessas obras foi inicialmente publicada em folhetim, em jornais e em revistas circuladas na Corte imperial e nas províncias, antes de serem publicadas em livro.

Na contracorrente da literatura abolicionista, o romance *Palmares*, objeto principal de estudo do presente trabalho, revela um esforço sutil de Joaquim de Paula Souza em defender o *status quo* senhorial, quando tomava força o abolicionismo no Brasil. Isso se evidencia em diversos pontos da narrativa, entre os quais na escolha dos protagonistas do romance, que, ao contrário do que poderia sugerir o título da obra, não são os palmaristas, e sim os bandeirantes responsáveis pela destruição de Palmares. Nesse sentido, o objetivo desse autor, proveniente da cidade de Itu, em homenagear seus conterrâneos antigos e contemporâneos em uma narrativa heroica, distinguiu-se das intenções de Apolinário Porto Alegre, que também tomou

³³ ALENCAR, José; FARIA, João Roberto (org.). **Dramas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 6.

o tema da destruição do maior e mais longevo quilombo existente no Brasil Colonial, porém para denunciar os males do regime escravista.

Palmares circulou entre maio e julho de 1880 no rodapé do jornal *A Constituinte*. Cinco anos depois, houve sua primeira e única edição em livro. Assim, tendo sido publicado durante o período abolicionista brasileiro, o propósito inicial desta pesquisa foi verificar se esse romance promoveu alguma propaganda contrária ou a favor da escravidão e, assim, analisar de que maneira a estrutura da obra procurou expressar o viés ideológico presente em seu conteúdo.

Essa intenção partiu da premissa de que se por um lado o perfil engajado da literatura no Brasil impediu que ela transcendesse as questões locais e alcançasse os velhos temas, isto é “os problemas fundamentais do homem” – que foram considerados privilégios das “velhas literaturas” pelos romancistas brasileiros nos primórdios da formação da literatura no país –³⁴ por outro lado, mostrou o compromisso dos literatos com as questões e os problemas nacionais; e Paula Souza, como a maioria dos escritores de sua época, sustentou o engajamento de suas produções literárias, com a publicação de um “romance nacional”, no qual o caráter e as ações de seus personagens deveriam ser “verdadeiros, pautados pela tradição e notícias históricas” –³⁵ ainda que seja possível problematizar o quão “verdadeiro” foram esses elementos no romance, que não deixou de ser um produto da imaginação.

Dessa forma, para compreender a maneira em que se deu o envolvimento de *Palmares* com o nacional – considerando, todavia, menos o momento histórico do século XVII ao qual ele evoca; e mais os anos de 1880, quando o romance foi escrito e publicado –, foi fundamental a leitura de manuais que indicassem caminhos para a análise de prosas literárias e, ao mesmo tempo, apresentassem uma linguagem acessível a estudantes e pesquisadores não habituados com o estudo de romances, contos ou novelas. Entre os títulos consultados, *A análise literária*, de Massaud Moisés;³⁶ a *Introdução à análise do romance*, de Yves Reuter;³⁷ e *A mecânica da ficção*, de James Wood,³⁸ exerceram o papel de auxiliar na compreensão da organização interna de *Palmares*.

Com base nas obras *Folhetim: uma história*, de Marlyse Meyer, *Rodapé das miscelâneas*, de Yasmin Jamil Nadaf; *Antologia do romance-folhetim*, de Tania Serra; e *Os romances em folhetim no Brasil*, de José Ramos Tinhorão; buscou-se examinar se Paula

³⁴ CANDIDO, 2009, p. 19.

³⁵ VELHO, Jorge. **Palmares: romance nacional histórico**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert & C, 1885, p. 7. .

³⁶ MOISES, Massaud. **A análise literária**. 7 ed. São Paulo: Editora Cutrix., 1991.

³⁷ REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

³⁸ WOOD, James. **A mecânica da ficção**. Lisboa: Quetzal Editores, 2008, p. 21.

Souza teve a intenção de escrever sua obra nos moldes da literatura folhetinesca, podendo, nesse caso, ser considerado um romance-folhetim; ou se simplesmente utilizou-se do rodapé do jornal como meio de publicação.

Longe de ser um dado irrelevante, a escolha de escrever um romance seguindo ou não o modelo dos grandes clássicos da literatura folhetinesca está relacionada aos propósitos do escritor ao compor sua narrativa e à forma pela qual ele desejou que sua obra fosse apreendida pelo público. De acordo com José de Alencar – que teria adotado uma linguagem semelhante àquelas encontradas nos romances-folhetim, na opinião de Paula Souza –, “o folhetinista inventou em vez de contar”, excedendo, assim, “os limites da crônica”.³⁹

Desse modo, ainda que pudesse englobar aspectos relacionados à história e/ou à realidade de um dado povo, o gênero de romance folhetinesco tinha como principal tarefa entreter o grande público, nem que isso às vezes resultasse em uma narrativa inverossímil e fantasiosa. Logo, um autor que se identificasse com o gênero necessitava estar ciente desse sua característica, e não foi à toa que muitos romancistas franceses ou brasileiros produziram romances-folhetim anonimamente ou assinando-os com pseudônimos.

Na edição em livro de sua obra, Paula Souza caracterizou-a como “romance nacional histórico”, alegando ter se utilizado de documentos do período colonial, dos trabalhos de historiadores, além da tradição oral para traçar o perfil e estilo de vida de seus personagens paulistas e narrar os fatos acerca do quilombo dos Palmares. Das obras que ele menciona, foram estudadas, parcial ou integralmente, aquelas que tiveram maior peso na construção da ficção, sendo as quais: *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita;⁴⁰ os tomos I e III da *Nobiliarquia paulista histórica e genealógica*, de Pedro Taques de Almeida Paes e Leme;⁴¹ e *Memórias para a História da capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus.⁴²

Madre de Deus e Pedro Taques, historiadores paulistas dos Setecentos, foram os primeiros a traçar o mito bandeirista, que, mais tarde, a partir das últimas décadas do século XIX, seria reformulado por artistas, historiadores e romancistas de São Paulo ou ligados a interesses paulistas. Assim, a leitura da tese de doutoramento de Kátia Abud – *O sangue*

³⁹ *Correio Mercantil*, 21/09/1854.

⁴⁰ PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa (1660-1738)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

⁴¹ LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica**. 5 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

⁴² MADRE DE DEUS. **Memórias para a história da capitania de São Vicente**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

itimorato e as nobilíssimas tradições; ⁴³ o trabalho de Antônio Celso Ferreira – *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*; ⁴⁴ o capítulo *História, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana*, de Elias Saliba – presente na obra que reúne textos de estudiosos que traçam a história de São Paulo, de suas origens até meados do século XX –, ⁴⁵ contribuíram, juntamente com outros autores, para elucidar o contexto regional no qual ocorreu o renascimento do mito bandeirista e para verificar a imagem dos bandeirantes e de São Paulo formulada nesse momento, permitindo, assim, esclarecer o quanto Paula Souza, na representação dos paulistas em sua obra, estava envolvido na missão de elevar a figura de sua província natal, a qual cada vez mais destaque adquiria no cenário econômico do país graças à exportação do café.

Portanto, Paula Souza, ao ambientar seu romance no período colonial inserindo como personagens principais de sua ficção os paulistas daqueles tempos, não foi o único. Na literatura, Júlio Ribeiro já havia feito o mesmo com a publicação de *Padre Belchior de Pontes* entre 1876 e 1877, romance que também procurou se basear em produções historiográficas para narrar a guerra dos emboabas. No entanto, além dos bandeirantes, em *Palmares* destaca-se a figura dos indígenas e dos negros, sendo também discutidas questões acerca da escravidão e da liberdade dos escravos.

Ademais, nos anos de 1880, além do movimento abolicionista, a sociedade brasileira presenciava a chegada das teorias científicas, que, com base em pesquisas e em certos métodos aplicados nas ciências naturais, tiveram o intuito de explicar o funcionamento das sociedades e as diferenças entre os povos. No Brasil, essas teorias foram lidas e digeridas de modo que atendessem aos interesses das elites e sustentassem seus projetos de desenvolvimento do Brasil, sendo, entretanto, veiculadas para o grande público em jornais, revistas e romances.

Médico, membro da elite paulista e, em certo sentido, da intelectualidade de São Paulo, Paula Souza mostrou estar a par das discussões sustentadas por pesquisadores estrangeiros, e mais tarde brasileiros, acerca das diferenças entre as raças humanas e do efeito da natureza sobre o caráter de homens e mulheres, já que foi possível identificar em *Palmares*

⁴³ ABUD, Kátia. **O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições – A construção de um símbolo paulista: o bandeirante**. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985.

⁴⁴ FERREIRA, Antonio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

⁴⁵ SALIBA, Elias. “História, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana”. In: *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

algumas das premissas de, pelo menos, três dessas teorias: o evolucionismo social, o darwinismo social e o determinismo geográfico.

Nesse sentido, foi fundamental, para discutir essas questões no romance, a leitura de *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*, de Lillian Schwarcz;⁴⁶ e de *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, de Skidmore;⁴⁷ estudos nos quais é realizado um balanço das principais teorias que se propõe a explicar as diferenças físicas e morais entre as raças humanas e as causas do desenvolvimento entre as sociedades, apresentando, também, o pensamento de alguns intelectuais brasileiros com relação a essas teorias.

Para a composição desta dissertação, optou-se pela divisão do texto em três capítulos, em cada qual são destrinchadas as questões gerais que nortearam o estudo de *Palmares*, apresentadas acima, e outras mais específicas, a serem reveladas a seguir.

Intitulado “*Palmares: um romance em tudo nacional*”, o primeiro capítulo traça a trajetória do romance do folhetim ao livro. Além disso, expõe um breve resumo da biografia do autor e por quais razões teria ele se utilizado do pseudônimo Jorge Velho para assinar sua obra, considerando que no século XIX, e mesmo em épocas subsequentes, o uso de pseudônimos uma prática muito comum; no entanto por meio deles é possível investigar indícios da visão de mundo daqueles que se utilizava deste estratagema para preservar sua identidade nas publicações. Por fim, realizou-se uma breve análise de *Os Palmares*, de Apolinário Porto Alegre, enfatizando sua linguagem antiescravista a fim de estabelecer uma reflexão sobre como esse autor, original da província do Rio Grande do Sul, tratou do tema da destruição de Palmares, sem compartilhar do ufanismo paulista de Paula Souza.

No capítulo 2, “A raça de gigante na formação do Brasil”, a análise focou-se em verificar em que medida *Palmares* inseriu-se dentro do mito bandeirista. Por outro lado, buscou ver como a idealização dos bandeirantes oriundos de São Paulo foi relativizada na época do renascimento do mito bandeirista, dentro e fora do âmbito de São Paulo. Assim, justifica-se por que o último tópico deste capítulo, que trata da recepção da obra *Palmares* na imprensa da época e, assim, estabelece uma relação com o capítulo primeiro, é inserido no final, e não no início do capítulo segundo.

Por fim, no terceiro capítulo, “*Palmares: um grito escravista às vésperas da abolição*”, foi descrito, com base em obras historiográficas atuais, o contexto abolicionista em que se deu

⁴⁶ SCHWARCZ, Lília. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴⁷ SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

a produção e a publicação do romance. Além disso, apresentou-se a forma como a escravidão e a abolição foram vista na obra; e, finalmente, a imagem dos negros, indígenas e mestiços em *Palmares*, sob a luz das teorias raciais, do evolucionismo social e do determinismo geográfico.

Apesar dos desafios que consiste o uso de uma obra literária como objeto de pesquisa de uma dissertação da área de História, a literatura – se tomada com certos cuidados – diz muito sobre a sociedade em que foi produzida e consumida, não devendo, portanto, ser desconsiderada dos estudos históricos, que ainda hoje deixa clara sua preferência por documentos oficiais. Conforme aponta Gonçalves de Magalhães, em seu *Discurso sobre a História da literatura do Brasil*,

A literatura de um povo é (...) o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões, o despertador de sua glória e o reflexo progressivo de sua inteligência.

E, quando esse povo, ou essa geração, desaparece da superfície da terra, com todas as suas instituições, crenças e costumes, escapa a literatura aos rigores do tempo para anunciar às gerações futuras qual fora o caráter e a importância do povo, do qual é ela o único representante na posteridade. Sua voz, como um eco imortal, repercute por toda parte, e diz: em tal época, debaixo de tal constelação e sobre tal ponto do globo existia um povo cuja glória só eu a conservo, cujos heróis só eu conheço. Vós, porém, se pretendeis também conhecê-lo, consultai-me, porque eu sou o espírito desse povo e uma sombra viva do que ele foi.⁴⁸

Palmares, assim, mesmo esquecido dos críticos e dos manuais de literatura, não deixou de ser consumido por homens e mulheres da época, seja em sua versão em folhetim, seja em livro. Ademais, mesmo retratando uma sociedade colonial, conhecida pelo autor somente por meio de fontes escritas ou orais, esse romance trata muito mais da sociedade do século XIX e das questões que abalavam os brasileiros nesse momento.

⁴⁸ MAGALHÃES, Gonçalves. **Discurso sobre a História da literatura do Brasil**. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/discursohbr.pdf> Acesso em: 19 mar. 2020.

2 *PALMARES: UM ROMANCE “EM TUDO NACIONAL”*

2.1 Do folhetim ao livro

Em 13 de maio de 1880, é anunciado na primeira página de *A Constituinte* o lançamento do novo folhetim do jornal: *Palmares*. Apresentado como romance histórico, “em tudo nacional”, tem como tema a conquista do quilombo dos Palmares pelo terço militar liderado por Domingos Jorge Velho, em 1694. “Reputados invencíveis”, os quilombolas palmarinos teriam sobrevivido a, supostamente, “25 ataques”, até que fossem definitivamente subjugados pelos paulistas.

De acordo com o artigo que apresenta o folhetim – de autoria desconhecida, mas possivelmente escrito pelo próprio autor da obra –, sendo “baseado na história” trata-se de um “romance verdadeiro em todas as suas partes”, relatando, com base em “um estudo dos homens e acontecimentos de 1694”, tanto a batalha que derrotou os negros aquilombados no território então localizado na capitania de Pernambuco (hoje pertencente ao estado de Alagoas) quanto o modo de vida dos paulistas, que combateram a serviço da Coroa portuguesa.

Era preciso explicar na primeira parte, como, pela vida fragueira [sic], tornaram-se os paulistas capazes de sobrepujar todos os elementos contrários, vencer fomes e fadigas, para, na segunda parte, desenvolver aquela vida de privação, de soldado, que deu em resultado, a conquista de Palmares.⁴⁹

Ainda segundo o artigo, se há fantasia, “é aquela que podemos supor que se desse, e que não podemos deixar de entrar em toda produção da imaginação”. Reconhecendo, assim, a presença da subjetividade na obra – como não poderia deixar de existir em qualquer trabalho artístico –, tenta-se, no entanto, diminuir sua importância perante o público, em favor de um realismo, ou veracidade, a partir do qual teria se configurado o romance.

Nessa mesma edição de *A Constituinte*, do dia 13 de maio de 1880, sob a assinatura de “Jorge Velho” inaugurou-se a publicação diária de *Palmares*, localizado no rodapé da segunda página do jornal. Durante o tempo em que o folhetim esteve presente em *A Constituinte*, ele praticamente ficou restrito a esse espaço. No entanto, em certos dias a ficção estendeu-se até a primeira coluna do rodapé da terceira página e, em outros momentos, não chegou sequer a ocupar as cinco colunas que formavam o rodapé da segunda página,

⁴⁹ *A Constituinte: órgão liberal*, 13/05/1880.

limitando-se somente a três ou quatro colunas. Além disso, o romance também desapareceu do jornal por dias seguidos, sem que fosse divulgado qualquer aviso prévio aos leitores.⁵⁰

Sobre essa interrupção, a primeira suposição foi a de que *Palmares* estivesse sendo escrito concomitantemente à sua publicação. Desse modo, não é improvável que o autor, eventualmente, atrasasse a entrega do texto ao jornal, obrigando a redação de *A Constituinte* a suspender o folhetim por alguns dias. Nessas edições, o espaço do rodapé também deixava de se fazer presente.

Conforme aponta Machado de Assis em uma de suas crônicas na qual reflete sobre a produção folhetinesca no Brasil, publicada no dia 30 de outubro de 1859, no semanário *O Espelho*, “nem todos os dias são tecidos de ouro para os folhetinistas. Há-os negros, com fios de bronze; à testa deles está o dia... adivinhem? o dia de escrever!”.⁵¹ O processo de escrita, como não poderia deixar de ser, era tortuoso, áspero principalmente quando faltava matéria e o espírito não estava disposto. Nesses dias, as horas transformavam-se em séculos desperdiçados pelos escritores pregados à mesa a construir sua obra, e “quando à falta de assunto se une aquela morbidez moral, que se pode definir por um amor ao *far niente*, então é um suplício...”.⁵²

Entre as dificuldades de produção de folhetins que poderiam acarretar no atraso da entrega dos textos aos jornais e revistas, além do prazer pelo ócio, da falta de inspiração dos autores ou da ausência de assuntos dos quais se originasse um bom texto, poderiam ser acrescentados os curtos prazos de que dispunham os escritores para a sua produção. Marlyse Meyer cita algumas das artimanhas do grande folhetinista francês Ponson du Terrail (1829-1871), criador das inúmeras narrativas de sucesso em que estrelou o personagem Rocambole, para a entrega das histórias no tempo devido: a pilhagem narrativa meramente utilitária, ou melhor, “uma racionalização capitalista (...) para melhor adequação à economia do mercado folhetinesco, à lei imperativa da produção cotidiana, em que a rapidez era a alma do negócio...”.⁵³

Em uma segunda hipótese para justificar os desaparecimentos momentâneos do romance de “Jorge Velho” de *A Constituinte*, supõe-se a tentativa de criar no leitor uma expectativa em relação à continuidade da obra. Isso porque, uma vez que os cortes narrativos

⁵⁰ Os dias em que *Palmares* encontraram-se ausente do jornal são: 14, 18, 19, 21, 24, 26 e 29 de maio; 01, 02, 03, 05, 07, 08, 09, 10, 12, 14, 18, 22, 26, 27 e 29 de junho; 06, 08, 10, 14 e 16 de julho. O folhetim estendeu-se para a primeira coluna da terceira página nos dias 27 de maio e 04 de junho. Nos dias 28 de maio; 11, 21 e 30 de junho; e 12 de julho não houve circulação de *A Constituinte*.

⁵¹ ASSIS, Machado de. “O folhetinista”. In: Op. cit., p. 71.

⁵² Ibidem, p. 71.

⁵³ MEYER, op. cit., p. 165.

diários realizados no folhetim *Palmares* (marcados pelo famoso “continua”) em geral não ocorreram em momentos de tensão do enredo – uma das características do gênero de romance folhetinesco que visava provocar no leitor certa ansiedade pela retomada da narrativa nas publicações posteriores –, é provável que esse suspense tenha sido direcionado à própria publicação do folhetim. Assim, as ausências temporárias de *Palmares* do jornal poderiam ter ocorrido a fim de provocar certa expectativa entre aqueles que acompanhavam a história e aguardavam sua continuação, sem saber exatamente quando isso aconteceria.

Meyer, por exemplo, relata o testemunho de dona Brites acerca de um parente “irreverente” que “pregou uma peça” à mulher, dando-lhe de presente o volume completo do romance-folhetim, cujos fragmentos ela vinha recortando do jornal e reunindo, religiosamente todos os dias, a fim de lê-los de uma única vez. Por meio dessa história, a autora aponta uma forma de prazer relacionada à leitura ou narração em voz alta do “folhetim original ‘autêntico’, ou seja, o manjar fragmentado no jornal, vendido em cotidiana e parcimoniosa fatia” e questiona: “não estaria aí uma das inúmeras razões que explicam o gosto pela literatura *d’appendice*?”. Sendo diversos os modos de publicação de obras literárias – folhetim, fascículo, livro –, cada modo provocaria satisfações específicas de leitura.⁵⁴

Logo, as transitórias ausências de *Palmares*, caso tenham resultado da “suprema astúcia” do diretor do jornal, “a quem obedecem autor e público”,⁵⁵ não ocorreram por acaso ou por simples falta de comprometimento do escritor. Observando outros folhetins veiculados em *A Constituinte*, tanto de autores nacionais quanto de franceses, pode-se perceber que todos tiveram ausências temporárias no jornal, exceto *Um padre casado*, de Julio D’Aurevilly, cuja publicação foi interrompida definitivamente treze edições após sua inauguração no rodapé de *A Constituinte*.

De qualquer forma, a publicação descontínua do romance de Jorge Velho prosseguiu até a edição 296 do jornal, possivelmente saída no dia 15 de julho de 1880.⁵⁶ Nesse momento, o público acompanhava o capítulo V, o último de sua primeira parte. No dia seguinte, *A Constituinte* ainda lançou um número sem a presença do folhetim, seria a última vez que a folha circularia por entre os leitores paulistas.⁵⁷

⁵⁴ Ibidem, p. 314.

⁵⁵ Ibidem, p. 315.

⁵⁶ No site da Hemeroteca Digital Brasileira, não é possível identificar o dia em que saíram as edições 296 e 297 do jornal, pois as folhas onde se encontram a data dessas edições encontram-se rasgadas. No entanto, a edição de 295 saiu no dia 14 de julho de 1880.

⁵⁷ Autointitulado “órgão liberal”, *A Constituinte* havia sido fundada em 7 de setembro de 1879, no 57º aniversário da Independência do Brasil, por Joaquim de Almeida Leite de Moraes, Bento Francisco de Paula Souza e Basílio Augusto Machado de Oliveira, seus redatores, e gerenciada por Alfredo D’Almeida. Desses nomes, apenas Leite de Moraes permaneceria à frente do jornal até seu desaparecimento. Com tipografia própria,

Essa “morte” repentina do jornal pode ter decepcionado o público e, sobretudo, aqueles que acompanhavam *Palmares*, mas não causou muita surpresa. Isso porque, da inauguração da imprensa no Brasil, em 1808, até a completa instalação de sua fase industrial, iniciada em meados do século XIX e consolidada no início do século XX, verifica-se a proliferação de jornais de vida curta ou curtíssima.

Segundo Isabel Lustosa, no início da imprensa brasileira, a “vida era dura naquele tempo para os homens de letras. Os custos da publicação de um jornal eram altos e o retorno obtido com as subscrições mal dava para pagá-lo”.⁵⁸ Uma realidade que se transformou pouco até a Primeira República, conforme aponta Paulo Duarte em um folheto acerca da imprensa paulista, “numerosa, mas de uma maneira geral sempre medíocre. A não ser os grandes jornais, *Correio Paulistano*, *A Província de S. Paulo* e, por último, o *Diário Popular*, outros inúmeros e revistas várias iam, vinham, nasciam e morriam com maior facilidade”.⁵⁹

Assim, os leitores de *A Constituinte*, que acompanhavam seu último folheto, teriam de esperar por cinco anos até o lançamento de *Palmares: romance nacional histórico* em livro pela Editora Laemmert & C para dar continuidade à leitura. O fato de sair do rodapé do jornal, ser editado e publicado em livro por uma das editoras mais importantes do período leva a supor que houve certa aceitação do romance pelo público, durante sua trajetória em *A Constituinte*, pois, sendo os periódicos a forma mais econômica de publicação, era comum que neles se submetessem romances, com ou sem as características do gênero folhetinesco, “à aprovação do público leitor que definia se deveriam ou não ser impressos depois em livro”.⁶⁰

Dividido em primeira e segunda parte, como previsto no jornal, e com o total de dez capítulos, a obra final englobou também uma “Carta dedicatória” endereçada a Antonio Henrique Leal,⁶¹ maranhense responsável pela edição póstuma das obras de Gonçalves Dias e

inicialmente localizada na rua Imperatriz, n. 51 (atual XV de novembro) e posteriormente transferida para a rua da Bela Vista, n. 74, *A Constituinte* possuía, conforme o padrão da época, quatro páginas, divididas em seis colunas. Em abril de 1880, houve reformulação em seu *design*, e as páginas passaram a ser divididas em cinco colunas. Circulava diariamente na província de São Paulo e era vendida por meio de assinaturas – sendo, na capital, 15\$000 por ano ou 8\$000 por semestre; e fora da capital, 16\$000 por ano ou 10\$000 por semestre, pagos adiantados. Também era possível adquirirem-se folhas avulsas, que custavam 40 réis em 1879 e 60 réis em 1880. Além do Arquivo Público do Estado de São Paulo e da Hemeroteca Digital Brasileira, foi consultado o Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, em busca da continuação do periódico que poderia ter circulado após meados de julho de 1880. Nas últimas edições do jornal, presentes nos três arquivos, verificou-se que ainda se anunciavam os valores das assinaturas. Assim, acreditou-se, a princípio, na existência dessas edições. No entanto, segundo consta no trabalho de Affonso Antônio de Freitas, *A imprensa periódica de São Paulo desde seus primórdios em 1823 até 1914*, o fim de *A Constituinte* deu-se em julho de 1880.

⁵⁸ LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 55.

⁵⁹ DUARTE, Paulo. **História da imprensa em São Paulo**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, USP, 1972, p. 21.

⁶⁰ NADAF, op. cit., p. 31.

⁶¹ Nascido em 1828, em Itapecuru-mirim, no Maranhão, Antonio Henrique Leal formou-se em medicina na faculdade do Rio de Janeiro em 1853. Antes de se estabelecer na capital do Império, local em que faleceu em

a quem o autor Joaquim de Paula Souza, ainda sob o pseudônimo “Jorge Velho”, oferece “uns pobres *Palmares* que nada valem senão como recordações de cenas do norte, que o seu admirador do sul envia como preito de estima e simpatia ao ilustrado escritor, cujas palavras têm tanta autoridade e merecimento”.⁶²

A leitura comparativa entre os cinco primeiros capítulos de *Palmares* que aparecem em *A Constituinte* e aqueles que surgem na edição em livro revelam variações na pontuação de frases ou na escrita de algumas palavras, além da omissão ou inclusão de trechos no livro, em comparação à versão publicada no jornal.

Acerca das diferenças ortográficas cita-se, como exemplo, a grafia da desinência verbal número-pessoal (na terceira pessoa do plural do tempo pretérito perfeito). Enquanto no folhetim aparecerem os verbos *iam*, *foram*, *crearam*, *acrescentaram*, *continuaram*, *pertenciam*; no livro as mesmas palavras foram registradas com sufixo “ão”, sempre com o sentido de evento ocorrido: *ião*, *forão*, *creárão*, *acrescentárão*, *continuarão*, *pertencião*, etc. Essas diferenças podem ser justificadas pela ausência, antes do século XX, de uma norma ortográfica da língua portuguesa em Brasil e em Portugal que uniformizasse a escritura do português. Entre os lusitanos a primeira norma ortográfica seria aprovada em 1911, e no Brasil a adoção de uma norma levaria, ainda, algum tempo até ser aprovada.⁶³

As omissões ou inclusões de palavras e frases nas edições em folhetim e em livro são variações mais significativas, provocando, em certos momentos, alterações de sentido no texto. Ao retratar a personagem Brasília na edição de 1885, o narrador descreve-o como “um bonito mocinho, tão mimoso e simpático” de cor “branca amorenada, semelhando à rosa seca”. Isso porque sua mãe era mestiça de português e bugra e seu pai, que “também não era de todo branco”, possuía um dos avós mamelucos.⁶⁴ Na publicação em folhetim, o narrador aponta que o pai de Brasília, Chico Grande, era casado com uma “bugra mansa”, isto é, uma

setembro de 1885, residiu por muitos anos em São Luís – onde foi vereador, presidente da Câmara Municipal e eleito deputado provincial em 1866 – e em Lisboa, para onde se transferiu depois de sofrer uma congestão vascular. Leal foi, também, sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, sócio honorário do Gabinete Português de Leitura, entre outras instituições. Fonte: BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. 1º vol. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, p. 186-1888.

⁶² VELHO, op. cit., p. 3. Nos trechos citados de *Palmares*, realizou-se a adaptação ortográfica para a norma atual da língua portuguesa, exceto nos trechos em que intencionalmente se procurou ressaltar a grafia da época. No entanto, manteve-se a pontuação usada pelo autor.

⁶³ MOURA NEVES, Maria Helena de. O acordo ortográfico da língua portuguesa e a meta de simplificação e unificação. D.E.L.T.A., 26:1, 2010 (87-113). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v26n1/04.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

⁶⁴ VELHO, op. cit., p. 118.

indígena. Dessa forma, a transformação da mãe de Brasília de nativa para cabocla sugere a intenção de Paula Souza de branquear um dos personagens principais da história.⁶⁵

Contudo, a maioria das mudanças levantadas de uma versão para outra é mínima e não modificou substancialmente a história narrada, indicando mais uma revisão por que passou o romance, ao sair do rodapé de um periódico e ganhar espaço nas bibliotecas dos leitores.

2.2 Assinado Jorge Velho

Sob o pseudônimo de “Jorge Velho”, Joaquim de Paula Souza iniciou a publicação de *Palmares* no rodapé de *A Constituinte* em 1880 e, cinco anos depois, em 1885, ele manteve o mesmo pseudônimo ao lançar o romance em livro. Uma das primeiras indagações feitas ao constatar esse fato foi o porquê de o autor não assumir sua real identidade. Além disso, por qual motivo Paula Souza teria adotado o nome “Jorge Velho”, bandeirante responsável pela destruição do quilombo dos Palmares?

Em relação ao primeiro questionamento, deve-se lembrar que tanto na França quanto no Brasil as publicações de romances-folhetins sem indicação de autoria ou assinados com pseudônimos foram práticas muito comuns durante os séculos XIX e XX. A consagração desses romances nos rodapés dos jornais, como alimento diário da imaginação de pessoas interessadas em enredos facilmente digeríveis, marcados pelo melodrama e pelas aventuras e desventuras dos personagens, fez com que críticos e autores da época classificassem-nos como gênero menor, diferenciando-os da “alta literatura”.⁶⁶

Conforme aponta Meyer, os romances folhetinescos angariaram um “desprezo moralizador” por parte dos críticos literários, que culpavam ora autores, ora leitores, ora ambos pelo desenvolvimento desse tipo de literatura, a qual, supostamente, estimulava ainda mais a ignorância dos incultos.⁶⁷ Dessa maneira, não é difícil imaginar a existência de escritores que tendo inicialmente contribuído para a formação do gênero, publicando folhetins ou trabalhos em folhetins, logo buscaram se distanciar desse mercado; talvez não de forma radical, uma vez que ele se constituía uma boa fonte de renda, mas ocultando sua identidade. Balzac, por exemplo, de quem Girardin encomendou em 1836 o primeiro romance a ser inaugurado serialmente em *La Presse*, nutriu uma “incontida raiva-ciúme do sucesso de

⁶⁵ *A Constituinte*, 23/05/1880.

⁶⁶ Meyer, op. cit., p. 269.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 269.

Eugène Sue”,⁶⁸ um dos maiores folhetinistas de sua época, por considerar seu trabalho inferior e, ainda assim, render-lhe grandes fortunas.

Em relação ao cenário brasileiro, Nadaf cita o prefácio de *A Mortalha de Alzira*, de Aluísio Azevedo, obra publicada primeiramente em folhetim, em 1891, e depois em livro, no ano seguinte. Nesse prefácio, Azevedo procura se justificar perante os “homens de letras” por qual razão ele teria feito um romance romântico e fantasioso, afastado da estética naturalista por que já era conhecido naquele momento: tratou-se de uma encomenda realizada pela *Gazeta de Notícias*, que prometia remunerar bem por uma produção conveniente ao “paladar de grande massa de leitores sentimentais”, boa parte mantenedores do jornal, e ainda ceder o direito de propriedade da obra ao autor, que poderia publicá-lo posteriormente em volume. Azevedo, por sua vez, concordou com os termos sob a condição de que *A Mortalha de Alzira* fosse assinada com o pseudônimo de Victor Leal, o que assim ocorreu.⁶⁹

Logo o desprestígio dos romances folhetinescos foi motivo suficiente para que muitos literatos simplesmente deixassem de assinar suas produções ou adotassem um nome diferente ao publicá-las. Poderiam ser citados muitos outros casos na literatura brasileira, como a publicação anônima do romance de Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias*, entre 1852 e 1853.

Por outro lado, observando periódicos paulistas do século XIX verificou-se que eram publicados anonimamente ou com pseudônimo outros gêneros textuais além dos romances-folhetins – como as crônicas –, presentes nos rodapés ou mesmo em outras seções dos jornais. A razão poderia estar na tentativa de esses escritores protegerem-se de difamações, críticas e, quem sabe, preservar sua integridade física, caso seus escritos não fossem muito bem recebidos pelo público, em uma sociedade onde vizinhos se conheciam mutuamente e as intrigas costumavam ser discutidas abertamente nas páginas dos periódicos.

Na seção “A Pedido”, do *Correio Paulistano*, edição de 29 de outubro de 1868, um aviso escrito no dia anterior e assinado por J. A. Ribeiro da Silva contém a seguinte mensagem: “Declaro que não sou o autor do folhetim do *Diário de S. Paulo* de ontem 27 de outubro, nem tenho a menor parte direta ou indireta na publicação dele”. Na “Declaração”, do *Diário de S. Paulo*, em 12 de outubro de 1866, consta a seguinte mensagem:

Tancro, o autor do folhetim do *Diário*, apesar de ser bem conhecido dos seus colegas e do público e estar acima de qualquer insinuação miserável, desafia o tal Zuxios do *Correio Paulistano*, que declare por inteiro o nome do autor

⁶⁸ Tinhorão, op. cit., p. 31.

⁶⁹ NADAF, op. cit., p. 52.

do folhetim a que se refere. Já que agrediu debaixo do anônimo deve ter coragem de fazer esta declaração a que é provocado, do contrário será qualificado um desgraçado, como outro qualquer que queira atingir o mesmo fim.⁷⁰

É possível também que, com o tempo, a real identidade de um escritor, a princípio oculta, fosse descoberta, obrigando-o a criar novos pseudônimos. Alguns autores chegavam a assinar seus trabalhos com diferentes nomes ou de diferentes formas. “Jorge Velho”, por exemplo, não foi o único modo por que Joaquim de Paula Souza assinou suas produções. Em outros momentos ele adotou as siglas “P. S.” e “J. S.”, provavelmente em referência às iniciais de seu nome e sobrenome.

Em 16 de janeiro de 1877, na seção “Anúncios” do *Correio Paulistano*, achou-se à venda na livraria A. L. Garraux & C. o 1º volume do livro de contos *Folhas silvestres*, por Jorge Velho, no valor de 1\$000 (mil-réis). Em 9 de junho de 1878, o *Diário de S. Paulo* anunciou o folheto *Amores célebres nos principais povos do globo*, impresso nos estabelecimentos do jornal. Assinado por Jorge Velho, segundo o periódico, “pseudônimo que tomou o autor, um nosso ilustrado comprovinciano, prestante cultivador das letras, que, por modéstia, oculta o seu respeitável nome”, esse “delicado livro” foi destinado às “senhoras brasileiras”.

No rodapé de *A Constituinte*, assinado com “P. S.” Paula Souza publicou, em 7 de novembro de 1879, uma “Bibliografia”, resenha crítica do opúsculo *A propriedade literária: carta à S. M. o Imperador do Brasil*, de M. Pinheiro Chagas; e entre 11 e 16 de dezembro de 1879, foi divulgado um texto, ao final assinado por Jorge Velho, intitulado *Uma noite na linha (cenar de uma vida militar)*, baseado na experiência do autor na guerra do Paraguai. Logo havia um tempo, antes de iniciar a publicação de *Palmares* em maio de 1880, que Paula Souza se utilizava do nome de um bandeirante para assinar seus escritos.

De acordo com Angela Alonso, durante o movimento abolicionista brasileiro, militantes que atuaram nos jornais, escrevendo textos contrários à escravidão, adotaram a identidade de políticos antiescravistas internacionais com os quais se identificavam. Em 1884, na seção “A Pedidos” do *Jornal do Commercio*, “sob o compromisso de usarem pseudônimos”, saíram a favor do projeto de reforma do senador Manuel Dantas – posteriormente substituído por outro projeto que resultaria na Lei do Sexagenário (1885) –, Gusmão Lobo com o sobrenome Clarkson (de Thomas Clarkson); Rodolfo Dantas, filho do senador, e outros, com os nomes William Wilberforce, Thomas Buxton, Conde de Chatham,

⁷⁰ *Diário de S. Paulo*, 12/10/1866.

Abraham Lincoln e John Bill. Joaquim Nabuco tomou de empréstimo o nome do abolicionista estadunidense William Lloyd Garrison. Já José do Patrocínio e André Rebouças usaram o nome do afro-americano Frederick Douglass, o qual, depois de escapar da escravidão, lutou pela abolição em seu país.⁷¹

Dessa forma, pode-se considerar que as escolhas dos pseudônimos não eram gratuitas. Por meio deles, os escritores posicionavam-se político e ideologicamente, reforçando, muitas vezes, o argumento já abordado no texto. José do Patrocínio, antes de Douglass, havia se passado por Prudhomme na seção “Semana política”, da *Gazeta de Notícias*, apresentando crônicas sobre o Parlamento com a máxima do socialista Proudhon adaptada para a realidade local: “A escravidão é um roubo!”.⁷²

Sendo assim, a adoção do nome Jorge Velho como pseudônimo evidencia a possível identificação que Paula Souza tinha com um dos mais conhecidos capitães do mato do período colonial. Essa identificação torna-se clara quando se lê *Palmares* e se verifica a imagem do bandeirante Domingos Jorge Velho e a imagem dos paulistas traçadas pelo narrador. Consequentemente, isso também influencia na forma como os escravos e a escravidão, assim como os indígenas, são apresentados na obra. Na “Carta dedicatória”, já mencionada, ele antecipa:

Exaltei os paulistas; mas com justiça, pois foram eles que de longe foram aos Palmares, a destruir aquele estado no estado; pois ali padeceram mil sofrimentos antes que alcançassem o socorro que deu a vitória; pois entendo a destruição dos Palmares, devido sobretudo a Domingos Jorge, vexado por uma primeira derrota.⁷³

Nascido no ano de 1833, na então Vila de Itu, localizada no interior da província de São Paulo, Joaquim de Paula Souza era membro de uma importante família de proprietários rurais, que exerceu grande influência política tanto no período imperial quanto durante a República.

Seu pai, Francisco de Paula Souza e Mello, teve participação no jogo político que se instaurou no território paulista durante o processo de independência do Brasil, liderando a Confederação de Itu (1821), da qual participaram os liberais de São Paulo leais a D. Pedro. No início do Primeiro Império, em 1823, elegeu-se como deputado para a Assembleia Constituinte, dissolvida no mesmo ano pelo imperador; e entre 1826 e 1833 atuou como deputado geral, sendo presidente da Câmara dos Deputados entre maio e junho de 1827. A

⁷¹ ALONSO, op. cit., p. 246-247.

⁷² Ibidem, p. 117.

⁷³ VELHO, op. cit., p. 8.

partir de 1833, tornou-se senador pela província de São Paulo e, em 1842, Conselheiro de Estado, cargos em que permaneceu até 1851, ano de sua morte.⁷⁴

Além do pai, seu sobrinho Antônio Francisco de Paula Souza também atuou na vida política, participando da campanha republicana e, posteriormente, durante os primeiros anos de República, exercendo o cargo de ministro de Viação e Obras Públicas do Brasil em 1890. Formado em engenharia na Suíça, organizou a Repartição de Águas e Esgotos da Província de São Paulo, durante o império, e trabalhou na estrada de ferro de Rock Island e St. Louis, nos Estados Unidos, de onde manteve correspondência com seus colegas abolicionistas Luís Gama e Américo de Campos.⁷⁵ No entanto, é, sobretudo, devido ao fato de ter sido o fundador e o primeiro diretor da Escola Politécnica de São Paulo a causa por que Antônio Francisco de Paula Souza é mais bem conhecido atualmente. Em sua homenagem, a instituição criada em 1969 para organizar a implantação de cursos superiores da área de tecnologia, e que acabou englobando a instalação de cursos profissionalizantes de nível médio no estado de São Paulo, recebeu posteriormente seu sobrenome, sendo hoje denominada Centro Paula Souza.⁷⁶

Esses são apenas dois exemplos que evidenciam a importância dessa família no cenário paulista e nacional – ligada, ainda, por meio de laços de sangue, a outras famílias da elite tradicional de São Paulo, como os Souza Queiroz, os Cerqueira Leite, os Barros e os Penteado.

Joaquim de Paula Souza, por sua vez, atuou como médico, fazendeiro, higienista, dramaturgo, romancista e historiador. Graduou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1857 e, em 1858, como os jovens de boa família da época, partiu para uma viagem de estudos à Europa. Ao retornar ao Brasil, passou a exercer a clínica médica na cidade de São Paulo e, durante a guerra do Paraguai, prestou serviços voluntários na região do conflito. Entre suas produções, além de *Palmares: romance nacional histórico* e das demais obras anteriormente mencionadas, encontra-se o *Guia médico do fazendeiro*, o *Manual de literatura ou estudos sobre a literatura dos principais povos da América e da Europa*, o romance *Campos novos*, a peça *Alvares de Azevedo*, *Escola de caça e montaria paulista*, os contos *A ramalheira de Paris* e *Atribulações de um médico da roça*, entre outros. Faleceu em 26 de

⁷⁴Sem autor. **A História da Câmara dos Deputados: Francisco de Paula Souza e Melo**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/francisco_melo.html>. Acesso em: 05 fev. 2020.

⁷⁵MORSE, Richard M. **Formação Histórica de São Paulo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, p. 217.

⁷⁶Sem autor. **Sobre o Centro Paula Souza**. Disponível em: <<https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza/>> Acesso em: 05 fev. 2020.

setembro de 1887, dois anos depois da publicação de *Palmares* em livro e, aproximadamente, oito meses antes da abolição da escravatura no Brasil.⁷⁷

Entre suas últimas produções, *Palmares* surgiu em folhetim contemporaneamente a *Memórias póstumas de Brás Cubas*, obra que consagra Machado de Assis como um dos mais importantes literatos brasileiros e que, entre março e setembro de 1880, saía na *Revista Brasileira*.⁷⁸ Nessa época, o Brasil vivenciava o início das turbulências que marcariam os últimos anos do império, com o crescimento do antiescravismo, de um lado, e a intensificação das críticas ao regime monárquico no cenário nacional, de outro. Um momento, portanto, em que já não parecia haver espaço para o estilo romântico de produção literária.

No contexto paulista, esse período marca também uma fase decisiva para a região, uma vez que a produção cafeeira colocava a província de São Paulo em posição de destaque no cenário econômico nacional. Como consequência, sua capital, “provinciana” e “pós-colonial”, estava prestes a “dar vazão a sua força de crescimento” desde a década de 1870, o que a levaria do décimo para o segundo lugar em tamanho no último quartel do século XIX⁷⁹ e a transformaria na maior e mais importante metrópole brasileira no século XX.

Apesar de vivenciar um “arrefecimento intelectual”⁸⁰ em relação ao período anteriormente recente de sua história – sobretudo após a fundação da Faculdade de Direito em 1827 –, a cidade de São Paulo em que vivia Paula Souza, além do desenvolvimento econômico e tecnológico, concentrou cada vez mais imigrantes provenientes de diferentes nacionalidades, os quais encontraram ocupação nas áreas deixadas vagas pelos escravos que partiram para as fazendas do interior, no tráfico interno.

De acordo com Morse, entre 1855 e 1872 o número de estrangeiros residentes no centro comercial de São Paulo (região da Sé) mais do que duplicou, isto é, passou de 495 a 1 102. Eram italianos, franceses, alemães, prussianos, portugueses, estadunidenses e ingleses

⁷⁷ Na seção “Falecimentos” do *Correio Paulistano*, de 27 de setembro de 1887, um dia após a morte de Joaquim de Paula Souza, publicou-se a seguinte nota:

“Vítima de uma congestão cerebral, faleceu ontem, na capital, o dr. Joaquim de Paula Souza. Era filho do conselheiro Francisco de Paula Souza e Mello, e formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro.

Por ocasião da guerra do Paraguai o dr. Paula Souza prestou importantes serviços, sob o comando do Duque de Caxias, e sem receber por eles gratificação alguma.

Às horas de descanso dedicava-se ele às letras, deixando diversas obras.

Colaborou em muitos jornais da província; por vezes escreveu para as colunas deste jornal.

O dr. Joaquim de Paula Souza, era um paulista digno de apreço por muitos títulos.

Ao enterro, que efetuou-se [sic] ontem mesmo, compareceram muitos amigos seus.

Nossos pêsames a exma. família.”

⁷⁸ GUIMARÃES, Hélio. “Um monumento chamado Brás Cubas”. In: ASSIS, MACHADO. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2014, p. 11.

⁷⁹ MORSE, op. cit., p. 216.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 227.

exercendo funções como modistas, barbeiros, cabeleireiros, médicos, dentistas, horticultores, joalheiros, atuando ainda no setor hoteleiro e no comércio varejista de forma geral.⁸¹

A imprensa revela que as reações dos brasileiros a essa convivência com os imigrantes e às transformações da sociedade de forma geral variaram da ironia e zombaria típicas ao xenofobismo e à autocensura.⁸² Já Joaquim de Paula Souza presenciou, talvez, um tanto melancolicamente as mudanças que ocorriam na província natal e em sua capital, que perdia os últimos resquícios de comunidade para ganhar uma aparência de cidade moderna, cosmopolita e economicamente dinâmica, atraindo os cafeicultores que passaram a construir residências no ambiente urbano.

Na “Carta dedicatória”, o autor declarou conservar as “ideias dos antigos” e lamentou o fim do “doce, patriarcal, santo amor da família”, que antes habitava e morria nos mesmos locais em que seus avós haviam vivido e morrido. Por outro lado, respondeu àqueles que desejavam mudanças no “caráter dos brasileiros” dizendo que era “bem difícil mudar-se o que por séculos foi moldado” e justificou a escolha de escrever sobre um passado colonial, quando havia, segundo ele, “tanto heroísmo” e os paulistas constituíam-se no “tipo do homem de bem”, apontando seu desprezo àqueles que “faziam timbre de ser seco, de não ter preconceitos de família e pátria, de ser positivo e realista”.⁸³

Além do pessimismo em relação à época em que vivia, Paula Souza posicionou-se contrário à “escola de afetação e cultismos”, baseada em modelos franceses, que teria como objetivo dar aos brasileiros caracteres e costumes contrários a sua índole; e pregou a necessidade de um nacionalismo autêntico, do qual Gonçalves Dias teria sido o maior expoente.⁸⁴

Assim, é possível sugerir que Paula Souza foi avesso à francofilia cultivada pelos escritores brasileiros desde, pelo menos, as primeiras décadas do século XIX – quando, no processo de independência política em relação à Portugal, intelectuais lutavam também pela autonomia cultural do Brasil, elegendo a França como paradigma. Em *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*, por exemplo, publicado na *Revista Niterói*, em 1836, e considerado um “manifesto romântico” por muitos críticos atuais, o poeta Gonçalves de Magalhães expôs: “Hoje o Brasil é filho da Civilização francesa, e como Nação é filho dessa

⁸¹ *Ibidem*, p. 179 e *passim*.

⁸² *Ibidem*, p. 187.

⁸³ VELHO, op. cit., p. 14.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 4.

revolução famosa que abalou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a púrpura e os cetros dos reis”⁸⁵.

José de Alencar, apesar do “grande talento”, foi classificado por Paula Souza entre os escritores que “pintam um Brasil de fantasia” e falseiam a realidade, além de iniciador de um “estilo imaginoso” – abundante em figuras como a comparação, que dá a conhecer as coisas não como são, mas de maneira vaga, com linguagem pedante e expressões ocas, empoladas e afetadas. Consideradas “afrancesadas”, as personagens femininas da obra alencariana – a exemplo de Diva e Lucíola –, causariam nojo por se tratarem de “figuras romanescas, indignas da menor simpatia”. Em relação aos indígenas ou aos mestiços, não menos falsificados, Alencar não os teria levado ao palco senão após tê-los “ensinado e modelado conforme o último figurino francês”. Assim, eles arrancariam a braço árvores robustas da floresta, saltariam de altos jequitibás, correriam velozmente como micos e andariam a cavalos pelas matas como se estivessem em fazenda.⁸⁶

Se por um lado Paula Souza afirmou rejeitar essa representação folhetinesca dos indígenas, da natureza e da realidade nacional, resultada, segundo ele, das influências francesas e do estilo romântico; por outro lado não abriu mão de um “patriotismo” característico do Romantismo. Esse patriotismo, a seu ver, manifestar-se-ia por meio da representação fidedigna de cenários, do caráter e das ações de personagens brasileiros – conforme foram “pautados pela tradição e notícias históricas” –,⁸⁷ e pelo uso de epígrafes que, necessariamente, deveriam ser extraídas de obras de escritores nacionais.

Nesse sentido, Paula Souza procurou demonstrar que, para compor sua obra, a qual ele denomina de “romance nacional histórico”, embebeu-se de livros e documentos publicados durante e após o tempo dos bandeirantes e de relatos orais sobre a guerra dos Palmares ainda transmitidos em sua época. Ao utilizar-se da “tradição” para a reconstrução da guerra entre paulistas e palmarinos, o autor deixou claro sua importância, apontando a necessidade de “reduzi-la a livro”. Além disso, declarou ter sido guiado mais por “notícias particulares” para tratar desse tema do que pelos trabalhos dos historiadores, que teriam tratado “muito em geral da matéria”.⁸⁸

Contrário ao francesismo que invadia o pensamento e a conduta nacional, Paula Souza, por outro lado, exaltou os portugueses, “mais ajuizados e sérios” e de quem os brasileiros e paulistas seriam filhos. Assim, criticou aqueles que “cegos pelo desamor,

⁸⁵ MAGALHÃES, Gonçalves; CASTELLO, José Aderaldo (org.), op. cit., p. 96.

⁸⁶ VELHO, op. cit., p. 5-6.

⁸⁷ Ibidem, p. 7.

⁸⁸ Ibidem, p. 7.

cegueira maior do que o amor”, lamentavam o fato de o Brasil não ter se tornado colônia holandesa e de o quilombo dos Palmares haver sido vencido. Para ele havia ideias tão absurdas contra as quais não se poderia argumentar, e questiona: “pois queriam que a raça negra subjugasse a branca, e que o Brasil se tornasse uma republica do Haiti?”. Ainda segundo o autor, “a raça preta nada fez até hoje; é tão inferior que não se pode tal desejar”.⁸⁹

Nesse e em outros pontos da Carta, assim como no próprio romance, Paula Souza demonstra conhecer e compartilhar dos argumentos de teorias racistas do século XIX, que começavam a ganhar força no Brasil, na década de 1880. Originárias dos Estados Unidos e da Europa, as principais teorias tinham pontos divergentes entre si, sobretudo em relação à questão se brancos, negros e indígenas partilhavam ou não de uma mesma origem. Contudo, não há dúvidas de que para poligenistas ou monogenistas o branco era superior aos demais grupos raciais.

Aparentando estar de acordo com essas crenças e com a opinião do genealogista do século XVII Pedro Taques, Paula Souza negou, por exemplo, a ascendência indígena aos brancos paulistas. Dessa maneira, a amizade existente entre Manoel Pedroso de Barros e a mameluca Brasília – heróis do romance –, representam a “união que fez a força, a coragem que obrou prodígios, os combates e trabalhos, que padeceram caboclos e paulistas, unidos sempre em expedições arriscadas”. No entanto, apesar da estima entre ambos, o autor afirmou que não os fez casar, pois seria “faltar com a verdade”. Aqui, “faltar com a verdade” ocorreria menos devido ao fato de que Manoel de Barros, personagem histórico, não teria se unido à Brasília, personagem fruto de criação literária; mas sim no sentido de que “com o casamento quisesse significar a fusão das raças que não se deu”, conforme Alencar teria indicado falsamente em sua obra *Guarani*. Assim, não haveria sangue branco pelos matos, e os mestiços que existiam não seriam o Brasil, filho de Portugal.⁹⁰ A solução formal para evitar o casamento foi a morte de Brasília no final da romance, após ela passar praticamente toda a trama disfarçada de rapaz.

Contudo os indígenas, mesmo inferiores aos brancos, foram exaltados na obra por suas “qualidades femininas” que possuiriam em excesso, tais como a “profundidade de sentimentos, a percepção rápida e segura, a doçura, abnegação e fidelidade”. Essas qualidades teriam sido muito apreciadas pelos paulistas, “que não se acomodavam com os tapanhús”,

⁸⁹ Ibidem, p. 9.

⁹⁰ Ibidem, p. 10.

termo dado aos negros pelos indígenas e que foi adotado também pelo colono português para se referirem aos africanos.⁹¹

Considerados inferiores aos brancos e aos indígenas tanto em beleza física quanto em qualidades morais, os negros foram representados no romance por alguns escravos da fazenda do pai de Manoel Pedroso de Barros – Pedro Vaz –, e pelos negros palmarinos. O retrato que é feito deles não é sempre negativo, embora a negatividade seja dominante. Zumbi, por exemplo, teria tido como único defeito ser “em excesso amante do belo sexo”, relativizado pelo próprio autor que aponta não saber se “será defeito amar o que há na terra de mais perfeito”. A caracterização positiva do líder palmarino, no entanto, tem uma razão de ser, e essa razão é a exaltação dos paulistas, reputados os únicos capazes de colocar fim ao quilombo dos Palmares. Por outro lado, Gangazona, que na obra é apresentado como o irmão de Zumbi, exemplificaria o estereótipo tipicamente dado aos africanos por todos os viajantes: a bruteza e a inclinação ao alcoolismo.⁹²

Já os lusitanos, pertencentes à raça branca, possuiriam “grandes e sólidas qualidades”, e Paula Souza declara-se orgulhoso de descender de portugueses, assim como os filhos de franceses ou de ingleses também se mostrariam orgulhosos de sua ascendência. Isso porque, segundo o entendimento do autor, Portugal era formado por um dos povos mais “honrados, sisudos, inteligentes e valentes”, que, com pouco mais de mil homens, teria possuído “de Aden até a China”, muito mais do que os ingleses possuíam no século XIX com um número superior a cem mil homens. Os paulistas, vistos como “heróis do Brasil”, teriam herdado o “brio” dos portugueses, realizando ações heroicas – sofrendo frio, fome e as intempéries da natureza –, que justificariam sua vitória sobre os palmarinos.⁹³

Até aqui, procurou-se realizar uma breve introdução da visão de Paula Souza acerca dos brancos, negros e indígenas, presente na “Carta dedicatória”; texto cuja análise ajudou a compreender as características formais do romance e que serão apresentadas logo a seguir.

2.3 O realismo em *Palmares*

De acordo com Sacramento Blake, em *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, o romance *Palmares* tratou-se de “um estudo dessa famosa república negra, apresentado em

⁹¹ Ibidem, p. 10.

⁹² Ibidem, p. 9.

⁹³ Ibidem, p. 8-9.

estilo que o autor julgou mais acertado para ser mais lido”,⁹⁴ informação parcialmente corroborada pelo artigo de *A Constituinte*, apresentando o folhetim em 13 de maio de 1880, no qual afirma se tratar “de um estudo dos homens e acontecimentos de 1694”; e pela “Carta dedicatória”, onde Paula Souza diz ter procurado apresentar o que leu e soube em forma de romance.⁹⁵

Dessa maneira, seguindo a pretensão de ser um estudo apresentado em uma obra de ficção, *Palmares* busca adotar uma escritura realista, isto é, que se esforça para atingir uma “impressão de real” graças a procedimentos específicos utilizados por seu autor.⁹⁶ Isso, assim, distancia o romance, em alguns pontos, do perfil das produções folhetinescas do século XIX, cujo papel era, principalmente, satisfazer a imaginação dos leitores, exacerbando temáticas eufóricas e disfóricas por meio de um discurso narrativo emotivo.⁹⁷

Não que os romances-folhetins tivessem deixado de abordar ou de refletir sobre questões inspiradas na realidade. Um exemplo que nega essa ideia são as obras de Eugène Sue, que na segunda fase de sua trajetória como escritor de romances-folhetim circulava entre operários para estudar seu modo de vida e, assim, ter elementos para compor muitas de suas obras. No entanto, nesse gênero de romance, classificado pelos críticos como subliteratura, existiu um forte sensacionalismo que resultou em uma maior percepção da narrativa como produto de uma consciência subjetiva.⁹⁸

Entre os elementos utilizados por Paula Souza a fim de transmitir maior realismo a sua obra, pensou-se, em um primeiro momento, na escolha de um narrador onisciente em terceira pessoa e de uma narrativa ulterior, em que a história relatada ocorre em um período anterior ao da narração. Assim, o distanciamento de um narrador que conhece o passado e o presente das personagens, bem como seus sentimentos e pensamentos, e que narra um evento precedente ao seu próprio tempo – que ele não diz qual é, mas que poderia corresponder à época de produção e de publicação da obra, ou seja, as últimas décadas do século XIX –, conquistaria maior credibilidade dos leitores.

⁹⁴ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. 4º vol. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, p. 221.

⁹⁵ VELHO, Jorge. Op. cit., p. 7.

⁹⁶ Reuter aponta que o termo “realismo” é polissêmico, designando tanto a corrente literária do século XIX quanto “a impressão de real provocada por um texto a partir de um certo número de procedimentos”. Op. cit., p. 149.

⁹⁷ Ibidem, p. 150.

⁹⁸ Para Brito Broca, o romance-folhetim “foi, talvez, o primeiro elemento de sensacionalismo introduzido na imprensa. Precedeu ele à reportagem policial, oferecendo aos leitores um prato idêntico ao que esta viria proporcionar-lhe, mais tarde.” “O Romance-Folhetim no Brasil”. In: BROCA, Brito. **Românticos, Pré-Românticos e Ultrarromânticos: Vida literária e Romantismo brasileiro**. São Paulo: Pólis; Brasília: INL, 1979, p. 174-178; p. 174-175.

Entretanto, a escolha de um narrador onisciente não necessariamente resulta na objetividade da narração, mesmo que a intenção dos autores, a princípio, tenha sido essa. Como aponta James Wood, em *A mecânica da ficção*, “a narração na primeira pessoa é geralmente mais fiável do que não fiável; e a narração onisciente na terceira pessoa é geralmente mais parcial do que onisciente”.⁹⁹ Ele argumenta essa ideia explicando que, no caso das narrativas em que os narradores-personagens contam sua própria história, é comum os autores indicarem aos leitores a não fiabilidade de seus narradores, tornando-os, assim, “fiavelmente não fiáveis”. Já a onisciência seria quase impossível, e quando “alguém conta uma história sobre uma personagem, a narrativa parece querer acomodar-se a essa personagem, fundir-se com essa personagem, adotar o seu modo de pensar e de falar”, originando o discurso indireto livre, no qual a fronteira entre a opinião do autor e a das personagens é difícil de ser apreendida.¹⁰⁰

Em *Palmares*, obra escrita por um paulista e direcionada aos paulistas (tendo como verdadeiros protagonistas os paulistas dos tempos coloniais), a não fiabilidade do narrador onisciente é denunciada em muitos momentos. Ao caracterizar, por exemplo, D. Maria de Mesquita, uma das primeiras personagens a ganhar vida na história, esposa de Pedro Vaz de Barros, com quem teve dezesseis filhos, o narrador afirma ser ela um “tipo de senhora daqueles tempos”, ou seja, dotada de grandes qualidades, mas também de grandes defeitos, que, por sua vez, provinham de seu excesso de qualidades e dos costumes do tempo. Sem poder ela própria exercer as tarefas domésticas, já que as mulheres de classe social elevada estavam impedidas de realizar trabalhos manuais, à D. Maria cabia somente o mandar fazer, contribuindo para acirrar seu temperamento eufórico e colérico. Com base nessa informação, o narrador faz a seguinte observação sobre o comportamento da personagem:

Brava, sôfrega, D. Maria desesperava-se sobretudo contra os pretos, lamentando-se que não se pudesse mais conquistar e cativar índios, que eram *submissos, dóceis, e inteligentes*, enquanto os tapanhús, que eram como designavam os negros eram *resmungões, estúpidos e maldosos*.¹⁰¹ (grifo meu)

Não se sabe exatamente se as palavras grifadas no trecho acima – “submissos”, “dóceis” e “inteligentes” para qualificar os indígenas; e “resmungões”, “estúpidos” e “maldosos” para se referir aos negros –, provém da personagem ou se se trata da opinião do

⁹⁹ WOOD, op. cit., p. 21.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 24.

¹⁰¹ VELHO, op. cit., p. 27.

narrador. Porém, mais adiante, o comportamento impaciente dessa senhora é também justificado pelo meio em que ela vivia, marcado pela falta de instrução. De acordo com o narrador, se “hoje, em que há muito maior instrução, vemos como são [as mulheres], tendo de viver no meio de escravas *estúpidas* e *descuidadas*, o que não seria naqueles tempos?”.¹⁰² Nesse caso, os termos “estúpidas e descuidadas” para se referir às mulheres cativas revelam certa ausência de neutralidade do narrador em relação ao seu relato, uma vez que denunciam seu ponto de vista e preconceito. Essa ausência de neutralidade, por sua vez, tem como efeito a diminuição da impressão de real na obra, caracterizada por meio de recorrências mínimas de comentários do narrador.¹⁰³

Exemplos explícitos da presença do narrador no romance também podem ser vistos ao longo de *Palmares*, tal como no terceiro capítulo “Amores e dores”, no qual é narrada a ida de Manoel Pedroso de Barros, um dos filhos de D. Maria de Mesquita, à loja do comerciante Capitão Gonçalo, “mais conhecido como *Capitão Cerveja* pelo uso imoderado desta bebida a que se entregava”, a fim de comprar uma escopeta de ponto de prata para sua proteção nas atividades de caça. Ali o jovem conhece D. Simôa – a filha do capitão –, por ela se apaixona e, acreditando ser correspondido pela moça, começa a compor versos inspirados nela; o narrador, então, apresenta um de seus sonetos com a seguinte observação: “Aqui exibimos o soneto à vista do leitor, como uma mostra dos versos que faziam os namorados daqueles tempos, que queremos fazer conhecer em seus menores detalhes”.¹⁰⁴

Mais adiante, no mesmo capítulo, Manoel descobre que Dona Simôa não tem a intenção de se casar com ele devido à diferença de gênio entre ambos; e sua mãe D. Maria de Mesquita, ao saber do fato, repreende-o por ele ter rejeitado escolher uma esposa entre suas primas, o que faria mais o gosto dela. Após uma pequena discussão entre mãe e filho, o jovem se cala porque sabe que seria inútil argumentar com Dona Maria; e ela, “vendo-o abaixar a cabeça”, torna-se mais branda. O narrador esclarece que “estava isso nos costumes do tempo, que procuramos pintar com exatidão”.¹⁰⁵

Durante a análise desses trechos, as explicações minuciosas do narrador chamaram a atenção, e naturalmente questionou-se a relevância de esclarecer a origem do apelido do capitão Gonçalo, a necessidade de transcrever um poema para mostrar como os namorados compunham versos quando apaixonados ou, ainda, o porquê de explicar que estava no costume do tempo a mãe se acalmar ao ver o filho abaixar a cabeça após uma discussão.

¹⁰² Ibidem, p. 29. (grifo meu)

¹⁰³ REUTER, op. cit., p. 150.

¹⁰⁴ VELHO, op. cit., p. 99.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 105.

James Wood, mencionando um concerto da violinista Nadja Salerno-Sonnenberg a que assistiu com sua esposa, observa que em um determinado trecho a musicista franziu os sobrolhos, como expressão de “súbita irritação”. Ao chegar a sua casa, Wood e a mulher discutem sobre qual seria o motivo do gesto da violinista, cada qual com uma interpretação diferente. Segundo ele, um “bom romancista teria deixado aquele franzir de sobrolhos em paz, e teria deixado os nossos comentários em paz, também: não haveria necessidade de sufocar aquela breve cena com explicações”.¹⁰⁶

Dessa maneira, inspirando-se no exemplo de Wood é possível afirmar uma fraqueza literária em *Palmares* que está no que Massaud Moisés chama de “minúcias gratuitas, apenas para encher o espaço que deveria ser ocupado pelo silêncio, e portanto dispensáveis, pois pouco significa, do prisma dramático (...)”,¹⁰⁷ isto é, as explicações excessivas do autor, que acaba limitando o espaço da imaginação do leitor. Entre os romances naturalista, por exemplo, surgidos no Brasil contemporaneamente à obra de Paula Souza, havia diversas intromissões dos escritores, sendo, por isso, conhecidos como romances de tese.

No entanto, algumas das explicações feitas pelo narrador de *Palmares*, embora desnecessárias para o entendimento da narrativa, carregam um sentido mais profundo, relacionadas às intenções com as quais o romance foi produzido. No caso das observações feitas ao apresentar o poema de Manoel de Barros e ao analisar o comportamento de D. Maria e de seu filho, verifica-se a tentativa de enfatizar a veracidade da história narrada, baseada, conforme já havia declarado Paula Souza, no estudo historiográfico e de documentos orais e escritos. Assim, frases como “estava isso nos costumes do tempo, que procuramos pintar com exatidão” – as quais se repetem, com algumas variações, em outros pontos de *Palmares* –, podem ser interpretados como recursos que afastam ou que, pelo menos, procuram enfraquecer qualquer convicção que os leitores viessem a ter de que as ações das personagens resultaram, exclusivamente, do trabalho imaginativo do autor.

Com relação à redundância em explicar o significado do apelido do Capitão Cerveja, “devido ao uso imoderado desta bebida”; e à reiteração do vício do capitão – como no trecho em que ele convida Manoel de Barros pela primeira vez a acompanhá-lo na bebida, mas que, segundo o narrador, toma dois canjirões de cerveja, enquanto o jovem conserva-se “com o primeiro copo, em que às vezes molhava os lábios, quando era preciso obedecer a reiterados pedidos do capitão Gonçalo” –,¹⁰⁸ existe uma intenção mais sutil. Sendo o capitão natural da

¹⁰⁶ WOOD, op. cit., p. 109.

¹⁰⁷ MOISES, op. cit., p. 93.

¹⁰⁸ VELHO, op. cit., p. 94.

capitania do Rio de Janeiro, que vivia não do cultivo da terra e nem de expedições pelo sertão, mas do comércio, era um “cigano finíssimo”, trapaceiro, beberrão e, portanto, moralmente distinto dos paulistas.

Ora, em um romance que busca exaltar os paulistas do tempo colonial, elevando-os ao ideal de homens e de mulheres, tornam necessárias as minúcias tanto dos defeitos dos *emboabas* do Rio de Janeiro – cuja capital, na época da publicação do romance, detinha a supremacia política e cultural –, quanto das qualidades dos paulistas a fim de contrapô-los, o que fica evidenciado no sermão abaixo, dado por Pedro Vaz de Barros a Manoel após descobrir a primeira vez em que o filho, desenganado do casamento com D. Simôa, entrega-se à bebida, influenciado pelo Capitão Cerveja. Neste trecho, além de indicada a visão que os próprios personagens paulistas tinham de si, consta a distinção entre nós (paulistas) – honestos, briosos e trabalhadores –; e os outros, que como Gonçalo passam a vida a mentir, a beber e a calotear.

– (...) Nossa família muitas vezes tem-se arruinado; tem chegado ao cúmulo da pobreza, mas sempre portando-se com dignidade, brio e nobreza. Quando por má cabeça, bom coração ou outros motivos têm caído na miséria, pegam na enxada, lutam pela vida, não tem preguiça, não tem pejo de trabalhar. Têm vergonha de mendigar, de beber, de apoderar-se do alheio. Põem as mãos ao trabalho, vão aos sertões, fazem dinheiro com o suor do seu rosto. Nunca mendigam, nunca bebem, nunca roubam: e creio, Deus me perdoe, que mesmo em estado de loucura, não seriam capazes destas falhas. Nunca se acanalham, nem se metem com essa gente ordinária que vive mentindo, bebendo, caloteando. Têm consciência de si; e apesar de pobres, são dignos, honestos, briosos. Levam a tal excesso o brio, que com vexame da pobreza, os menos afortunados fogem dos parentes ricos, para que não possam suspeitar que vem a pedir quem não pode dar.¹⁰⁹

Mesmo com as inúmeras interferências do narrador chegando a comprometer a qualidade literária da obra e diminuindo a sua impressão de real, a tentativa de um realismo em *Palmares* é observada em outros procedimentos, como o uso de uma linguagem mais direta, que se diferencia, por exemplo, da linguagem utilizada por Apolinário Porto Alegre em seu romance (quase) homônimo, e que será explorado neste capítulo – repleto de figuras como a metáfora e com vocabulário mais requintado, que exige consultas frequentes ao dicionário.

Na “Carta dedicatória”, Paula Souza – ao realizar suas críticas a José de Alencar e aos demais romancistas que, segundo ele, adotavam estilos narrativos semelhantes –, já havia explicado que a “sujeição da razão à imaginação” tem como consequência o desvio da linguagem e as alterações dos fatos narrados:

¹⁰⁹ Ibidem, p. 132.

Logo que a louca da casa, como chamam a imaginação, se torna dela senhora, começa dando às palavras sentido translato ou figurado, usando do estilo imaginoso, em que os pensamentos, ideias e coisas, não são explicadas por meio das mais apropriadas expressões, e sim por meio de comparações que as dão a conhecer vagamente, sem as mostrar.

Depois a imaginação, tomando de todo o domínio do cérebro, inverte fatos, vê tudo falsamente, torna-se verdadeira louca que não se pode aturar; mente, falseia, sem consciência do que faz (...).¹¹⁰

Segundo ele, não seria possível levar o “catonismo do amor à verdade” ao ponto de não admitir qualquer transgressão às suas leis; e isso não pelo motivo de que a produção artística seria inexistente se toda a criação fosse isenta de imaginação, mas sim por que os homens, como sujeitos imperfeitos, estavam fadados ao erro. Contudo,

levar o amor da falsidade, a ponto de fazer a natureza a sua fantasia, desfigurar cientificamente a realidade porque a ficção parece mais bonita, é conceder excessivos direitos à imaginação, é ter tal vaidade que a julga superior ao Supremo Criador, que nos dá os mais variados romances nos acontecimentos e quadros da vida e do mundo.¹¹¹

Dessa forma, os literatos que seguiriam a suposta “escola afrancesada” e que falseiam a natureza e a verdade são acusados de desconhecerem o Brasil, que procurariam descrever. Apesar da importância de não transgredir a realidade, mesmo nas produções literárias, história e literatura não se confundem na visão de Paula Souza, uma vez que a primeira “é a grave matrona que narra o que sabe”, enquanto a “ficção é o moço cheio de entusiasmo e imaginação que diz o que pensa; nunca, porém, sem o critério que obrigue a história a fazê-lo calar-se, antes fazendo ela crer em tudo o que diz o moço imaginoso”.¹¹²

Segundo Yves Reuter, o efeito realista das obras literárias é acompanhado de preocupações didáticas, que, por sua vez, acrescentando às palavras do autor, são frequentemente acompanhadas de um fim moralizador. Nesse sentido, as “informações e o saber justificam o mundo da ficção: em contrapartida, a ilusão realista garante a justeza do saber dado no texto”.¹¹³

Em *Palmares*, o didatismo se manifesta nos momentos em que o narrador compara o perfil dos paulistas do passado e do seu presente; faz uso de citações diretas no texto, retiradas de relatos orais, documentos escritos e de trabalhos historiográficos (embora as fontes nem sempre sejam mencionadas); explica a importância da caça para a formação do caráter dos

¹¹⁰ Ibidem, p. 6.

¹¹¹ Ibidem, p. 6.

¹¹² Ibidem, p. 7.

¹¹³ REUTER, op. cit., p. 153.

antigos habitantes de São Paulo e para a ampliação do território brasileiro; e descreve longamente a fauna e a flora presentes no Brasil etc. Nesses e em outros trechos, inseridos às vezes com o fim único de informar, em outras com a função de influenciar a opinião dos leitores acerca de um determinado ponto de vista, é frequente a “abundância de detalhes”, “como se não se pudesse deixar escapar nada”.¹¹⁴

No primeiro capítulo da obra, intitulado “Uma casa do tempo antigo”, a história é iniciada com a exaltação aos paulistas e um breve resumo de seus feitos e da história da província de São Paulo, a qual teria apresentado “por quase três séculos homens tão grandes, tão superiores ao geral estalão da raça humana, que parece legenda o que deles se conta”.¹¹⁵ Para corroborar a grandiosidade desses homens, são feitas citações diretas de opiniões favoráveis sobre eles (e supostamente extraídas de documentos), expressas pelo capitão-general D. Luiz Antonio de Souza Botelho ao governo da metrópole em 1766 e pelo marquês do Lavradio, em instrução de 27 de maio de 1775 dada ao capital-general Martim Lopes Lobo de Saldanha.

De acordo com o Botelho, os paulistas seriam “grandes servidores de Sua Majestade”; “de juízo grosseiro e mal limado, mas de metal mui fino”; robustos, fortes e sadios, que não teriam medo de expor-se a perigos, indo ao fim do mundo se necessário fosse. Já o marquês aponta, sobretudo, os serviços que os paulistas teriam prestado à Coroa portuguesa, como a extensão dos domínios do El-rei, o descobrimento de terras “nunca povoadas” e de tesouros nessas terras; além da expulsão de corporação de gente, que havia se refugiado de repreensíveis delitos em terras que por título de propriedade não lhe pertenciam.¹¹⁶

Também é mencionado o viajante do século XIX Saint Hilaire, o qual teria afirmado que os paulistas pareciam pertencer a uma raça de gigantes, e os historiadores F. Deniz, Southey e outros que “mostram como aqueles que mais fizeram pela grandeza do Brasil, cuja história, em começo, é a história da província”.¹¹⁷

As personagens de Paula Souza originárias da capitania de São Vicente foram formuladas seguindo a visão acima. Trata-se, portanto, de personagens planas (ou personagens-tipo), isto é, sem profundidade psicológica, ainda que todas elas apresentem características que lhes são próprias. Segundo Massaud Moisés, as personagens planas são pré-moldadas; nesse sentido, as ações que elas desempenham ao longo do romance tenderão a

¹¹⁴ Ibidem, p. 154.

¹¹⁵ VELHO, op. cit., p. 17.

¹¹⁶ Ibidem, p. 18.

¹¹⁷ Ibidem, p. 19.

confirmar o retrato físico e psíquico que o ficcionista havia indicado.¹¹⁸ Isso é claramente o que se pode verificar em *Palmares* seja quando se trata dos paulistas, seja quando se trata dos palmarinos ou, ainda, seja quando se trata dos indígenas: cada personagem segue padrões de comportamento que estão de acordo com seu grupo racial, na visão do autor.

Assim, no ambiente de parca cultura e educação, os paulistas do período colonial sentiam mais fortemente, seguiam nobres impulsos, mas também acabavam por cometer grandes injustiças. Entretanto, enquanto suas qualidades eram-lhes inatas, seus defeitos provinham do ambiente cultural em que estavam inseridos – diferentemente, como se verá, dos negros e dos indígenas, cujos defeitos eram inerentes a sua raça. Uma das estratégias do autor para provar esse ponto de vista é comparando os paulistas de antes com seus contemporâneos, cuja educação mais desenvolvida havia contribuído para o refinamento do comportamento, conforme indicado anteriormente no exemplo de D. Maria de Mesquita e como se pode ver no trecho a seguir:

Vazados no molde da vida animal, tudo era instintivo neles, e assim como seguiam nobres impulsos, às vezes deixavam-se dominar pelas paixões de momento, e cometiam ações bárbaras e injustas. Não nos admiremos, pois ainda hoje assim praticam muitas, e é mais para relevar naqueles tempos em que sentiam mais fortemente e obedeciam às impressões de momento. Era a educação, quando havia, muito deficiente. Acostumados a portar-se em frente de outro homem como um leão, ou a correr atrás das feras como um cão, eles não tinham os preceitos morais, o desenvolvimento, e as qualidades de hoje.¹¹⁹

Considerados também homens mais enérgicos do que os do século XIX, os paulistas da época colonial viviam uma vida de cheia de trabalhos. Dessa forma, em 1694, Pedro Vaz de Barros, que aos 55 anos não poderia ser considerado um velho, possuía os cabelos todos encarnados, resultado das “labutações da vida tempestuosa” e que contrastavam com a sua “robustez fora do comum”. Um “tipo de português daqueles tempos”, ele possuía inata nobreza da alma, consciência de seu dever, brio e lealdade, desinteresse, caridade e era um dos mais religiosos, o que o tornava desejado para intermediar as rivalidades entre seus vizinhos.¹²⁰

Manoel Pedroso de Barros, penúltimo filho de Pedro Vaz e de Dona Maria de Mesquita, distinguia-se do pai por ser dotado de um temperamento explosivo e de um extremo idealismo, incomum para a época. Contudo, era o braço direito de Pedro Vaz nas

¹¹⁸ MOISES, op. cit., p. 112.

¹¹⁹ VELHO, op. cit., p. 21.

¹²⁰ Ibidem, p. 23-24.

caçadas, era quem cuidava dos cachorros da fazenda e feitorava os escravos, com exceção dos domingos e dias santos. Observando-o, nada havia em seu aspecto que chamasse a atenção, além dos olhos que apresentavam “a doçura de uma moça junto à fúria de um guerreiro”. Doente e fraco ao nascer, os “médicos não lhe davam vida”, mas os cuidados da mãe e da irmã e madrinha D. Beatriz os fizeram um moço que “regulava com os melhores de seu tempo” – recebendo a alcunha de Velho ou Velhinho, que combinava com as ideias avançadas para sua idade. Apesar de franzino, havia boa saúde, resultado dos exercícios de caça. Ademais, não obstante sua extrema sensibilidade, o hábito de escrever poemas e o gosto pela solidão, “não era efeminado para aqueles tempos em que eram precisos homens capazes de ações extraordinárias”.¹²¹

No entanto, o idealismo e a sensibilidade de que era dotado Manoel de Barros – e que contrastavam com os gostos de D. Simôa, a qual apreciava “danças e realismos” –, fizeram que ele sofresse profundamente a rejeição da moça, embrenhando-se pelos matos, fugindo do contato com outras pessoas e desinteressando-se da caça e de tudo que antes era seu prazer. Com a necessidade de solidão, ora se fechava nos quartos de casa, que ficavam vazios durante o dia; ora se dirigia à floresta, permanecendo nela por longos momentos.

No quarto capítulo da primeira parte, denominado “Contemplação e ação”, onde são narrados de forma mais detalhada o sofrimento do paulista, Manoel encontra o caboclo Brasília em um de seus passeios solitários pela mata, tornando-se imediatamente grandes amigos. Essa amizade transforma-se em um consolo para Manoel, que acaba por planejar uma vingança contra o capitão Gonçalo pelo fato de ele o haver encorajado em sua paixão por D. Simôa e no consumo de bebida alcoólica para esquecer o amor não correspondido; contando com a participação de Brasília para a execução de seu plano.

Assim, Manoel e Brasília, no quinto e último capítulo da primeira parte da obra, intitulado “Os paulistas de dantes”, dirigem-se à vila de São Paulo a fim de encontrar o capitão. Contudo, em vez de Gonçalo, Manoel depara-se primeiramente com Domingos Jorge Velho, que, no momento da narrativa, já havia sofrido sua primeira derrota na guerra de Palmares e encontrava-se na capitania de São Vicente para recrutar novos soldados com o objetivo de dar cabo a sua missão de destruir o quilombo.

Manoel e Jorge Velho dialogam sobre seus sofrimentos; e o herói do romance, o qual julgava sua dor maior do que todas as dores, ouve o desabafo do sertanista, que depois de conquistar glória e fama sentia sua honra ameaçada pelos palmarinos. Jorge Velho aconselha Manoel Pedroso de Barros a acompanhá-lo na guerra, por meio da qual o jovem encontraria a

¹²¹ Ibidem, p. 48.

cura para o amor não correspondido, além do sossego, da paz, da glória e da aquisição de novos escravos para os trabalhos da lavoura. Após obter a autorização de seu pai, o capítulo encerra-se com a partida de Manoel de Barros, acompanhado de Brasília e de seu cunhado Manoel Correia Penteado, além de outros paulistas e indígenas, em direção ao quilombo dos Palmares.

Com base nesse breve resumo, é possível observar duas características do romance. A primeira é a linearidade da narração, ainda que, em muitos trechos, o fio narrativo seja entrecortado por *flashbacks* do narrador, apresentando eventos históricos sobre São Paulo ou detalhes sobre o passado das personagens, em especial, de Manoel de Barros. De qualquer forma, é possível afirmar que as principais ações relatadas na ficção interligam-se por meio da relação de causa e consequência. Essa característica, comum em romances históricos, tende a diminuir a possibilidade de ambiguidades e de incoerência na obra.¹²²

A segunda característica, diretamente relacionada com a primeira, é a organização temporal cronológica de *Palmares*. Segundo Moisés, nos contos, nas novelas e nos romances chamados por ele de lineares “o tempo escoia como se o ficcionista pudesse cronometrar todas (ou quase todas) as ações das personagens (...). Vê-se que o trecho se encadeia numa sequência temporal, que é registrada sempre que necessária à compreensão da história narrada.” O tempo cronológico conecta-se com os demais elementos da narrativa, como enredo, personagem, o cenário; e os acontecimentos são situados em “uma sucessão retilínea em que a ideia de tempo é dada pela própria ordenação da história”.¹²³

Dessa maneira, voltando um pouco na descrição da trama, o motivo pelo qual Manoel Pedroso de Barros foi à venda de Capitão Gonçalo para comprar uma escopeta de ponto de prata deu-se em razão de ele, durante uma caçada, haver enfrentado uma onça fazendo uso de apenas uma faca – evento narrado no segundo capítulo da obra “A caçada”. Seu pai, que até então não lhe permitia possuir armas de fogo, buscando reduzir-lhe a inclinação pela caça, finalmente concede licença a Manoel para que tivesse uma arma junto de si para se proteger dos animais selvagens durante sua permanência pela mata. Nessa venda, como visto, Manoel conhece D. Simôa, por quem se apaixona, mas por quem não é correspondido. Assim, seu sofrimento o leva primeiro ao isolamento no seio da floresta, onde conhece Brasília, e depois à guerra dos Palmares.

Segundo o linguista lituano Greimas, toda a narrativa é fundada em cinco etapas, chamadas de esquema quinário ou esquema canônico da narrativa: estado inicial, complicação

¹²² REUTER, op. cit., p. 152.

¹²³ MOISES, op. cit., p. 103.

ou força perturbadora, dinâmica, resolução ou força equilibradora e estado final. Assim, as narrativas se definiriam pela transformação de um estado (inicial) em outro estado (final). No entanto, para que ocorra o processo transformativo é necessário um motivo, seguido de uma dinâmica ou da busca pela resolução e, por fim, da resolução do problema, estabelecendo uma nova ordem das coisas, que permanece sem perturbação até que um novo fato ou evento reinicie todo o processo.¹²⁴

Apesar da simplificação e do formalismo estruturalista desse esquema que, conforme aponta Reuter, desconsidera o fato de que os romances são resultados de várias narrativas mínimas,¹²⁵ ele parece adequar-se à narrativa linear de *Palmares*, mostrando que a desilusão amorosa sofrida por Manoel de Barros constituiu-se na complicação que movimentou a história do jovem, narrada na primeira parte da obra e que, por sua vez, acaba se entrecruzando com a história da nação, cuja força perturbadora seria os Palmares e os palmarinos, que surgem na segunda parte.

Ao colocar em risco o domínio dos senhores de engenho e do governo português sobre o território e sobre os escravizados, era necessária a destruição de Palmares, tornando-se a contratação dos paulistas a tentativa de resolução do problema. Como resume o pensamento de Domingos Jorge acerca de seu plano para a destruição do quilombo, apresentado aos demais guerreiros no primeiro capítulo da segunda parte, “era preciso destruir Cartago”, uma vez que muitas outras expedições militares não alcançaram o sucesso definitivo, reorganizando-se os quilombolas logo após o fim dos conflitos e tornando-se, por isso, cada vez mais fortes.¹²⁶

Os vencidos que fugissem, seriam perseguidos pelos paulistas, tão mestres de seguir pela trilha a caça, e depois de pequena demora, seriam pegados [sic]. Arrematou dizendo que ou ele havia de ali se acabar, ou os palmaristas seriam exterminados desta vez.¹²⁷

No final da obra, depois da vitória do mestre de campo na guerra, ocorre o retorno da maioria dos guerreiros, ficando uns poucos paulistas na região do antigo quilombo. Os soldados provenientes “das capitânicas do norte voltaram às suas casas, contentes por se verem livres de um flagelo, que tanto mais incomodara quanto era o inimigo de portas a dentro, que por mais de meio século os assoberbara.”¹²⁸ Reestabelecida a ordem imposta pela dominação portuguesa no Brasil, os negros sobreviventes ao conflito foram divididos igualmente entre os

¹²⁴ REUTER, op. cit., p. 49.

¹²⁵ Ibidem, p. 50.

¹²⁶ VELHO, op. cit., p. 191.

¹²⁷ Ibidem, p. 194-195.

¹²⁸ Ibidem, p. 311.

líderes combatentes, recebendo cada um deles cem escravos. Manoel de Barros, curado de seu sofrimento inicial, decide não receber sua parte no espólio da guerra.

Assim, no final da obra, a superação da força perturbadora que colocava em risco a colônia coincide com a transformação do herói da história, agora mais maduro e experiente do que antes. Nas últimas páginas do Epílogo, Manoel de Barros é convidado pelo Capitão Cerveja para o casamento de sua filha. Na cerimônia, o capitão “julgando Velho ainda o rapaz tímido de dantes, propôs à saúde dele, dizendo que desejava-lhe felicidade e casamento com uma moça rica e bonita.”¹²⁹

Manoel de Barros buscou responder à altura da chacota e, em um discurso no qual denunciava as ações torpes do capitão, que antes praticamente lhe havia jogado a filha “às faces, com a ousadia de mercador”, dedicou o brinde a sua namorada, a deusa da caça. Brincadeira que “confundiu o Sr. Gonçalo e o tornou encolhido”.¹³⁰

A relação de causa e efeito apontada anteriormente com relação às ações das personagens pode, assim, ser estendida à própria estrutura do romance, dividida em primeira e segunda parte. Dessa forma, enquanto nos cinco capítulos da primeira parte é descrito o modo de vida dos paulistas – centrados, sobretudo, na vida de Manoel de Barros e de sua família –; nos quatro capítulos da segunda parte são narradas as condutas e as estratégias de combate dos antigos sertanistas de São Paulo na guerra. Uma vez que essas condutas e estratégias são justificadas com base nos costumes que os paulistas possuíam e que são apresentados na parte primeira da obra, é possível interpretar que a vitória dos paulistas sobre os quilombolas palmarinos – que já haviam sofrido diversos assaltos, mas que até então não teriam sido completamente destruídos –, ocorreu em razão do comportamento, da visão de mundo e dos hábitos que possuíam Domingos Jorge Velho e seus compatriotas. Portanto, conclui-se que, para o autor, outro povo não teria sido capaz de atingir o mesmo resultado na guerra dos Palmares.

Para reforçar essa ideia, acrescente-se que o evento narrado se passa entre os anos 1694 e 1695, ou seja, entre a primeira derrota sofrida por Domingos Jorge Velho na guerra contra os quilombolas e a destruição de Palmares. Ora, há indícios de que esse quilombo tenha existido desde o final do século XVI, tendo sobrevivido por, aproximadamente, cem anos às tropas coloniais, de holandeses e de portugueses, e às expedições militares organizadas por fazendeiros. No entanto, o tempo abordado no romance é o final da história de Palmares, quando entram em cena os paulistas, após a contratação de Domingos Jorge

¹²⁹ Ibidem, p. 331.

¹³⁰ Ibidem, p. 331.

Velho pelo governador da capitania de Pernambuco para a destruição do quilombo. Além disso, o espaço de desenvolvimento da ficção varia entre a província de São Paulo – em toda a primeira parte e no “epílogo”, onde é narrado o retorno do herói da guerra à fazenda de seus pais –, e a região localizada entre Pernambuco e Alagoas, onde se deu a guerra entre as forças coloniais e os quilombolas – nos quatro primeiros capítulos da segunda parte da obra.

Assim, corrigindo Sacramento Blake, antes de um estudo sobre “a república negra” o romance constituiu-se em uma tentativa de mostrar ao público os paulistas de antigamente e as razões de ordem cultural e racial que os teriam levado a destruir o maior quilombo já existente no Brasil.

2.4 Aspectos da literatura folhetinesca em *Palmares*

Surgido no jornal e para o jornal, o romance-folhetim não nasceu pronto. Os literatos que participaram de seu processo de criação – como Alexandre Dumas e Eugène Sue –, logo perceberam que era necessário adaptar as narrativas ao estilo de publicação seriada, uma vez que o sucesso ou fracasso de uma ficção poderia determinar positiva ou negativamente o futuro de um jornal.

Assim, os folhetins franceses, pioneiros nesse novo subgênero do romance, caracterizam-se pelas aventuras e desventuras dos heróis; encontros e desencontros amorosos; suspensões dos conflitos para retomadas posteriores e simplificação das personagens, sendo, na maioria das vezes, os bons sempre bons e os maus sempre maus. Esses elementos não são de todos exclusivos do gênero folhetinesco; no entanto, eles estão determinantemente presentes nos grandes clássicos dos romances-folhetins. Segundo Cavalcante, outros “princípios básicos” que marcam o romance-folhetim são:

a atualidade informativo-jornalística, as histórias contadas para comover ou informar, o namoro difícil ou impossível, o mistério sobre a personagem principal, o desvendamento final do mistério, o conflito entre o dever e a paixão, os cacoetes de uma personagem secundária, as situações de comicidade, a linguagem coloquial.¹³¹

Ao chegar ao Brasil, em fins da década de 1830, o romance-folhetim encontra o país debatendo-se entre projetos políticos distintos e lutando para manter a integridade de seu território. Ademais, é o momento do esforço de intelectuais para criação uma literatura

¹³¹ CAVALCANTE, Maria Imaculada. “Do romance folhetinesco às telenovelas”. **Opis** – Revista da NIESC, Vol. 5, 2005, p. 69.

genuinamente brasileira, divorciada da literatura portuguesa. Dessa maneira, o folhetim surgido na França encontrou um espaço frutífero na sociedade brasileira para se instalar, crescer e multiplicar, influenciando a produção de romances-folhetim no Brasil.

No início, os jornais da Corte e das províncias publicaram, exclusivamente, a tradução dos grandes sucessos folhetinescos internacionais, mas, em pouco tempo, essas publicações passaram a concorrer com as produções nacionais, algumas vezes com a prevalência destas últimas em algumas localidades.

De acordo com Marlyse Meyer, a maior parte dos romances brasileiros que buscavam se aproximar do folhetim genuíno era tão canhestro que “de folhetinesco, salvo no sentido mais pejorativo do termo”, não tinha nada. “Mistérios, misérias, etc. se multiplicam, sem que tenham o sal, o apelo e a tarimba dos modelões franceses, ainda que possam ocasionalmente reproduzir algumas de suas características”.¹³²

Por outro lado, ao termo “folhetim” foi adicionado o sentido de publicação “em fatias”, adotada em jornais e revistas. Dessa maneira, tanto na França quanto no Brasil houve escritores que publicaram suas obras “aos picados”, ainda que muitos deles não se identificassem com o gênero folhetinesco de romance – entre eles estiveram Gustave Flaubert, Machado de Assis e o próprio Joaquim de Paula Souza.

No entanto, de forma mais ou menos intensa os autores brasileiros do século XIX, em especial aqueles que exerceram suas atividades ao longo do movimento romântico – que coincide com a chegada do folhetim no Brasil –, beberam das águas dos grandes folhetinistas, sobretudo franceses, que exportaram suas histórias para outras nações.

Com relação ao romance *Palmares*, de Paula Souza, parcialmente explorado até aqui, mesmo sua composição linear, ordenada, que fez uso de uma linguagem mais direta e cuja trama o autor buscou embasar em estudos de historiadores e na tradição oral não impediu que o romance apresentasse certos recursos apelativos – tais como os dramalhões sentimentais, a vileza ou os grandes feitos de personagens rasas, as surpresas, as vinganças, as traições etc. –, denunciando-o como “obra da imaginação” e tornando-o, por isso, mais “palatável” ao gosto do público.

Assim, o lento ritmo da narração que marca os cinco capítulos da primeira parte da obra, o primeiro capítulo e o epílogo da segunda parte – resultado das muitas descrições de ambientes e de personagens –, é substituído por uma narrativa relativamente mais empolgante ao abordar as ações que antecedem o desfecho final da guerra entre paulistas e palmaristas.

¹³² MEYER, op. cit., p. 304.

Entre essas ações, está a entrada dos paulistas Manoel Pedroso de Barros e de Brasília no quilombo dos Palmares antes das tropas de Domingos Jorge, onde são traídos por Firmo – “um mestiço grosso, baixo, de nariz chato, tendo mais de mulato que de caboclo” –, ¹³³ resultando no sequestro de Brasília por Gangazona, na doença Brasília e na descoberta de sua verdadeira identidade. Outros momentos de destaque é a luta entre Manoel e Gangazona, que, apesar da força superior, acaba derrotado pelo inimigo paulista; a morte de Brasília; e, por fim, a batalha final na guerra e o suicídio de Zumbi.

Sem dúvidas, um dos pontos mais interessantes do romance é o fato de que Brasília, inicialmente descrito como “um bonito mocinho, tão mimoso e simpático que cativou imediatamente Velho”, ¹³⁴ é, na verdade, uma jovem cabocla que preferiu esconder sua real identidade do próprio amigo. A justificativa para esse segredo está no fato de que Manoel, ferido em sua paixão não correspondida pela filha do Capitão Cerveja, julgava todas as mulheres “más”, que se fingiam de boas enquanto não eram “cegamente amadas”. ¹³⁵ Assim, temendo a rejeição do paulista, caso ele descobrisse a verdade, a jovem opta pelo silêncio.

No entanto, muito antes de expressar sua desilusão para com as mulheres, Manoel já havia se deparado com Brasília na floresta – onde buscava afugentar os sofrimentos amorosos –, e não a reconhece como mulher, estando Brasília vestida com “calças rasgadas”, repletas de remendos, e uma “jaqueta de trespasso” que atingia sua “breve cintura, que larga facha de pano apertava”. ¹³⁶

O narrador onisciente adota, de maneira intencional, o ponto de vista de Manoel de Barros na descrição de Brasília e, como consequência, além do paulista os leitores também são mantidos na ignorância sobre o verdadeiro gênero da personagem até os últimos capítulos da obra. A aparição da jovem ocorre enquanto Manoel observa um “cuitelão-do-mato-virgem”. Nesse momento,

ouviu Velho um pequeno ruído atrás de si, voltou-se e viu aparecer um vulto tão gracioso que julgou uma aparição.

Ele que formara o desejo que a deusa da caça lhe desse meio de segurar o pássaro, ao ver aparecer um menino armado de bodoque, pareceu-lhe este uma visão que acudira ao seu desejo.

(...)

Via-se que tinha alguma mestiçagem de índio. A mãe era filha de mestiça de português e de bugra. O pai também não era branco de todo, pois um dos

¹³³ VELHO, op. cit., p 167.

¹³⁴ Ibidem, p. 118.

¹³⁵ Ibidem, p. 148.

¹³⁶ Ibidem, p. 118.

avós fora mameluco. Era o menino de cor branca amorenada, semelhante à cor de rosa seca.¹³⁷

Apesar de apresentada como “um menino”, ao longo da narrativa existem diversos indícios que podem levar um leitor mais atento a desconfiar de quem realmente é o “caboclinho”. Entre esses indícios, está a descrição das características físicas da personagem, que denunciam certa delicadeza nos traços e no porte comum entre as crianças e as mulheres idealizadas pelos romancistas do século XIX; as dúvidas sobre a idade de Brasília lançadas por D. Maria de Mesquita; a aproximação e a forte amizade entre o paulista e seu “camarada”, aparentando, muitas vezes, uma relação amorosa.

De “altura regular”, Brasília tinha feições “tão belas”, que revelavam sua “tanta meiguice”. O “pescoço moreno, rodeado de cachos de cabelos pretos, naturalmente anelados, presos para não caírem”, sobressaía da camisa de algodão abotoada. Sobre sua fisionomia o narrador aponta:

era a parte mais bela daquele todo perfeito. Era linda. Tinha traços miúdos, finos e mimosos. O rosto oval um tanto alongado, os olhos eram grandes, pardos, rasgados, leais, cheios de brilho e angélica doçura. Tinham a beleza e brilho dos olhos das brasileiras. É esta a beleza especial, pela qual se avantajam as mulheres do Brasil a todas as outras, os olhos grandes, ternos, brilhantes. Os olhos do menino tinham em seu centro como que um círculo magnético, donde partiam raios, que atraíam ao fitar-se nele, fazendo votar-se amizade a um ser tão belo e simpático.¹³⁸

Comovido com a formosura e simpatia de “menino”, que alegou ser capaz de imitar o canto dos pássaros e atirar-lhes pedra com o uso de um bodoque, Manoel convida-o a ser seu camarada. Posteriormente, ao apresentar à mãe o cuitelão e comentar sobre o novo companheiro. Ela diz:

que de certo não serviria, que havia de ser muito exigente, que tendo 14 anos, para nada prestaria, ainda mais sendo dos mestiços de bugres, que são mais preguiçosos que os próprios bugres. Velho disse que provavelmente tinha mais de 14 anos, e D. Maria teimou que não podia ter mais, visto o Chico-Grande ter uma filha de 16 anos e um filho de 14.¹³⁹

Contrariando a opinião de D. Maria de Mesquita, o *novo camarada* de Manoel de Barros se mostra pronto para realizar qualquer desejo do amigo – inclusive executar um plano de vingança contra o Capitão Cerveja–, o que os aproxima cada vez mais. A amizade entre

¹³⁷ Ibidem, p. 118.

¹³⁸ Ibidem, p. 119.

¹³⁹ Ibidem, p.122-123.

ambos torna-se tão estreita que eles chegam mesmo a “dormir juntos”. Em um momento de gratidão para com a dedicação incondicional de Brasília, Manoel declara-lhe:

– Brasília, ouve-me: eu sou calado, não me expando quase; mas eu te quero muito e muito. Tu me chamaste à vida; eu t'a dou. Não és meu irmão nem nada meu; mas eu te amo como pedaço de mim mesmo. Olha: toda a pureza e inocência da moça, e toda a coragem e espírito do homem, eu acho em ti. Não tens a moleza que efemina a beleza, nem a grosseria que brutaliza a força. Tens o valor de um homem e a bondade de uma moça. (...) És um alfenim. Amo-te como cousa pura, superior a fraquezas, como encarnação do meu anjo bom.¹⁴⁰

Paula Souza critica um “francês” que, depois de ler sua obra contra o seu gosto, teria afirmado que “a relação de amizade entre Velho e Brasília cheirava a pederastia”. De acordo com o autor, “este modo de dizer é de francês, e mostra ignorar que este vício de povos corruptos, era completamente desconhecido entre os índios e povos novos como o brasileiro em 1694”.¹⁴¹

Na capitania de Pernambuco, para onde vai Manoel de Barros combater os quilombolas acompanhado de Brasília, ainda sob disfarce, a verdade começa a ser desvendada após a caboclinha, seu amigo e o mulato Firmo – conhecedor do segredo da jovem –, adentrarem os Palmares, com a intenção de explorar um ponto aparentemente desprotegido do quilombo e levar as boas novas ao mestre de campos Domingos Jorge Velho. Ali, Firmo foge dos dois paulistas e une-se a Gangazona, oferecendo a escopeta de ponto de prata roubada de Manoel e o segredo de Brasília como prova de lealdade.

Depois de demorado olhar, em que media o corpo todo de Brasília, que tremia diante dele, voltou-se o rei negro para o desertor Firmo, que seguia todos os seus movimentos.

– É este o petisco digno de um rei, oh! estúpido mentiroso!

– Meu rei e meu senhor (...), peço licença para dizer que se lavar-se a cara que por malícia foi suja com carvão, e se o corpo adornar-se com o traje as palmaristas, ficará entre as mais belas, se a mais formosa não for.

– Brasília ficou mudo e quedo. Seu corpo tremia como varas verdes.¹⁴²

Pouco adiante, após decidir seguir o conselho de Firmo, Gangazona diz a Manoel:

– Soldado tão estúpido (...) não merece moça bonita, nem arma de ponto de prata.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 145-146.

¹⁴¹ Ibidem, p. 12.

¹⁴² Ibidem, p. 241.

Depois, acentuando suas palavras com grandes risadas, que mais feia ainda tornavam sua fisionomia sardônica, acrescentou.

– Haverá homem tão inepto que tendo doce na boca o não saiba comer? Só sendo cão.

Velho tardou a resposta, confuso, por não o entender (...).¹⁴³

Forçada a acompanhar o chefe negro a seu mocambo, Brasília nega-se a “servir” a Gangazona, que, por isso, fere-a perto dos seios. Essa ferida, escondida de todos, inclusive do cirurgião que havia acompanhado as tropas coloniais para tratar dos soldados feridos, acabaria se infeccionando e tornando-se fatal. Assim, cada dia pior, com febre e com o “pulso fraco”, o médico acredita que Brasília tem um segredo oculto, que pode lhe custar a vida. Próxima do fim, a moça finalmente mostra o machucado a Manoel, revelando, ao mesmo tempo, a verdade:

Brásílio descobriu o peito e Velho estacou, perplexo. Dois seios, mimosos, duros, pequenos e de base estreita, ali estavam adornando o mais perfeito colo de mulher. Em cima do seio esquerdo uma ferida pequena, funda, de bordos roxos, deixava sair um líquido avermelhado.

Velho olhava, parado, sem voz. Compreendeu então o amor não correspondido de Firmo; o ódio que o levava a vingar-se, e as zombarias de Gangazona. Agora tudo entendia!

– Brásílio! És mulher! disse, recuperando a voz.

A partir desse momento o narrador, que já sabia de toda a verdade, passa a chamar a personagem não mais como “Brásílio”, e sim com seu real nome.

Brásília, que d'ora avante assim chamaremos, visto pertencer ao sexo feminino, sofreu à operação com a costumada coragem. Risonha, poderia pelo seu rosto supor-se que não sentia dor alguma. Depois de curá-la o cirurgião deixou-a até o dia seguinte.

Enquanto a operavam a caboclinha, Velho que não tivera coragem de ir ajudar e ver a operação repassava em seu pensamento toda aquela vida de dedicação e ternura, de que fora objeto sem o saber e seus olhos se arrasavam de lágrimas.

Ao ver aquele amor tão terno e extremoso, fez-se em seu coração uma grande alegria; abriu ele largamente as portas à vida e ao amor.¹⁴⁴

A alegria de Manoel não duraria muito, visto que a cirurgia logo se mostraria inútil, e Brasília acabaria morrendo. A morte da personagem, como já referido anteriormente, foi mais do que um recurso dramático para comover os leitores. Para Paula Souza, tratou-se do estratagema, do qual muitos folhetinistas franceses se utilizavam quando necessário, para não fazer casar Manoel de Barros, um paulista branco, com uma cabocla; segundo o que o próprio

¹⁴³ Ibidem, p 243.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 282.

autor havia indicado em sua Carta Dedicatória. Brasília, momento antes de seu falecimento, reconhece a impossibilidade de sua união com o amigo, devido as diferenças raciais:

- (...) Eu descendo da raça de reis, mas índios; e o senhor é branco.
- Que importa, se te quero, Brasília!
- Os teus haviam de desprezá-lo; e eu só bem lhe desejo. Só amor lhe tenho.¹⁴⁵

Brasília descreve a si própria como “uma coitadinha de raça inferior” e questiona por que Manoel de Barros, que a amava e após a revelação de seu segredo, não a tinha enxergado antes. A isso o paulista responde:

Eu? Não te olhei? Não só olhei, como adorei-te, enlevando-me, horas a admirar-te todas as vezes que não te reparavas! Tomava-te como parte de mim mesmo, como o anjo bom que do céu descera para me guiar e ajudar. Fui tantas vezes chocado em meu amor, que tinha medo de mostrá-lo em toda a sua força! E depois das palavras do rei negro, quando uma dúvida entrou em meu espírito, achei impossível, ter-me-ias contado, pois és do céu!¹⁴⁶

Teria Guimarães Rosa lido o romance esquecido de Joaquim de Paula Souza? Seria a história de Riobaldo e Diadorim, personagens de *Grande Sertão: Veredas*, uma versão mais rica e bem elaborada da história de Manoel de Barros e Brasília? A dualidade de Diadorim e Brasília, que oscila sempre entre o masculino e o feminino, não é o único elemento semelhante nos romances. Pode-se acrescentar o amor impossível de ser expresso pelo jagunço Riobaldo e o sertanista Manoel de Barros, dada à realidade social em que viviam, onde o valor do homem era medido por seu grau de masculinidade. Além disso, há que se mencionar a *morte como portadora da verdade*, ainda que, no romance de Rosa, a revelação do segredo de Diadorim seja feita somente depois de seu falecimento.

As obras *Palmares* e *Grande Sertão Veredas* não podem ser classificadas como produções folhetinescas, embora o argumento do drama do amor não concretizado, que ambos os romances compartilham em comum, seja um dos pontos caros a esse tipo de produção. No romance de Paula Souza, verifica-se também a vilania do covarde Firmo, que, forçado a ir à guerra junto com os demais indígenas e mestiços da aldeia dos Pinheiros, comete o crime de deserção e se junta aos palmaristas.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 284.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 284.

Finalmente, há o aspecto moralizante do romance que prega a vitória da inteligência e da razão, ainda que presentes em organismos fisicamente fracos, sobre a bruteza e a irracionalidade da força física. O principal episódio que expressa essa moral é a guerra dos Palmares, na qual os combatentes a serviço da Coroa portuguesa – mesmo em desvantagem numérica em relação aos palmaristas e tendo de enfrentar as dificuldades impostas pela geografia da região –, são os únicos capazes de dar cabo do quilombo graças às qualidades de força de espírito, de coragem e de constância dos soldados e de seus chefes militares, em especial de Domingos Jorge Velho.

No entanto, ao longo de *Palmares*, este tema é retomado em diversas situações (*leitmotiv*) como no embate entre Manoel de Barros e uma onça, durante uma caçada em que estavam presentes – além do herói –, Pedro Vaz de Barro, Manoel Correa Penteado, alguns caboclos e os cachorros que sempre acompanhavam os caçadores nesse divertimento.

Na cena, a onça aparece e pega a todos de surpresa, causando grande confusão. Os caçadores não podiam atirar no animal, pois “com as espingardas daquele tempo, que demoravam tanto o tiro, era difícil ofender a onça sem ofender os cães e caçadores a pé”. Assim, enquanto os caçadores esperavam um momento preciso para atirar,

Velhinho chegando-se à onça e enterrando-lhe [sic] ao lado a faca que estava na ponta do bodoque, fez-lhe uma larga ferida, saltando imediatamente para longe. A onça não o perdeu mais de vista. Com um salto imenso, venceu o círculo dos cães e arremeteu contra o jovem caçador, que, de espera, enfiou-lhe a faca pela boca aberta, com toda a força.¹⁴⁷

Na análise da obra *Padre Belchior de Pontes*, na qual o escritor Júlio Ribeiro narra a guerra entre os paulistas e os emboabas, Antônio Celso Ferreira identifica a cena muito parecida, em que o bandeirante Rui Gonçalo mata um jaguar fazendo o uso de apenas uma “forquilha”, revelando o “vigor e a adaptabilidade” do sertanejo na selva.

Na luta com o jaguar, bem como no embate com o touro, há um momento que cumpre aproveitar – é quando o touro abaixa a cabeça, é quando o jaguar salta. Rui Gonçalo sabia. Ao arrojarse a alimária, ele impeliu a forquilha, apanhou a fera pelo pescoço, levou-a de encontro ao penedo e, curvado para isentar-se dos garraços, coseu-a a facadas. Os músculos da valente besta afrouxaram, as unhas retraíram-se, as patas penderam inertes... Retirada a

¹⁴⁷ Ibidem, p. 63.

forquilha, todo o corpo baqueou em terra, flácido, surdo como um saco cheio de trapos.¹⁴⁸

Tanto em *Palmares* quanto em *Padre Belchior de Pontes* verifica-se o domínio da natureza pelo homem; em ambos os romances, os animais são mortalmente feridos não pelo uso da arma de fogo, mas pela faca, revelando a coragem e a força dos paulistas que com eles lutaram.

Em *Palmares*, a reprodução da história bíblica de Davi e do Gigante Golias é vista em outras situações descritas na primeira e na segunda parte da obra: a briga entre Manoel de Barros e o Campos, um menino mais velho e mais forte – um “hércules” –, evento narrado durante um *flashback* do narrador sobre a infância do herói do romance;¹⁴⁹ a luta entre Brasília e o mulato Firmo, que é derrubado pela “formiga com catarro” e acaba sendo ridicularizado pelos amigos que presenciam a cena;¹⁵⁰ e o duelo entre Gangazona e Manoel de Barros ao qual o “francês” – o mesmo que havia acusado de “pederastia” a relação entre o caboclinho e o paulista –, chama de “capoeiragem”.¹⁵¹ Paula Souza mostra que no reino animal também se verificava cenas como estas, descrevendo o enfrentamento da cadelinha Pinduca com um javali e, por fim, a valentia de um beija-flor, “o menor dos passarinhos”, para proteger seu ninho de uma coruja, comprovando que “a mais proveitosa força reside na agilidade”.¹⁵²

Explorar profundamente todos esses exemplos tornaria o texto apenas cansativo e repetitivo, já que por meio deles o autor desejou passar aos leitores uma única mensagem: com força do intelecto se pode vencer qualquer batalha em que o oponente represente meramente a força bruta. Assim, intelectualmente superiores aos palmaristas, a vitória estava garantida aos brasileiros na guerra dos Palmares.

2.5 Um romance (quase) homônimo de Apolinário Porto Alegre

Onze anos antes do lançamento em folhetim da obra de Paula Souza foi publicado, também serialmente, um romance “quase” homônimo do republicano e abolicionista Apolinário Porto Alegre. Intitulado *Os Palmares: romance histórico*, a inauguração da obra

¹⁴⁸ RIBEIRO, Júlio. **Padre Belchior de Pontes**. São Paulo: Publicações Brasil Editora S&A., s. d. b., p. 147, apud, FERREIRA, Antônio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica**. São Paulo: Unesp, 2002, p. 189.

¹⁴⁹ VELHO, op. cit., p. 80-81,

¹⁵⁰ Ibidem, p. 167-169.

¹⁵¹ Ibidem, p. 12.

¹⁵² Ibidem, p. 316.

ocorreu no primeiro número da *Revista Mensal da Sociedade Parthenon Literário*, sociedade fundada um ano antes, em 18 de junho de 1868, reunindo homens e mulheres de letras da província do Rio Grande do Sul e tendo como principal atividade a promoção de saraus literários, de bailes, de palestras e de aulas noturnas. A revista contou com a contribuição de importantes literatos rio-grandense-do-sul e circulou na capital Porto Alegre e nas principais cidades do interior desta província até setembro de 1879.¹⁵³

A época em que ocorreu a fundação da sociedade e a criação da revista, a década de 1860, estava sendo marcada por eventos nacionais e internacionais que transformariam profundamente a sociedade imperial brasileira nas décadas seguintes. No contexto internacional, a abolição da escravidão nos Estados Unidos – um dos últimos redutos escravistas na América –, e as campanhas abolicionistas europeias obrigaram o governo brasileiro a colocar em pauta no Parlamento discussões sobre o futuro do escravismo no Brasil, causando o descontentamento da elite agrária, que temia pela perda de seu *status quo*.

Dessa forma, em 1867 era apresentado ao Conselho de Estado pelo primeiro-ministro progressista Zacarias de Góis um projeto de lei do ventre livre, idealizado pelo conservador visconde de São Vicente, que não se mantinha alheio à aprovação de legislações antiescravistas na Europa e na América. No entanto, a persistência da guerra do Paraguai, iniciada três anos antes, e um conflito envolvendo o Duque de Caxias e o então gabinete ministerial resultaram no adiamento da questão; e o imperador substituiu o emancipacionista Zacarias de Góis pelo escravista do Partido Conservador visconde de Itaboraí, que assumiu o governo em 1868.

A derrubada do governo de Góis, por sua vez, desencadeou uma cisão dentro da elite política brasileira, encerrado o período nomeado por Ilmar de Mattos de “tempo saquarema”,¹⁵⁴ em que liberais e conservadores, depois de longas disputas ocorridas durante o regime regencial e o início do Segundo Reinado, acabaram por se unir em favor das propostas políticas e produtivas dos plantadores escravistas fluminenses (os saquaremas) que se estenderam hegemonicamente entre os plantadores das demais regiões do país, resultando no controle da classe dos homens livres e despossuídos e na consolidação de um projeto de Estado nacional brasileiro baseado na mão de obra escravizada e na grande propriedade agroexportadora.

¹⁵³ MOREIRA, Alice T. Campos; MOREIRA, Maria Eunice; PÓVOAS, Mauro Nicola. **A Sociedade Parthenon Literário e a formação da literatura no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://editora.pucrs.br/acessolivre/livros/partenon-literario/a-sociedade-partenon-literario.html>>. Acesso em: 04 de fev. de 2020.

¹⁵⁴ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquerema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

Além disso, nesse tempo de crise também se verificou a dissolução do Partido Progressista, constituído de liberais históricos e conservadores dissidentes, que, em parte, migraram para o Partido Liberal. Porém, pouco tempo depois, em 1869, muitos liberais radicais, contrários à linha adotada por seu partido, reuniram-se para formar clubes radicais em diversas localidades, dando início a uma onda de protestos na imprensa e nos espaços públicos contra o jogo político adotado por Dom Pedro II, defendendo, ainda, propostas de modernização política e econômica e a emancipação gradual dos escravos. Era a época do “renascer liberal”.¹⁵⁵

A revista da Sociedade Parthenon literário, surgida nesse contexto, procurou veicular as ideias abolicionistas de seus colaboradores, propostas republicanas e de emancipação da mulher. A própria obra de Apolinário Porto Alegre, que circulou em suas páginas entre os meses de março e novembro de 1869, excetuando o mês de maio, pode ser caracterizada como um texto de denúncia contra a escravidão na América, mais especificamente no Brasil. Entretanto, esse folhetim permaneceu incompleto, interrompido ainda em seu início, surgido nas páginas de uma revista e jamais ganhou edição em livro.

Dividido em “Invocação”, que engloba “Quadro I”, “Quadro II” e “Quadro III”; e em parte I, que abriga os capítulos de I a VII; é possível sugerir que o autor tivesse, a princípio, planejado escrever uma segunda parte. Não se sabe, no entanto, a causa por que Porto Alegre não finalizou sua obra. Talvez isso possa ser atribuído a uma possível recepção negativa do folhetim pelos leitores, uma vez que narra cenas como o planejamento da morte de um homem por um padre motivado por ambições terrenas e a crise familiar decorrente de um feminicídio. Ademais, considerando a posição política do autor, é possível supor que ele mesmo tenha desistido de continuar a escrita do folhetim, já que, autointitulado romance histórico, o final não poderia ser diferente do que a vitória das forças coloniais sobre os quilombolas e a consequente destruição de Palmares.

O folhetim de Porto Alegre não será analisado com profundidade, pois ele não se constitui no objeto desta pesquisa. No entanto, seria impossível deixar de mencioná-lo, ainda mais devido ao fato de que, como o romance publicado por Joaquim de Paula Souza, procurou narrar as investidas contra o quilombo dos Palmares. Contudo, cada uma das obras exploraria essa temática sob um ponto de vista específico, apresentando aspectos formais distintos, embora algumas semelhanças também possam ser traçadas entre as duas obras.

¹⁵⁵ O resumo apresentando nos quatro parágrafos acima foi feito com base nas obras AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luís Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 80. ALONSO, op. cit., p. 34-48.

Natural do Rio Grande do Sul, Apolinário Porto Alegre não teve, por exemplo, o compromisso de enfatizar as ações dos paulistas na destruição de Palmares, como o fez o escritor ituano. Na verdade, durante a curta existência da obra, o terço de Domingos Jorge Velho não chegou nem sequer a ser mencionado. Conforme é apontado em “Invocação”, o propósito do narrador é “cinzelar na pátria história esquecida luta de liberdade contra a servidão e da servidão contra o senhorio”,¹⁵⁶ possivelmente em referência tanto às discussões suspensas naquele momento, no Parlamento brasileiro, acerca da liberdade do ventre da mulher escrava – as quais seriam retomadas somente após o fim da guerra do Paraguai em 1870 –, quanto às críticas ao Poder Moderador de Pedro II, denunciando a farsa da monarquia parlamentarista no Brasil.

Em “Quadro I – Visão secular” surge a figura de Bartolomeu de Las Casas, bispo de Chiapas, despertado do sono em que jazia há mais de cem anos, lamentando-se de haver lutado contra a escravização indígena, mas ter sido favorável à escravização dos africanos durante sua disputa com Sepúlveda, entre 1550 e 1551, em Valladolid. Observando a algumas léguas de distância o mocambo palmarino de Subupira, às vésperas do ataque promovido por Fernão Carrilho, em 1678, Sepúlveda aponta ao seu antigo rival:

– Querendo deter a irrefreável sorte dos índios, propuseste a substituição pelos filhos da Etiópia. Que generosidade havia em semelhante ato? A sorte das armas decidira a servidão dos índios, e disseste: – Deixem os vencidos e tragam aqueles que, livres, vagueiam nos páramos africanos!... – Vês? Aqueles fogos que lampeiam ao longe são de Jubupira [sic], cidade de negros revoltosos; e naquela floresta caminham brancos sequiosos de vingança. Amanhã a morte ali entrará, e com os dedos ensanguentados tocará desde a criança ao colo materno até o octogenário de débeis forças! Amanhã, inda que seja sob lájea da tumba, bradarei:
– Las Casas, agora vencestes!¹⁵⁷

Com base no trecho, verifica-se que, na visão do romance, a escravidão negra na América deu-se em razão de os religiosos oporem-se à escravização dos nativos, propondo como solução à necessidade da mão de obra a importação de escravizados africanos.

Em “Quadro II – Raças rivais”, desaparecidos os personagens seiscentistas, o narrador descreve a guerra entre os palmarinos e as forças coloniais fora dos muros da cidade de Subupira, “a capital de Palmares”, circundada por muralhas, revestidas em suas três portas e protegidas por “braços de azeviche, rijos como o ferro”. Do alto dessas muralhas, “compacta

¹⁵⁶ PORTO ALEGRE, op. cit., p. 62.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 66.

multidão de velhos, mulheres e crianças” assistiam ao conflito, que, comparado ao “movimento dos dois gladiadores”, causavam grandes perdas em ambos os exércitos.¹⁵⁸

O narrador, em diversos momentos, não se limita à neutralidade de quem conta algo que observa e expõe também suas opiniões, posicionando-se em favor dos habitantes de Palmares. Ao descrever a ação do potiguara Irapuá, comandante de uma coluna palmarina, sobre seus inimigos portugueses, ele exclama: “Bravo, Irapuá! Vinga teus irmãos, a quem roubaram o berço que deu-lhes o senhor da tempestade, cujas tabas foram taladas, cujos filhos ou reduziram à escravidão ou dispuseram nos desertos já sem fé, sem família, sem pátria!”.¹⁵⁹ Em outro momento, Muera, um dos ministros de “Zambi”, é descrito tal como um dos heróis homéricos em seu último combate. Após sua morte, o narrador protesta: “Sol, por que não extinguiste tua luz nesse dia? E prossegue calmo e indiferente!”,¹⁶⁰ e diante de Subupira, que “finava num auto de fé do conquistador”, afirma: “O gênio da liberdade derramava lágrimas sentado no sôlio de Deus.”¹⁶¹

Não é improvável que Joaquim de Paula Souza, o qual analisou alguns importantes escritores brasileiros,¹⁶² tivesse lido esse folhetim incompleto de Apolinário Porto Alegre e incluído esse autor entre as pessoas que, supostamente “cegas pelo desamor”, lamentaram-se da destruição do quilombo dos Palmares. Conforme visto, a linguagem antiescravista presente no texto de Porto Alegre revela, de fato, um descontentamento em relação à vitória das forças coloniais sobre os quilombolas palmarinos, embora o mesmo não tenha ocorrido em relação à expulsão dos holandeses do território brasileiro.

Entre o final do “Quadro III – Últimos acontecimentos”, que se encerra com fuga dos palmarinos após a investida das forças comandadas por Fernão Carrilho, e o primeiro capítulo da parte I do folhetim, há um salto de dezessete anos. O narrador transporta o leitor para o ano de 1696 na fazenda de Pero Lopes, um dos responsáveis pela destruição de Subupira em 1678. Longe de ser heroicizado, o personagem é descrito como atormentado pela lembrança terrível de haver assassinado a primeira esposa, sob a influência de sua antiga amante e atual mulher, deixando órfãos dois filhos – Amélia e Frederico.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 69; 71.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 72.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 73.

¹⁶¹ Ibidem, p. 82.

¹⁶² De acordo com Blake (op. cit., p. 221), Joaquim de Paula Souza publicou em Santos, no ano de 1878, a obra *Manual de literatura ou estudos sobre a literatura dos principais povos da América e Europa*. Assinado por P. S., foram estudada alguns autores da literatura brasileira, sendo eles: A. Gonçalves Dias, D. J. Gonçalves de Magalhães, J. M. de Macedo, J. M. de Alencar, B. J. da Silva Guimarães, M. A. Alvares de Azevedo, Alfredo d'Escagnolle Taunay, Silvio Romero e J. M. Machado de Assis.

Nessa primeira parte, é ainda apresentada a provável heroína da história, Amélia. A representação da jovem órfã, que sofre por viver longe do irmão mais velho e por ser vítima das conspirações da madrasta e, por isso, das ameaças do pai, é totalmente idealizada, típica do Romantismo. Sobre ela, o narrador afirma ser “uma dessas mulheres que nasceram para ser um ídolo eterno e não para os gozos transientes do mundo”.¹⁶³ A sequência da história se dá com a chegada dos palmarinos à fazenda de Pero Lopes, com o qual é travada uma luta e cuja vida acaba por ser poupada pelos quilombolas; e a formação do quilombo dos Palmares no início do século XVII.

A narrativa desse folhetim é marcada por digressões e saltos temporais feitos pelo narrador, comuns entre os romances folhetinescos. No primeiro capítulo, por exemplo, o rumo da história é interrompido para dar lugar à explicação sobre o estado do país no século XVII, apontando a situação da Companhia de Jesus, já indesejada naquele momento pela maioria dos colonos; e o princípio da nacionalidade brasileira que começava a emergir e que culminaria na emancipação política do Brasil tempos depois.

Tanto em “Invocação” quanto nos capítulos de I a VII as cenas também surgem como representadas em um quadro, com o narrador conduzindo o olhar do espectador para cada um dos elementos que compõem o retrato. Assim, capítulo focaliza uma determinada cena e poderia ser lido aleatoriamente sem muitos prejuízos para sua compreensão. Apesar disso, os capítulos curtos, que surgem em cada edição da revista, finalizam sempre com a suspensão da narrativa em um momento de tensão, procurando, provavelmente, instigar a curiosidade dos leitores a fim de que continuassem a acompanhar a história.

Por fim, os personagens-tipo, isto é, que não apresentam complexidade psicológica (os bons são sempre bons e os maus são sempre os maus), além da linguagem dramática e bem trabalhada ao descrever personagens e cenas sugerem que Apolinário Porto Alegre buscou escrever *Os Palmares* seguindo as características do gênero de romance-folhetim. Dessa maneira, tão importante quanto denunciar o escravismo na sociedade Brasileira e a imoralidade daqueles que o defendem, observa-se o esforço em entreter o público da revista por meio de uma narrativa repleta de conflitos e de tensões.

¹⁶³ PORTO ALEGRE, op. cit., p. 92.

3 A “RAÇA DE GIGANTE” NA FORMAÇÃO DO BRASIL

3.1 *Palmares* e a tradição do mito bandeirista

Neste capítulo, o objetivo é analisar *Palmares* verificando em que medida a obra insere-se na tradição construtora do mito bandeirista, no qual os sertanistas provenientes da capitania de São Vicente são tomados como símbolo de São Paulo e, positivamente representados na historiografia e nas artes, sobretudo paulistas dos séculos XIX e XX, são caracterizados como verdadeiros heróis que penetraram o sertão americano devido aos mais diversos motivos, a despeito da escassez de recursos do período colonial e da natureza tropical exuberante, fundando vilas e cidades por onde passavam e, assim, ampliando a extensão territorial do Brasil para além dos limites do Tratado de Tordesilhas, o que resultou na configuração geográfica atual do país.

Esse mito havia sido delineado já no século XVIII pelos historiadores Pedro Taques e o frei beneditino Gaspar da Madre de Deus – naturais das vilas de São Paulo e de São Vicente respectivamente – mas ganha contornos mais bem definidos somente a partir das últimas décadas do século XIX, com os trabalhos tanto de historiadores quanto de literatos e de artistas que faziam parte da elite cafeeira de São Paulo ou que se identificavam com os objetivos dessa elite de primeiro obter e depois de legitimar o controle político sobre os demais estados brasileiros.

Ao longo dos séculos XX e XXI, muitos estudiosos debruçaram-se sobre o desenvolvimento do mito bandeirista naqueles dois períodos, mas nenhum deles chegou a englobar em seus trabalhos a análise da obra oitocentista *Palmares*, de Joaquim de Paula Souza, em que São Paulo surge como o berço dos grandes homens responsáveis não somente pela delimitação do território da nação, mas também pela ordem e pela segurança do Brasil – elementos indispensáveis para o seu futuro e progresso.

Com relação à tese de doutorado de Kátia Maria Abud, *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista – o bandeirante*, um dos trabalhos usados como referência em pesquisas sobre o tema, a autora propôs-se a analisar as produções historiográficas dos séculos XVIII e XX, responsáveis pela construção e propagação de uma “legenda dourada” do bandeirante, excluindo, por isso, as obras literárias. Essa escolha está relacionada com o objetivo de Abud de reconstruir o processo que

transformou o bandeirante de objeto histórico a símbolo paulista, considerando, assim, o uso que a sociedade fez de um conhecimento resultante de discussões históricas.¹⁶⁴

Além de Pedro Taques e do Frei Gaspar da Madre de Deus, foram analisadas as obras de Alfredo Ellis Jr., Afonso de Taunay, Alcântara Machado e Paulo Prado, para citar os pesquisadores mais conhecidos, que retomaram os estudos iniciados pelos dois historiadores paulistas dos Setecentos, mas que trouxeram novas interpretações sobre as bandeiras e seus agentes, baseadas no estudo de fontes diversas. Dessa forma, Abud identifica como aqueles autores contribuíram para o desenvolvimento do mito bandeirista no século XX, enfatizando a representação que cada um deles fez dos bandeirantes. Essas representações, apesar de algumas vezes divergentes entre si, sobretudo em relação à questão racial dos antigos paulistas e sua suposta origem nobre, revelam elementos comuns no que concerne ao perfil psicológico desses personagens, em geral descritos como destemidos, fortes, leais ao governo colonial e, ao mesmo tempo, independentes e com espírito de liderança.

Por outro lado, Antônio Celso Ferreira, em *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*, livro que resultou de seu trabalho de livre docência, buscou “acompanhar uma invenção histórica: a do modelo épico de representação da História, em que estão presentes e concomitantemente mitificados o bandeirismo paulista, seus heróis, a raça de gigantes”.¹⁶⁵ Para tanto, Ferreira procurou analisar as obras de letrados paulistas produzidas entre as últimas décadas do século XIX e as quatro primeiras décadas do século seguinte.

Em uma crítica não declarada à delimitação realizada por Kátia Abud das fontes utilizadas em sua tese, o autor defendeu que do mesmo modo que a literatura

a história tinha um alcance enorme no século XIX, espalhando-se em campos os mais diversificados de acontecimento, das formas de representação da realidade e do imaginário coletivo.

Em consequência, seria infrutífero procurar sua expressão somente no interior de uma historiografia, *stricto senso* em formação, ignorando-se os modos como ela se manifestava na literatura, nas artes, ciências e humanidades em geral.¹⁶⁶

Antônio Ferreira buscou, dessa maneira, analisar o *Almanach Litterario de São Paulo*, que circulou entre 1876 e 1885; a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, publicada entre os anos de 1895 e 1940; e a produção literária paulista – englobando os

¹⁶⁴ ABUD, op. cit., p. 5-6.

¹⁶⁵ FERREIRA, op. cit., p. 16.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 45.

romances, os contos e as novelas –, produzida após 1870. Com relação aos romances, as obras estudadas foram o *Padre Belchior de Pontes* (1877) e *A Carne* (1888), ambos de Júlio Ribeiro, escritor paulista contemporâneo de Joaquim de Paula Souza. A exclusão da análise da obra *Palmares* – embora a relação do romance com o tema de pesquisa de Ferreira –, pode ter ocorrido devido ao desconhecimento do romancista pelo historiador, bem como de sua obra.

Conforme Ferreira antecipa, o vasto objetivo de traçar as linhas gerais da criação ficcional paulista entre a década de 1870 e as quatro primeiras décadas do século XX – englobando os gêneros, os recursos estéticos, os autores, bem como os circuitos de produção e de circulação das obras literárias – seria “levemente tocado” levando-se em consideração “a precariedade da bibliografia sobre o tema, a ausência de levantamentos sistemáticos sobre as fontes e, principalmente, os preceitos ainda embutidos nas histórias literárias disponíveis, responsáveis por tais carências”.¹⁶⁷

Excluída dos manuais de literatura e das antologias, a obra de Joaquim de Paula Souza ficou no esquecimento após 1885 – ano de sua publicação em livro –, não recebendo edições posteriores. Entre as pesquisas recentes, foi encontrada uma referência a *Palmares* somente no artigo *Nas matas com pose de rei: a representação de bandeirantes e a tradição da retratística monárquica europeia*, de Paulo César Garcez Marins, ainda assim de forma muito sucinta: no momento em que é explorado o artigo de jornal extraído do *Correio Paulistano*, de fevereiro de 1903, no qual é exibida uma carta de Washington Luís a Benedito Calixto aconselhando-o a manter a “fidelidade histórica” para representar Domingos Jorge Velho na obra que deveria integrar o acervo do Museu Paulista. Como referência para traçar o retrato do bandeirante, Washington Luís apresenta um trecho da descrição física feita por Paula Souza do mestre de campos paulista e do sargento-mor Antônio Fernandes de Abreu.¹⁶⁸

Famoso por seus quadros com temas e personagens históricos, Calixto provavelmente pretendeu que sua pintura fosse mais do que um resultado da imaginação. Assim, ele dirigiu duas cartas em 24 de novembro de 1902¹⁶⁹ – uma a Teodoro Sampaio e outra a Antônio de Toledo Piza, que, por sua vez, repassou-a para Washington Luís, “moço hábil e muito conhecedor da nossa história colonial” –; descrevendo o esboço que havia produzido de sua

¹⁶⁷ Ibidem, p. 174.

¹⁶⁸ MARINS, Paulo César Garcez. “Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição retratística monárquica europeia”. In: **Revista do IEB**, n. 44, p. 77-104, 2007.

¹⁶⁹ Teodoro Sampaio inicia sua carta datada de 27 de novembro saudando o Benedito Calixto e dizendo que responde a carta de seu remetente “de 24 do corrente”. *Correio Paulistano*, 28/02/103. Cf. MARINS. Op. cit., p. 92-96.

obra e questionando o melhor modo de “representar a pessoa do herói paulista – se como militar ou mestre de campos, que era, ou se como sertanejo”.¹⁷⁰

Em 28 de fevereiro de 1903, Antônio Piza publica um artigo na primeira página do jornal *Correio Paulistano*, informando que a obra de Calixto, encomendada pelo governo do estado para “enriquecer o museu do Ypiranga”, estava finalizada e encontrava-se “em exposição na casa Aguiar, rua de S. Bento, n. 93”. No mesmo artigo, Piza aproveita para publicar as respostas de Washington Luís e de Teodoro Sampaio a Benedito Calixto, já que, de acordo com ele, essas respostas “constituíam documentos valiosos para a nossa história pátria”.¹⁷¹

A primeira missiva apresentada é a de Teodoro Sampaio, datada de 27 de novembro de 1902, três dias após Benedito Calixto ter escrito a carta que seria endereçada aos historiadores. Nela Sampaio afirma estar de acordo com o esboço de Jorge Velho, representado com trajes oficiais, pois, mesmo tendo sido improvável que o sertanista tivesse se apresentado durante suas batalhas como um mestre de campos, era necessário “sacrificar um tanto a realidade à ficção no intuito de se conseguir maior força de expressão”. Segundo ele, nas pinturas históricas a veracidade não era a única coisa que importava, também deveria se considerar o valor estético, “a lição de coisas”. Assim, “caracterizando o vulto de Domingos Jorge como trajava qualquer sertanejo mais abastado ou a bandeirante” o quadro não alcançaria “a demonstração ou a ideia que se tem em vista”. Era necessário engrandecê-lo.¹⁷²

Contudo, essa opinião não era compartilhada por Washington Luís, para quem “fardado de mestre de campo das milícias portuguesas, não obstante ter nascido na capitania de S. Paulo, Domingos Jorge Velho seria uma glória portuguesa”, porém “vestido como vestiam os sertanejos, ele, embora colono de Portugal, é uma glória paulista”. O historiador argumenta essa visão acrescentando o caráter particular das bandeiras, para as quais os participantes armavam-se às próprias custas; e o fato de que Jorge Velho havia sido contratado pelo governador da capitania de Pernambuco para destruir Palmares, não sendo, portanto, um oficial do governo, caso contrário lhe bastaria uma ordem superior. Além disso, não seria da personalidade de Jorge Velho, “tipo acabado do sertanejo paulista”, cuja maior parte de sua vida teria sido consumida nos sertões e cuja riqueza proveio não de heranças, e sim de seu talento e esforço, “estar vestido de sedas e veludos”. Dessa maneira, o mestre de

¹⁷⁰ *Correio Paulistano*, 28/02/1903.

¹⁷¹ *Correio Paulistano*, 28/02/1903.

¹⁷² *Correio Paulistano*, 28/02/1903.

campos se destacaria de sua tropa não “pelo fausto do vestuário, mas pela bravura, energia, tenacidade, resistência ao sofrimento, desprezo ao perigo”.¹⁷³

Após citar as características físicas de Domingos Jorge Velho e de Antônio Fernandes de Abreu, extraídas de “Os Palmares”, Washington Luís valida as informações presentes no romance apontando que seu autor era descendente de Jorge Velho e que “se cingiu estritamente à verdade nas suas descrições”.

Estou informado que o dr. Joaquim de Paula Souza consumiu muito tempo nas suas indagações e obteve estes apontamentos, em grande parte, dos antigos moradores de Itu, que tinham razão de saber porque repetiam o que tinham ouvido de seus maiores, numa tradição constante e uniforme.¹⁷⁴

Além de desconhecer os mecanismos da tradição oral, defendendo a homogeneidade das histórias contadas de geração a geração, Washington Luís, ao afirmar a veracidade de *Palmares*, também contradiz o que a princípio havia afirmado no início de sua carta, onde aponta que, “como quase todos os pontos da nossa história, esse [isto é, a guerra dos Palmares] acha-se tão confuso, tão vago, tão indefinido, que só um estudo especial poderia precisá-lo, lançando-lhe alguma luz”.

No entanto, Antônio Piza pareceu estar mais de acordo com a opinião do amigo do que com a de Teodoro Sampaio, historiador então consagrado pelo meio intelectual, colocando Washington Luís como autoridade apropriada para resolver a questão, uma vez que pertenceria, “por casamento, à família de Domingos Jorge”. Dessa forma, a opinião de Washington Luís era “muito valiosa e as suas informações tão minuciosas e precisas” que, no seu entender, resolviam de todo “as dificuldades da matéria”.¹⁷⁵

O resultado da obra de Benedito Calixto prendeu-se “o mais possível à realidade histórica”, segundo o parecer de Antônio Piza no encerramento de seu artigo no jornal, mas, como observa Marins, o pintor acabou por agregar a opinião dos dois historiadores em sua obra final: acatando a ideia de que Jorge Velho deveria estar em trajes não oficiais e, ao mesmo tempo, resguardando sua autoridade e prestígio, colocando-o na mesma pose que os reis e chefes militares eram comumente representados no século XVIII.¹⁷⁶

No entanto, a influência de Washington Luís sobre a obra de Calixto parece ter ido mais longe, na medida em que, além da descrição física de Domingos Jorge e de sua vestimenta, a inserção do loco-tenente Antônio Fernandes de Abreu no quadro pode ter

¹⁷³ *Correio Paulistano*, 28/02/1903.

¹⁷⁴ *Correio Paulistano*, 28/02/1903.

¹⁷⁵ *Correio Paulistano*, 28/02/1903.

¹⁷⁶ MARINS, op. cit., p. 98-99.

ocorrido posteriormente, após a leitura da carta do historiador e do conhecimento do romance de Paula Souza pelo pintor. Chegou-se a essa conclusão após um rápido levantamento dos retratos de figuras ilustres produzidos por Benedito Calixto, nos quais, com exceção de *Domingos Jorge Velho e do loco-tenente Antônio Fernandes de Abreu*, protagoniza uma única personagem histórica.¹⁷⁷ Ademais, observando a pintura em si, Antônio Fernandes de Abreu surge em segundo plano, indicando tanto sua importância menor em relação a Domingos Jorge Velho quanto o espaço que teria sobrado para sua reprodução na obra, sendo que boa parte de seu corpo não pôde ser pintado devido à falta de espaço na tela.

No romance *Palmares*, Domingos Jorge surge tardiamente no quinto e último capítulo da primeira parte da obra intitulado “Os paulistas de dantes”. Na cena, o mestre de campos encontra-se hospedado na casa do capitão Gonçalo, onde o encontra, por acaso, o jovem Manoel Pedroso de Barros. A primeira descrição do sertanista é feita sob o olhar desta personagem, que, enquanto aguarda pela chegada do capitão em um dos cômodos da residência, observa “um homem alto, robusto, de uma aparência imponente”, que lhe pareceu “tê-lo já visto e com ele ter tratado na casa de Manoel Corrêa”, seu cunhado.¹⁷⁸

O narrador esclarece que o homem chamava-se “*Domingos Jorge Velho* e era de nobre família”, o qual se dirigira a São Paulo para recrutar novos combatentes e “voltar a bater os palmaristas, que até então tinham zombado de todos os ataques”. O trecho em que é descrito o sertanista, citado depois por Washington Luís em sua carta a Calixto, vem logo em seguida:

Tinha ele cabelos ruivos, cortados rente, os olhos eram azuis, o rosto comprido, alvo, corado, na pequena parte que não era coberta pelo espesso bigode e comprida barba ruiva que lhe descia ao peito.
Era holandês por parte de um dos avós, e dele viera os olhos azuis e alva cor.¹⁷⁹

Diferente da imagem de bravura indômita e de caráter firme que não se abala perante as dificuldades, propagada pelo próprio romance e pela historiografia paulista do século XX, Manoel de Barros observa um Domingos Jorge que “parecia a estátua do desânimo”, imóvel e pensativo, com o corpo curvado, os cotovelos apoiados sobre os joelhos e as mãos cobrindo

¹⁷⁷ Verificar, por exemplo, as obras *Retrato de Dom Pedro I* (1902), *Retrato de José Bonifácio de Andrada e Silva* (1902), *Retrato de Antonio Ferreira da Silva, visconde de Embaré* (c. de 1880), *Retrato do Padre José de Anchieta* (1902), *Retrato do Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão* (1902).

¹⁷⁸ VELHO, op. cit., p. 140.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 140.

parcialmente o rosto. Isso porque “depois de ganhar um grande nome como audaz sertanista (...) fora vencido pelos negros unidos aos indígenas e mestiços”.¹⁸⁰

No romance, Domingos Jorge Velho foi, sem dúvidas, a autoridade que liderou a destruição dos Palmares. Contudo, mesmo que o mestre de campos tenha sido retratado como mais sábio e constante do que seu adversário “Zumbi”, Paula Souza não o isentou das fraquezas humanas, assim como não foram isentos de defeitos outros heróis paulistas da trama – a exemplo de Manoel de Barros com sua sensibilidade extremada e sua vocação para poesias e de Manoel Corrêa Penteado e suas crises de “nervosa”¹⁸¹, que o obrigava a ficar horas trancado no quarto, necessitado de todos os cuidados da mulher e dos médicos como “crianças grandes”, contrastando com o ideal de homens daquele tempo, em que o futuro dependia muito mais dos “instintos obscuros”, das “inclinações mais grosseiras”, dos “interesses frequentemente imorais que animavam o bandeirante devassador dos sertões” do que dos “costumes naturalmente mais policiados e sem dúvidas mais suaves”, como aponta Sérgio Buarque de Holanda¹⁸² e o próprio Paula Souza.¹⁸³

O desânimo de Domingos Jorge, porém, não dura muito. Nas páginas adiante, ele recebe o auxílio de Pedro Vaz, que, além de conceder autorização a seu filho Manoel de Barros e ao seu genro Manoel Penteado para que fossem à guerra, também coloca à disposição do sertanista trezentos “bugres”, uma quantia de trezentos mil-réis e cem arrobas de carne para as primeiras necessidades. Domingos Jorge acreditava que o gesto do fazendeiro seria imitado por outros paulistas, e isso o animou. Assim, já não era o mesmo homem de antes, “tão acabrunhado há dias. Crente agora no bom resultado, andava alegre, ativo, ocupado, da casa de um parente para a de um amigo, angariando gente e aprontando a leva”.¹⁸⁴

A ajuda que o sertanista acreditava obter de fato ocorreu, uma vez que Paula Souza defende o argumento de que a derrota na luta contra os palmaristas seria sentida tanto pelo

¹⁸⁰ Ibidem, p. 141.

¹⁸¹ De acordo com o autor, a nervosa “é uma palavra inventada em nossa terra, para designar uma moléstia que, conquanto não seja peculiar dela, existe aqui mais que em qualquer outra. A nervosa é a hipocondria do homem junto à histeria da mulher. É a hipocondria com mais sintomas nervosos, mais preocupações e moléstias imaginárias. (...) O nervoso só se preocupa com o seu estado de saúde, vê em tudo perigo, tornando-se o perpétuo cuidado do seu - eu - uma ideia fixa. (...) Não se possui de ideias alegres e só de tristezas, suposições desagradáveis, do que pode suceder e que o obsidiam sem cessar. É preciso muitas pessoas os animarem para ajudar a viver. A vida lhes pesa. Eiva de raça gasta e fidalga? Fraqueza de sangue? O certo é que preciso se torna cercá-los de mil cuidados, e mesmo assim vivem então queixosos de tudo e de todos”. Ibidem, p. 85-86.

¹⁸² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 21.

¹⁸³ No primeiro capítulo de *Palmares*, ao mencionar os paulistas do tempo antigo, Paula Souza afirma que “naqueles tempos, em que havia menos cultura, em que os homens eram mais bárbaros, sentiam mais fortemente, guardavam até a velhice a sua energia. (...) Vazados no molde da vida animal, tudo era instintivo neles, e assim como seguiam nobres impulsos, às vezes deixavam-se dominar pelas paixões de momento, e cometiam ações bárbaras e injustas”. VELHO, op. cit., p. 20-21.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 151.

mestre de campos quanto por todos os habitantes de São Vicente. Logo, as famílias paulistas, envolvidas entre si por laços de matrimônio, uniram-se para salvar a honra e a fama, que não eram apenas de Domingos Jorge Velho, mas de todas elas:

A existência destas famílias e sua união é que muito concorreu para o progresso da província, procurando elas, quaisquer que fossem suas opiniões políticas, realizar algum bem para sua terra querida.

Foram nessa ocasião representantes de todas as famílias de S. Paulo. Os Buenos, Rendons, Taques, Almeidas, Prados, Pires, Camargos, Campos, Lemos, Toledos, Bicudos, Proenças, Godoys e todas rivalizaram em mandarem representantes seus nesta guerra, em que estava empenhada a honra paulista.

Os chefes das famílias arranjavam parentes e aderentes, juntavam boa porção de índios e mestiços, e entregavam companhias e às vezes esquadrões inteiros ao mestre de campo Domingos Jorge, que pode assim fazer um corpo de exército respeitável, senão pelo número, ao menos pela gente de que era composto.¹⁸⁵

Dessa forma, ao reencontrar o terço deixado na capitania de Pernambuco, o mestre de campos é questionado pelo sargento-mor Antônio Fernandes de Abreu a respeito de quantos homens ele havia conseguido recrutar em São Paulo, ao que o sertanista responde ter recrutado mil e quinhentos homens, acrescentando que se isso ocorreu dessa forma “é que contava com amigos e parentes, que não poderiam esquivar-se ao que devem um pouco ao parentesco e muito ao nome paulista”, ao qual deveriam todos preservar.¹⁸⁶

A honra ou a desonra dos paulistas viria de eles conseguirem ou não libertar o Brasil do “cancro” que teria se constituído o quilombo dos Palmares. Segundo um documento existente na Torre do Tombo, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico em 1859 e citado no romance pelo autor, dizia-se que de quarenta negros os quilombolas haviam atingido o número de trinta mil no final do século XVII, contando os indígenas e mestiços que teriam se unido aos negros. Diversas expedições militares, oficiais do governo e organizadas pelos próprios colonos, haviam sido promovidas para destruir Palmares e reduzir sua população à escravidão, mas todas haviam falhado por causa da hostilidade do terreno e da determinação dos quilombolas em não se deixar subjugar.¹⁸⁷

¹⁸⁵ Ibidem, p. 154.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 190. A ida de Domingos Jorge Velho a São Paulo e o recrutamento de um número tão elevado de paulistas e de auxiliares indígenas não constam nos documentos conhecidos. Segundo Edson Carneiro, depois de sofrer sua primeira derrota em 1692, Domingos Jorge Velho partiu com o remanescente de sua tropa – naquele momento um número inferior a mil homens –, para Porto Calvo. No entanto, as reclamações da população dessa vila com a proximidade do mestre de campo e de seus homens obrigaram Domingos Jorge Velho e os demais paulistas a se estabelecerem na praia deserta de Parataji, onde ficaram por cerca de dez meses até chegarem a munição e o reforço que o governo enviaria para destruir Palmares, a pedido do mestre de campos, entre o Natal de 1693 e janeiro de 1694. CARNEIRO, Edson. **O quilombo dos Palmares**. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasileira, 1988, p. 42.

¹⁸⁷ O documento citado por Paula Souza em *Palmares*, intitulado “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador D. Pedro de Almeida, de 1675 a 1678”, encontra-se publicado

Dessa maneira, a destruição do quilombo dos Palmares garantiria, além de escravos para os soldados empenhados na batalha, também o domínio de Portugal sobre sua colônia americana. Para Domingos Jorge Velho, já afamado como notável sertanista, a glória viria em ter seu nome associado ao fim do quilombo e, por isso, reconhecido nos períodos subsequentes ao seu tempo. Após uma primeira derrota, em jogo estava sua honra, “e o paulista tudo arriscaria para adquiri-la tão brilhante quanto antes ou perecer nas batalhas”.¹⁸⁸

Em outros momentos, porém, o autor apresenta um mestre de campos indiferente ao reconhecimento e às recompensas materiais. Assim, no plano de guerra apresentado por Domingos Jorge aos demais chefes da campanha, o sargento-mor Sebastião Dias, natural do Norte do Brasil, ficaria responsável por proteger o Forte do Bom Jesus com um número reduzido de soldados. O chefe dos paulistas, baseando-se no estilo defensivo por meio do qual lutavam os palmaristas, jogava com a possibilidade de boa parte dos soldados de Zumbi atacar o forte julgando-o desprotegido e desarmado. Caso isso ocorresse, os palmaristas seriam surpreendidos pelo restante da tropa comandada pelos demais oficiais, determinando a vitória do lado dos brasileiros. O forte, portanto, seria a “negaça”, que atrairia os inimigos; e a Sebastião Dias “caberia a glória de sustentar o choque do tigre”. Com isso, concluiu o narrador, o que “desejava [Domingos Jorge Velho] era a vitória, procurando antes vantagens para sua pátria do que glória para sua pessoa”.¹⁸⁹

Mas o Forte não foi atacado pelo “ínteligente e valoroso Zumbi”, tirando de Sebastião Dias a oportunidade de passar à frente do mestre de campos e de obter a “glória” e a “fama”, que acabou ficando com os paulistas – embora pesquisadores como Édson Carneiro julgue ínfima a contribuição de Domingos Jorge Velho para o fim de Palmares. De acordo com este estudioso, as forças combinadas para reduzir o mocambo do Macaco, capital do quilombo onde a população quilombola havia se refugiado depois do primeiro combate com os paulistas, totalizavam três mil homens. Desses três mil, menos de setecentos eram paulistas.

Além disso, Jorge Velho, “ante ‘o grande poder do inimigo’, não sabia o que fazer, até que Bernardo Vieira de Melo construísse uma cerca de 270 braças (594 metros) acompanhando a dos negros, – uma ideia que Domingos Jorge Velho mandou que todos os

integralmente em CARNEIRO, op. cit., p. 201-222. De acordo com Edison Carneiro, na Revista do Instituto Histórico Brasileiro (tomo XXII, 1859) foi publicada a cópia desse documento cedida pelo Conselheiro Drummond.

¹⁸⁸ VELHO, op. cit., p. 195.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 195. A imagem idealizada do mestre de campo, construída pelo romancista, em muito se afasta do homem Domingos Jorge Velho, que, após a destruição de Palmares, tentou obter as vantagens que lhe haviam sido prometidas. Assim, ele escreveu uma carta ao governador alegando que, sem os benefícios prometidos, ele se veria ‘obrigado a imitar o Mestre de Campos Matias Cardoso de Almeida, e largar a campanha como ele fez [no Açú], mas com a diferença que ele a largou antes de se arruinar, e eu a largarei depois de perdido, e arruinado de remate... E no estado a que estou reduzido já o tivera feito...’. CARNEIRO. Op. cit., p. 169.

capitães imitassem”. O mestre de campos teria contribuído somente com a ideia de construir uma cerca oblíqua, “partindo da contra-cerca para as fortificações dos palmarinos, protegendo assim os ‘sacadores de estrepes’ e preparando o caminho para o assalto”. Com base nessa descrição, Edson Carneiro chega à conclusão de que não coube a Jorge Velho “a glória – se alguma houve – de haver reduzido o Macaco”.¹⁹⁰

Contudo, nem Edson Carneiro, pesquisador do século XIX; e nem Paula Souza, romancista da época imperial, inserido, portanto, em um contexto em que o documento era imprescindível para a escritura da História, esclarecem as fontes de que se utilizaram para apontar o número de homens que participaram da guerra contra os palmaristas. No romance, o total de soldados ultrapassa os seis mil, sendo, pelo menos, dois mil e quinhentos brancos, indígenas e mestiços de São Vicente. Provenientes de Alagoas, S. Francisco do Penedo, das Povoações das Alagoas do Norte e de S. Miguel – sob o comando de Sebastião Dias, do alcaide-mor Christovão Lins de Vasconcellos, do capitão-mor Rodrigo de Barros Pimentel e do “coronel da nobreza Christovão da Rocha Barbosa, com as pessoas principais de Porto Calvo” –, os nortistas formavam cerca de dois mil homens de Pernambuco e mil e quinhentos de Alagoas para combater os habitantes de Palmares.¹⁹¹

Mais tarde, em “Assaltos e vitórias”, quarto capítulo da segunda parte da obra, o narrador descreve a chegada de outros dois mil homens, a maioria composta de moradores das vilas próximas ao quilombo, que foram encarregados de escoltar duas “peças de campanha” até o local de guerra, sob a escolta do capitão-mor Melo.

Como Zumbi tivesse obtido conhecimento desse fato, enviou mil e quinhentos dos melhores soldados negros e mil e quinhentos indígenas flecheiros para tomar as duas peças, o que causaria grande dano para Domingos Jorge Velho. Apesar da desvantagem, “em nenhum momento recuaram os nortistas”, que foram auxiliados pelos homens liderados por Antonio de Abreu para espantar os palmaristas.¹⁹²

Ao descrever as batalhas das quais participavam os soldados paulistas e os de outras localidades, o narrador usa o termo “brasileiros” para contrapor as forças representantes do governo colonial aos “palmaristas”. Nesses momentos, as qualidades de força e de coragem, que antes pareciam exclusivas moradores de São Vicente, acabam sendo estendidas a todos os

¹⁹⁰ CARNEIRO, op. cit., p. 42.

¹⁹¹ VELHO, op. cit., p. 182. Vide nota 162 sobre o total de soldados na guerra dos Palmares, de acordo com Edson Carneiro.

¹⁹² Ibidem, p. 277-278.

soldados indistintamente.¹⁹³ Apesar disso, esses personagens não chegam a ter voz significativa no romance, atuando como meros figurantes. A única exceção é Sebastião Dias, que, inicialmente, mostrou incerteza sobre a possibilidade de Domingos Jorge Velho destruir definitivamente o quilombo.

Em uma conversa estabelecida com Abreu, antes da chegada do mestre de campos de São Paulo, Sebastião Dias questiona as chances que a força por eles constituída tinha de vencer os palmaristas. Abreu argumenta que não haveria a possibilidade de penetrar no quilombo sem o auxílio de artilharias com as quais pudessem derrubar as fortificações de Palmares. No entanto, o plano dos paulistas era formar um cerco em torno da praça de Zumbi e, assim, obrigar o rei negro e seus súditos a se renderem, caso contrário morreriam de fome.¹⁹⁴

Sebastião Dias questiona, ainda, se não haveria a possibilidade de demora ou de desânimo de Jorge Velho com seu insucesso anterior ou em não alcançar o socorro que ele havia ido buscar em São Paulo. Antônio Fernandes de Abreu, porém, assegura que “paulista que faz menção, executa-a ou morre”; e Domingos Jorge Velho seria um “paulista da gema”.¹⁹⁵ Abreu defende que, apesar dos danos causados a Palmares por Fernão Carrilho em 1678, ninguém havia alcançado o que os paulistas fizeram em 1693, quando devassaram os sertões e conheceram seus inimigos, obrigando-os a se recolher em suas fortalezas.

Eles dominavam 68 léguas; hoje nem dez. Tinham as fortificações do Zumbi, Cainene, Taboca, Bambiabonga; Sucupira, Macaco, Osenga, Amaro, Andalaquetuxe e outras menores, que todas hoje se reduziram a duas, que são a do Zumbi e de Cainene. Os mocambos eram muito procurados, e hoje está a população diminuta, foragida e assustada.¹⁹⁶

As apreensões de Sebastião Dias eram compreensíveis, segundo Abreu. No entanto, este assegura que antes não havia “gente vaqueana de seguir rastros” e que os paulistas iriam atrás dos quilombolas, um por um se preciso fosse.¹⁹⁷

¹⁹³ Ao narrar as dificuldades enfrentadas para combater os palmaristas devido à impossibilidade de adentrar o quilombo e às características da região em que se encontravam, o narrador aponta: “a malogro do assalto não podia ser contestado, e devia desanimar outros soldados que não fossem brasileiros.

O terreno acidentado, cheio de morros e vales, cortados de bosquetes e compos [sic], de arroios e lagoas, era todo favorável ao inimigo, que tinha tomado as melhores posições e os altos.

Os brasileiros tinham de permanecer em um terreno alagadiço, que muitas vezes se convertia em lagoa, com as chuvas. E derramados pela extensa planície, alegres, nada os desanimava; suportava os incômodos galhofando.

A má posição não impedia o contínuo tiroteio, do lado dos brasileiros sobretudo. Vestidos sempre, breve repouso, constantes e prontos ao menos perigo, e no trabalho diligente”. *Ibidem.*, p. 276-277.

¹⁹⁴ *Ibidem.*, p. 185. Plano que, conforme visto em Édson Carneiro, pertenceu à Bernardo de Melo.

¹⁹⁵ *Ibidem.*, p. 185.

¹⁹⁶ *Ibidem.*, p. 187.

¹⁹⁷ *Ibidem.*, p. 187.

Nesse diálogo, Sebastião Dias parece representar um contraponto, inserido no romance de forma intencional ou não por parte do autor, à ideia da fama generalizada dos paulistas como notáveis sertanistas já no período colonial, a qual aparece em outra parte do mesmo romance.¹⁹⁸ Ademais, verifica-se uma resposta de Paula Souza a Sebastião da Rocha Pita, que em sua *História da América Portuguesa* descreve a primeira derrota dos paulistas na guerra dos Palmares. De acordo com o Pita,

andando os seus soldados [de Domingos Jorge Velho] divertidos em colher os frutos de um bananal dos negros saiu da sua fortificação [de Palmares] grande esquadrão deles, e acometendo aos Paulistas, que se ordenaram naquele repente com a melhor forma, que puderam, se tratou uma batalha, em que morreram de ambas as partes mais de quatrocentas pessoas, ficando feridas outras tantas; e seria maior o estrago dos Paulistas, se reconhecendo desigual o seu partido ao número dos inimigos, senão foram com muito valor e disposição retirando para o Porto do Calvo onde acharam o exército, que o Governador tinha enviado para aquela vila.¹⁹⁹

Sebastião Dias traz o argumento de que os paulistas foram surpreendidos pelos palmaristas enquanto colhiam bananas, afirmando que “agora” eles seriam seis mil homens, e não mais mil, e desta vez não seriam “surpreendidos a comer frutos no bananal dos negros”.²⁰⁰

Indignado, Abreu responde:

(...) não fomos surpreendidos a apanhar frutos de um bananal, como têm propalado aqueles que, por descuidados, pensam que todos o são; fomos infelizes, porque com mil e tantos homens quisemos tomar a fortaleza, que com seis mil homens haveis de ver quanto é difícil. Se assim falo, é porque, tanto como o Sr. Sargento-mór, desejo o feliz sucesso da empresa e o aniquilamento dos Palmares.²⁰¹

Na interpretação feita pelo romancista das leituras dos documentos do período colonial consultados para a escritura de seu romance, as derrotas anteriores dos exércitos coloniais ocorreram, sobretudo, devido ao fato de que as guerras eram feitas seguindo modelos europeus, em vez de serem adaptadas as estratégias militares ao ambiente americano. Dessa maneira, em vez de plantar gêneros alimentícios, de caçar ou extrair frutos e raízes das matas, os soldados que partiam para guerrear contra Palmares carregavam seus próprios alimentos, além das armas e utensílios indispensáveis para sua sobrevivência, o que se constituía em um fardo pesado, o qual, às vezes, deveria ser abandonado no meio do caminho. Com isso, muitas

¹⁹⁸ Ao protestar contra a ida de Manoel de Barros à guerra dos Palmares, sua mãe D. Maria de Mesquita protesta: “Não há homens senão os paulistas? Para o Paraguai, Peru, Amazonas, Pernambuco, Bahia, é só dos paulistas que se lembram!”. Ibidem, p. 151-152.

¹⁹⁹ *O Commercial (SP)*, 28/11/1851.

²⁰⁰ VELHO, op. cit., p. 187.

²⁰¹ Ibidem, p. 187.

peessoas pereciam de fome, apesar do solo fértil e da abundância de caça na região. Segundo Paula Souza, “devia-se arrancar no terreno, viver nas agruras do mato, não fazer guerra europeia”.²⁰²

Assim, sua personagem Domingos Jorge, no momento em que partia para São Paulo, encarregou Antônio Fernandes de Abreu de comandar seus soldados, “com ordem de plantar cereais com que se alimentar, e sustentar a posição”. Manoel Pedroso de Barros e Brazilia foram à guerra com o propósito, sobretudo, de “dar caça e peixe para fartar” todo o esquadrão.²⁰³

Para Paula Souza, que conheceu de perto a guerra do Paraguai, a “guerra americana” caracterizava-se, somado ao uso dos recursos naturais oferecidos pelos locais em que se desenvolviam os conflitos, também em estar preparado para entrar em combate a qualquer momento.

Igualmente em vez de revistas e paradas, deviam sobretudo os oficiais inculcar nos soldados o espírito militar, que é o espírito de disciplina, e o amor da bandeira que é amor da pátria; deviam dormir vestidos, prontos a entrar em fogo, conhecer todos os seus subordinados e saber aplicá-los naquilo para que suas habilidades os indicassem. Era esta a guerra americana, em que se aproveitam todos os recursos e adaptar-se ao meio, deixando de exterioridades, fórmulas e ficções europeias. Por isso ia caber a eles, tendo como cabo ao capitão-mor, a glória de acabar com aquele estado no estado, que tanto mal fazia ao Brasil, e que em poucos dias cessaria de existir.²⁰⁴

Especialistas na “guerra americana”, “ia caber a eles (...) a glória de acabar com aquele estado no estado”, isto é, aos paulistas liderados por Domingos Jorge Velho, “gente vaqueana de seguir rastros”, que tinha a caça como principal fonte de diversão quando levavam uma vida sedentária em suas fazendas e, portanto, não estavam pelos matos em busca de indígenas e de pedras preciosas. No segundo capítulo da obra, intitulado “A caçada”, Paula Souza aponta os benefícios “desse salutar exercício” – do qual ele próprio foi um grande admirador –, que proporcionaria aos seus praticantes velhice prolongada, boa constituição física, vista melhor, ouvidos sensíveis, além do desenvolvimento da inteligência em razão dos imprevistos que poderiam ocorrer durante sua execução, fazendo necessário o uso da estratégia e da astúcia. Dessa forma, à caça deviam os paulistas, em parte, seu “espírito empreendedor e amigo de aventuras”.²⁰⁵

²⁰² Ibidem, p. 264.

²⁰³ Ibidem, p. 181.

²⁰⁴ Ibidem, p. 265.

²⁰⁵ Ibidem, p. 44.

Diferentemente da Europa onde era “mal vista pelos proletários”, o autor defende que em São Paulo a caça era democrática e, sendo praticada por ricos e pobres, foi também o elo que uniu os indígenas aos paulistas:

Da comunidade de gostos entre a classe poderosa e a pobre, composta de mestiços e índios, é que nasceu a amizade, e fez os índios se ligarem tanto aos paulistas. Em nenhuma outra província houve tanta. E nenhuma outra fez os descobrimentos e conquistas que alcançaram os paulistas, sobretudo devido aos índios, que se lhes afeiçoaram.

Aumentaram os paulistas a inclinação da caça, em contato com o índio, e aprenderam suas táticas, subterfúgios, e conhecimentos do sertão.

Não há país que deva tanto à caça, como o Brasil, pois foi a primeira causa de chegarem os paulistas além do Pará no norte, e até o Paraguai ao sul.²⁰⁶

Assim, os indígenas, compartilhando com os paulistas o prazer pela caçada, teriam se unido a eles, acompanhando-os em suas excursões pelo sertão, ensinando-lhes seu conhecimento sobre a natureza e como sobreviver nela. Essa união teria ocorrido de modo praticamente espontâneo na visão de Paula Souza, garantido as conquistas dos habitantes de São Vicente e a proeminência dessa capitania sobre as demais, onde a associação entre nativos e colonos teria sido menor.

Se os paulistas obrarão prodígios, foi sobretudo pelo adjutório dos índios. Estes, pelo casamento de Ramalho e outros portugueses, no começo (porque depois estas uniões eram consideradas infesta mistura, como diz Machado de Oliveira) ligaram-se com os europeus, ensinaram seu gênero de guerra, sua prática do sertão, o conhecimento do mato e seus recursos. Além desse traço de união, que tanto contribuiu para a união das duas raças, que era a inclinação pela caça, havia a bondade com que os tratavam as famílias paulistas a que se afeiçoavam.²⁰⁷

O “adjutório dos índios” também ocorreu em razão de os nativos aliados dos portugueses comporem o exército que combateriam os indígenas “bravos” – muitas vezes associados às forças francesas e inglesas –, e os negros fugidos que se refugiavam nos sertões. Pedro Vaz de Barros, por exemplo, empresta a Domingos Jorge Velho para a guerra contra os Palmares trezentos “bugres”, que seriam comandados por dois membros de sua família: Manoel de Barros e Manoel Penteado. Apesar de a historiografia apontar um número menor de combatentes no terço do mestre de campos nessa guerra, o número superior de indígenas em relação à quantidade de paulistas encontra-se em Edson Carneiro. De acordo com esse

²⁰⁶ Ibidem, p. 45.

²⁰⁷ Ibidem, p. 155.

autor, no início de 1694 a “gente de Domingos Jorge Velho estava reduzida a 600 indígenas e 45 brancos”.²⁰⁸

Assim, para Paula Souza,

por meio dos índios mansos alongaram-se os paulistas centenaes [sic] de léguas, e derrotaram forças incomparavelmente superiores, quando nas outras partes mal puderam portugueses e espanhóis firmar-se nos lugares em que desembarcaram. (...) Southey diz que deveriam isso aos portugueses de S. Paulo que tinham ali quebrantado e subjugado os índios. Os índios eram amigos dos paulistas, e os ajudavam a vencer os índios bravos, que por seu turno, pelo bom trato, se tornavam depois amigos.²⁰⁹

A amizade dos paulistas para com os indígenas também se mostraria no respeito às leis que proibia a escravização dos ameríndios, levando-os a comprar escravos africanos quando podiam adquirir a mão de obra de que necessitavam “quase de graça no sertão”; o que mostraria “seu espírito ordeiro e religioso como o de nenhum outro povo”.²¹⁰

Bazília e Manoel de Barros simbolicamente representam essa associação entre paulistas e nativos. Porém, como já apontado, a crença de que os brasileiros não teriam sido formados a partir da miscigenação entre portugueses e indígenas no período colonial fez com que Paula Souza preferisse tirar Bazília de cena (optando pela morte da personagem) a cometer a mesma falsidade, que, de acordo com ele, teria cometido José de Alencar em suas obras. Para ele, “o paulista é filho do português, há três séculos para aqui mudado, cruzando-se entre si, e com europeus. Conservam o nome, exterior e partes daqueles que vieram no século XVI”.²¹¹

Citado diversas vezes no romance, Pedro Taques parece ser a grande referência utilizada por Paula Souza para retratar os paulistas contemporâneos de Domingos Jorge Velho, pois, como aquele historiador do período colonial, o romancista defendeu a “pureza de sangue” dos paulistas, os quais descenderiam de portugueses transferidos para São Vicente; distanciando-se, assim, de Frei Gaspar da Madre de Deus, que via a miscigenação de forma menos radical do que seu parente e contemporâneo Pedro Taques. Essa presença

²⁰⁸ CARNEIRO, op. cit., p. 153. Segundo Alencastro, houve diversas razões que teriam desestimulado, ou mesmo impossibilitado, a escravização dos indígenas durante o Brasil Colonial. Entre essas razões, além da organização social dos povos ameríndios que habitavam o território brasileiro e do enfraquecido poder dos caciques que inviabilizava o aprisionamento de pessoas da comunidade ou mesmo sua organização para o tráfico, a parca presença militar portuguesa na América tornava necessária a paz com os indígenas, uma vez que com esses aliados os colonos poderiam, assim, se defender dos rivais estrangeiros, dos indígenas inimigos dos portugueses e dos escravizados africanos. ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 117-123.

²⁰⁹ VELHO, op. cit., p. 156.

²¹⁰ Ibidem, p. 157.

²¹¹ Ibidem, p. 11.

predominante do “sangue português”, para Paula Souza, é que teria garantido à província paulista o seu grande progresso.²¹²

Como porta-voz dos interesses dos paulistas do século XVIII, Pedro Taques defendeu a pureza de sangue dos habitantes de São Paulo. A razão para isso poderia estar, segundo Kátia Abud, nas determinações legais promulgadas pelo governo português que excluía das instituições políticas e religiosas os judeus, os mouros, os mulatos e seus descendentes; reservando-as aos que apresentassem “sangue puro”.²¹³

Entretanto, no final do século XIX, a defesa de uma pureza racial para os paulistas dos tempos antigos²¹⁴ adquire novas conotações com as teorias racistas no Brasil, as quais se pretendiam embasadas nos estudos empíricos, como na medição de crânios. A expressão “mistura de sangue”, encontradas nos escritos coloniais, é substituída por “misturas de raça” após George Cuvier introduzir, no início do século XIX, o termo “raça” na literatura especializada.²¹⁵ Além disso, observa-se que para os homens de letras da sociedade imperial brasileira os indígenas e negros deixam de ser considerados inferiores apenas devido a sua cultura e seus costumes distintos dos padrões europeus. Assim, passa-se a defender uma inferioridade imanente a sua condição racial.

Dessa forma, na construção da imagem do bandeirante por escritores paulistas, foi importante afastá-lo, ao menos em um primeiro momento, das premonições negativas sobre os mestiços, fadados ao desaparecimento de acordo com os argumentos de diversos teóricos nacionais e estrangeiros – a exemplo do diplomata e escritor francês Arthur de Gobineau, que, em seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, justificou no cruzamento entre raças distintas a causa do desaparecimento do Império Romano.²¹⁶ Além dos mestiços, Gobineau também acreditava na degenerescência dos indígenas brasileiros.²¹⁷ Segundo a visão desse diplomata, que esteve no Brasil no final da década de 1860 a serviço da França e estabeleceu um estreito e longo contato com o imperador Dom Pedro II, a única chance para o progresso do Brasil – onde houve amplo cruzamento entre portugueses, nativos e africanos –, estava na

²¹² Ibidem, p. 155.

²¹³ ABUD, op. cit., p. 87-88.

²¹⁴ Na “Carta dedicatória”, Paula Souza afirma que “só há pouco, tem havido alguma mistura do sangue africano, que a soberba paulista não deixava entrar em suas famílias antigas”. VELHO, op. cit., p. 11. Dessa forma, depreende-se que, para o autor, a miscigenação de brancos com outras raças em São Paulo foi um fenômeno recente.

²¹⁵ SCHWARCZ, 1993, p. 47.

²¹⁶ GOBINEAU, Joseph Arthur de. **Essai sur l'inégalité des races humaines**. Paris, Didot frères, 1853-1855, 4 vols. in-8°. Apud MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. **Índice dos Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, 1951, p. 200.

²¹⁷ SKIDMORE, op. cit., p. 46.

imigração de europeus, que deveriam manter-se racialmente “puros”, ou seja, não formando descendentes com indígenas e negros.²¹⁸

Paula Souza, apesar de ir contra a corrente de certos escritores do Império, como Varnhagen, ao enxergar características positivas nos indígenas brasileiros – ainda que de forma romantizada –, e ao afirmar a importância de sua associação aos paulistas para as conquistas da província de São Paulo, acreditava que os casamentos entre indígenas e portugueses teriam ocorrido apenas no início da colonização, sendo considerados, posteriormente, uma “funesta mistura”. Contudo, ainda que procure negar a miscigenação entre portugueses e indígenas, essa mistura é vista pelo autor com menos repulsa do que os cruzamentos entre brancos e negros. Isso se revela ao comparar os personagens mestiços de branco com negro – Firmo e Gangazona –, que teriam herdado o “pior das duas raças”, com Brasília, a qual, apesar de ter predominantemente o sangue branco e ser considerada cabocla, teria herdado o “melhor das duas raças”: branca e indígena.²¹⁹

Dessa forma, em *Palmares*, o termo “paulista” é utilizado, majoritariamente, para distinguir os integrantes das grandes famílias de São Vicente – como Manoel de Barros e sua família –, dos caboclos e de indígenas, que, embora pudessem ser provenientes da mesma capitania, viviam em órbita das grandes fazendas. Enquanto Manoel de Barros é qualificado como “paulista” seu amigo Brazílio, depois Brasília, recebe o termo “caboclo” e “caboclinha”. Porém, quando esses dois personagens penetram no quilombo dos Palmares, ambos passam a ser designados como “paulistas” em oposição aos “palmaristas”, provavelmente porque, na visão do autor, os indígenas e caboclos estariam mais próximos dos paulistas – tanto em termos de relação e de cultura quanto em qualidades físicas e morais – do que os negros.

3.2 Na contracorrente do mito bandeirista

Seja nas crônicas do período colonial, nas artes plásticas ou na literatura de diferentes épocas, os bandeirantes de São Paulo nem sempre foram retratados positivamente, e a ênfase nas qualidades ou nos defeitos que envolveram as descrições sobre esses personagens pode ser justificada por meio das intenções que cada autor teve ao escrever suas narrativas, além dos conflitos que as sociedades vivenciavam no período em que foram produzidas.²²⁰

²¹⁸ Ibidem, p. 46.

²¹⁹ VELHO, op. cit., p. 146.

²²⁰ ABUD, op. cit., p. 2-3.

Ademais, pode-se acrescentar que boa parte do que se conhece sobre os bandeirantes e as bandeiras provém de relatos de terceiro, pois até hoje não se tem notícias da existência de diários de viagem que os sertanistas tenham escrito sobre suas próprias expedições pelo interior do continente.²²¹ Dessa forma, de assassinos a heróis, as imagens dos bandeirantes penderam ora para uma, ora para outra forma de representação; embora, não raro, essas representações divergentes também possam ser simultaneamente observadas em um mesmo documento ou obra histórica – como as próprias *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus, um dos trabalhos pioneiros na construção do mito bandeirista.

Kátia Abud, em sua tese já citada, mostrou que a “legenda dourada” sobre os bandeirantes, a princípio disseminada por Madre de Deus e Pedro Taque, foi antecedida por uma “legenda negra”, na qual o beneditino José Vaissette e o jesuíta François-Xavier de Charlevoix – entre outros que atuaram no Paraguai, como os padres Antonio Ruiz de Montoya e Nicolau del Techo e o dr. Francisco Jarques –, veicularam uma visão extremamente negativa dos paulistas, responsáveis pela destruição de diversas reduções indígenas localizadas nos territórios espanhóis, durante expedições de aprisionamento.²²²

Para Abud, os escritos daqueles dois historiadores de São Paulo teriam se constituído em respostas a Vaissette e Charveloix,²²³ informação que se confirma pelo menos por meio da leitura do livro de Frei Gaspar da Madre de Deus, que traça comentários sobre os escritos desses religiosos franceses, apresentando trechos de suas obras. Conforme defende o frei vicentino, o retrato dos paulistas como “iníquos e depravados” promovido por eles é resultado da paixão que cega os homens, impedindo-os de discernir a mentira da verdade.²²⁴

É certo que Madre de Deus admite as muitas transgressões dos moradores da capitania de São Vicente às “Leis Divinas e humanas” relacionadas à liberdade dos indígenas. No entanto, ele aponta que essas transgressões ocorreram porque os paulistas possuíam uma “esperança moralmente certa do perdão”, uma vez que por interesse do Estado – principalmente no descobrimento de ouro –, muitas condescendências haviam sido dispensadas a eles nessa matéria.²²⁵ Por outro lado, ainda que os antigos habitantes dessa capitania tivessem sido “até certo ponto repreensíveis a este respeito”, abusando dos casos em que as leis permitiam a escravização e a administração de indígenas, não teriam sido menos

²²¹ Ibidem, p. 15.

²²² Ibidem. Ver cap. 1.

²²³ Ibidem, p. 92.

²²⁴ MADRE DE DEUS, op. cit., p. 105.

²²⁵ No contrato assinado pelos paulistas em 1691 para a destruição de Palmares, havia uma cláusula afirmando que a Coroa também perdoava os crimes cometidos pelos paulistas. CARNEIRO, op. cit., p. 145.

repreensíveis “os portugueses das outras colônias brasílicas, principalmente os do Maranhão e Pará”.²²⁶ A diferença entre os portugueses das demais colônias e os paulistas é que estes

tiveram a desgraça (se tal nome aqui convém) de se embarçarem com os Jesuítas do Paraguai e da sua Capitania; e, por consequência, de ofenderem a toda a Sociedade cujos Escritos voaram por toda a parte a denegri-los à face do Universo. Mas, em fim, o tempo veio a manifestar que estes mesmos Jesuítas que tanto chamaram a favor dos Indígenas da América, foram os que na maior parte dela os tiveram em uma rigorosa sujeição; do qual os livraram nos Estados do Brasil e Pará as providentes leis, que a bem daqueles pobres Vassallos mandou promulgar o Snr. Rei D. José de gloriosa memória. O mais que Vaissette e Charlevoix referem contra os paulistas são calúnias publicadas pelos sobreditos jesuítas e também por alguns espanhóis a quem eles destruíram a Cidade de *Xeres*, *Ciudad Real* e *Vila Rica*, por julgarem que estavam situadas em terras de Portugal.²²⁷

Interessante notar que, sendo Frei Gaspar um religioso, ainda assim ele se coloca contra outros dois religiosos em defesa de seus conterrâneos de São Paulo, na disputa envolvendo o uso da mão de obra indígena. O frei alega que, entre as tentativas de denegrir a imagem dos naturais de São Vicente, Vaissette teria lhes atribuído o ofício de pirata, apesar de considerá-los seguidores da região católica. De acordo com Frei Gaspar, nenhum fundamento teria tido Vaissette para designar tal ofício aos paulistas, e nenhum português jamais teria ousado imputar-lhes semelhante “infâmia, nem reputá-los por cobiçosos da fazenda alheia”. Pelo contrário, “eram os antigos paulistas notados de pródigos, e nimiamente desinteressados, por serem generosos e liberais com excesso: se fossem ambiciosos, saberiam aproveitar-se de tanto ouro, por eles extraído das Minas Gerais e Goiás, nos seus princípios, o que não fizeram (...)”.²²⁸

“O Jesuíta Charveloix caminha por estrada tão escorregadiça como a de Vaissette; e bem se percebe que ambos beberam do mesmo charco.”²²⁹ Segundo aquele jesuíta, São Paulo de Piratininga havia se constituído em um obstáculo para a propagação da religião cristã entre os indígenas. No entanto, o mal inicial teria vindo da colônia vizinha, onde houve o cruzamento entre sangue português e o sangue indígena. “O contágio d’este mau exemplo chegou bem depressa a S. Paulo, e desta mistura saiu huma geração perversa, da qual as desordens em todo o sentido chegarão tão longe”.²³⁰ Charveloix refere-se à Vila de Santo André, fundada por João Ramalho – náufrago que chegou ao continente americano antes de

²²⁶ MADRE DE DEUS, op. cit., p. 135.

²²⁷ Ibidem, p. 135 e 136.

²²⁸ Ibidem, p. 129.

²²⁹ Ibidem, p. 130.

²³⁰ Ibidem, p. 130-131.

Martin Afonso de Souza e acabou unindo-se a Bartira, uma das filhas do chefe guaianás Tibiriçá.

Para frei Gaspar, a afirmação de que a mistura de sangue deu origem a uma geração perversa infere que o sangue indígena conduziu para a maldade, “suposição que muito desonra senão a crença, ao menos o juízo de um sábio Católico; porquanto nem a Divina Graça perde a sua eficácia, nem a Natureza se perverte, ou a malícia adquire maiores forças, quando o sangue europeu se ajunta com o brasílico”. Na verdade, da união entre portugueses e indígenas teriam nascido indivíduos nos quais reluziriam as qualidades positivas dos indígenas, como “uma alma sensível, benéfica e desinteressada”. Assim, Madre de Deus defende que o aumento da corrupção teria se dado com a chegada dos portugueses à região, cujo sangue “veio misturar-se com o dos pios e inocentes moradores de S. Paulo”.²³¹

Segundo Abud, o reconhecimento da mestiçagem entre indígenas e portugueses é o ponto central que distingue Frei Gaspar da Madre de Deus – descendente de João Ramalho e Bartira, filha de Tibiriçá; e de Antônio Rodrigues e Antônia, filha de Piquerobi –, de seu parente Pedro Taques. No entanto, apesar de a autora apontar ainda que a opinião de Frei Gaspar acerca do casamento entre portugueses e indígenas tivesse caminhado paralelamente ao decreto régio de 4/04/1755 – segundo o qual os descendentes de portugueses e indígenas não poderiam sofrer nenhuma infâmia, “antes muito hábeis para os cargos dos lugares onde residiam não menos que seus filhos e descendentes” –,²³² o certo é que em muitos trechos de suas memórias, Madre de Deus sugere a pureza racial dos grandes paulistas, afirmando que Charlevoix cometeu um “erro intolerável” ao supor que todos os paulistas fossem mamelucos.²³³

Não só dos escritos de Charlevoix e Vaissette foram alimentados os relatos negativos sobre os paulistas. Em momento posterior à guerra dos Palmares, o bispo de Pernambuco – que havia se dirigido à região do antigo quilombo e, em 1697, escreveu uma carta ao rei –, afirmou ser o Domingos Jorge Velho

um dos maiores selvagens com que tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo língua²³⁴ porque nem falar sabe, nem se diferencia do mais bárbaro tapuia mais que em dizer que é cristão, e não obstante o haver-se casado de pouco, lhe assistem sete índias concubinas, e daqui se pode inferir como procede no mais; tendo sido a sua vida, desde que teve uso de razão – se é que a teve, porque, se assim foi, de sorte a perdeu que entendo a não achará com facilidade, – até o presente,

²³¹ Ibidem, p. 131.

²³² ABUD, op. cit., p. 94.

²³³ MADRE DE DEUS, op. cit., p. 133.

²³⁴ Mesmo que intérprete.

andar metido pelos matos à caça de índios, e de índias, estas para o exercício das suas torpezas, e aqueles para os granjeios dos seus interesses.”²³⁵

Além do concubinato com índias, a imagem do chefe dos paulistas também estaria manchada pela crueldade com que tratava os nativos, mesmo aqueles que poderiam ser considerados aliados dos portugueses. De acordo com Benjamin Péret, certa feita Domingos Jorge Velho havia capturado alguns índios, incluindo a mulher do capitão Paxicu, alegando haver ordens do rei de prender qualquer índio que não estivesse reduzido em aldeamento ou tivessem sido batizado. O governador geral do Brasil intimou o sertanista para que apresentasse a carta real que confirmasse esse direito, acrescentando que, se não a tivesse, que deixasse em paz os indígenas amigos dos colonos.²³⁶

Em 1691, os paulistas teriam cercado duzentos índios, obrigando-os a seguirem com o mestre de campos Domingos Jorge Velho a Palmares. Como os indígenas haviam se negado a segui-lo, acabaram “todos apunhalados”. Diante desses excessos, continua Péret, é compreensível que os moradores da região próxima ao quilombo rejeitassem a instalação dos paulistas no local após o término da guerra, podendo mesmo ter preferido os negros aos bandeirantes.²³⁷

Em 1694, o então governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro, ao informar o rei acerca do resultado da campanha final contra os Palmares, teria acusado os paulistas de haverem extraviado parte “das presas” enviadas a Recife para serem quintadas, afirmado serem eles “gente bárbara, indômita e que vive do que rouba” e acrescentando não ser útil a Sua Majestade “que aquela gente fique fazendo sua morada nos Palmares, porque experimentarão as capitanias vizinhas maiores danos em seus ganhos e fazendas que aquele que lhes faziam os mesmos negros levantados”.²³⁸ Em 1695, o Conselho Ultramarino escrevia que os paulistas “poderiam ser ‘piores que os mesmos negros dos Palmares’”, e, assim, quatro anos depois, esse conselho iria se opor à instalação de Domingos Jorge Velho mais próximo dos povoados da região, já que ‘da barbaridade, assim dos costumes, e vícios deste mestre de campo, se possam seguir não só grandes escândalos’.²³⁹

Apesar de esse retrato de Domingos Jorge Velho e de seu terço paulista ser bastante verossímil, considerando as “táticas de guerra longa” empregadas contra os quilombolas de Palmares – as quais, segundo Luís Felipe de Alencastro, consistiam em evitar confrontos

²³⁵ PÉRET, Benjamin. **O quilombo dos Palmares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 108. CARNEIRO, op. cit., p. 149.

²³⁶ PERET, op. cit., p. 107-108.

²³⁷ Ibidem, p. 108.

²³⁸ Ibidem, p. 109.

²³⁹ Ibidem, p. 108-109.

diretos, bloqueando as aldeias, capturando inimigos isolados, obstruindo trilhas, assolando os campos, incendiando plantações, envenenando as fontes de água potável para consumo dos negros e montando cerco na serra da Barriga –, os moradores da região tinham um bom motivo para não desejarem o prolongamento dos paulistas em Pernambuco, sendo ele uma das cláusulas do contrato, assinado por Domingos Jorge Velho em 1691 para a destruição de Palmares, que garantia aos paulistas sesmarias na região do quilombo e no rio dos Camarões e na Paraíba, conforme ‘as quisessem’.²⁴⁰

No entanto, encerradas as guerras, o que se verificou foi uma disputa entre Domingos Jorge Velho e os moradores da região, que também cobiçavam as terras antigamente ocupadas pelos palmaristas. Edson Carneiro mostra que, finalizada a guerra, os “paulistas iniciaram uma nova guerra – a das palavras”. Além das terras, a quantia obtida com os negros capturados seria menor do que o valor que havia sido inicialmente combinado em contrato. O rei não abriu mão do quinto das presas de Palmares em favor dos paulistas, deixando, portanto, de seguir o que havia sido sugerido pelos governadores Souto-Maior e, posteriormente, Marquês de Montebelo durante a contratação do Terço de Domingos Jorge Velho.²⁴¹

Assim, em tom de lamentação, o mestre de campos escreveu que com o fim de Palmares, “a glória, e o proveito foram para outros, e os trabalhos, e as misérias, e as perdas foram para [os paulistas], os quais, se nus, mortos a fome, e perdidos estavam na guerra, famintos, e nus, e perdidos ficaram depois da vitória”.²⁴² Somente em 1716, onze anos após a morte de Domingos Jorge Velho, sua viúva ou “alguma filha” receberiam uma sesmaria de seis léguas na região dos Palmares, com a condição de que não houvesse prejuízos a terceiros, de que se pagasse o dízimo e de que fosse povoada em até cinco anos.²⁴³

No contexto da “segunda fundação de São Paulo”²⁴⁴, o bandeirismo e os bandeirantes voltam a ganhar destaque na historiografia e nas obras de arte, marcando o fim de um hiato que se estendeu desde os escritos de Frei Gaspar da Madre de Deus e de Pedro Taques no século XVIII.²⁴⁵ Com essa retomada, verifica-se novamente as representações permeadas de positividade e de negatividade sobre esses personagens.²⁴⁶

²⁴⁰ Ibidem, p. 106.

²⁴¹ CARNEIRO, op. cit., p. 173.

²⁴² Ibidem, p. 171.

²⁴³ Ibidem, p. 194.

²⁴⁴ O termo “segunda fundação de São Paulo”, que se refere à “gênese da cidade como metrópole”, foi cunhado pelo historiador E. Simões de Paula, em Contribuição monográfica para o estudo da segunda fundação de São Paulo (São Paulo, 1936). MORSE, op. cit., p. 227.

²⁴⁵ Na verdade, conforme aponta Abud, Christo e outros historiadores, na primeira parte do século XIX esse tema reaparece, mas com pouca atenção dos escritores, surgindo em manuais sobre a história do Brasil, como de

Em 1889, o pintor Henrique Bernardelli (1858-1936), por exemplo, na contracorrente do mito bandeirista, pinta *Os bandeirantes*, em que os sertanistas, destituídos de qualquer heroísmo, aparecem em cena saciando a sede. Segundo Maraliz de Castro Viera Christo, que fez uma análise minuciosa da pintura, apesar da cena prosaica que reflete um olhar realista-naturalista do artista – distanciado, dessa forma, dos temas românticos em que estão valorizadas a valentia e a coragem –, o que causa estranhamento no quadro não é simplesmente o fato de os bandeirantes realizarem uma ação natural, garantia da sobrevivência de qualquer pessoa, mas a forma primitiva por meio da qual esses homens bebem água, isto é, sem o uso das próprias mãos, deitados de bruços como um “cão” – enquanto alguns indígenas atentamente os observam.²⁴⁷

Chileno de nascimento, Henrique Bernardelli mudou-se para o Brasil com a família no início dos anos de 1860, dirigindo-se, inicialmente, para província do Rio Grande do Sul e, depois, em 1867, para o Rio de Janeiro, onde viveria boa parte de sua vida e faleceria um ano antes da instituição do Estado Novo.²⁴⁸ Afastado do circuito de São Paulo, não é de admirar a ausência de compromisso desse pintor com a imagem idealizada dos bandeirantes, consagrados como símbolo paulista contemporaneamente à formação da grande metrópole de São Paulo.

Dessa maneira, na análise dessa pintura histórica, produzida quando Bernardelli ainda se encontrava na Itália, Maraliz Christo chama à atenção uma possível relação entre os bandeirantes da tela e os *briganti* italianos, retratados no quadro *Bandido mortalmente ferido matando a sede* (1824-1825), de Eugène Delacroix. Ora considerados “terríveis e sanguinários salteadores de estradas”, ora “românticos aventureiros fora da lei”, os *briganti* faziam parte do *brigantaggio*, forma de banditismo observado na Itália Meridional, onde grupos de pessoas que se opunham à exploração dos proprietários rurais refugiavam-se nas florestas, passando a viver do roubo e de extorsões. A influência da obra de Delacroix no trabalho de Bernardelli estaria revelada na semelhança das posições em que se encontra o bandido mortalmente ferido, na pintura do primeiro, e os bandeirantes da tela do segundo.²⁴⁹ Teria tido Bernardelli a intenção de provocar os observadores do quadro e fazê-los recordar as descrições menos ilustres do bandeirante caçador de índios, ávido de metais preciosos e que

Southey e de Varnhagen, que reproduzem alguns equívocos de Sebastião da Rocha Pita. CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. “Bandeirantes ao chão”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 30, 2002, p. 33-55, p. 40.

²⁴⁶ ABUD, op. cit. passim; SALIBA, op. cit., passim.

²⁴⁷ CHRISTO, op. cit., p. 45-46.

²⁴⁸ Sem autor. **Henrique Bernardelli**. Disponível em:

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8633/henrique-bernardelli>> Acesso em: 19 mar. 2020.

²⁴⁹ CHRISTO, op. cit., p. 38.

“vive do que rouba”, como defendeu o governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro em 1694?

Seja como for, a despeito dessa aparente ausência de compromisso com a glorificação dos bandeirantes, em 1921 Henrique Bernardelli e outros artistas do Rio de Janeiro, ligados à Escola Nacional de Belas Artes, foram contratados por Affonso d’Escragnolle Taunay, então diretor do Museu Paulista, para produzir obras relacionadas à História do Brasil e de São Paulo, destinadas a ornamentar o interior do museu, que, por sua vez, estava sendo preparado para as comemorações do Centenário da Independência de 1922. Para Taunay, o museu era um recurso didático, logo as obras que iriam compor o acervo deveriam estar compromissadas com a “verdade” histórica, isto é, com o que se encontrava nos documentos. Assim, os artistas não tiveram liberdade absoluta de criação, com as constantes interferências de Taunay, que, além de determinar o tema das obras, ainda solicitava alterações nos esboços das pinturas sempre que considerasse necessário.²⁵⁰

Na historiografia do início do século XX, também se verifica certa revisão do retrato do bandeirante traçado por Pedro Taques de Almeida Paes Leme, em sua *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica* – trabalho dedicado aos principais chefes das bandeiras e a outros homens importantes para a história da capitania de São Vicente, como o ex-governador Pedro Vaz de Barros e seu irmão, também ex-governador da capitania, Antônio Pedroso de Barros. A importância de traçar a árvore genealógica dos grandes paulistas e a vida que levavam (como casamentos e expedições, intrigas, etc.) é relativizada na obra *Vida e Morte do Bandeirante*, de Alcântara Machado, o qual afirmou que “reduzir o estudo do passado à biografia dos homens ilustres e à narrativa dos feitos retumbantes seria absurdo tão desmedido como circunscrever a geografia ao estudo das montanhas.” Frei Gaspar da Madre de Deus não teria sido mais feliz em seu estudo do que seu primo Pedro Taques, segundo a visão de Alcântara Machado, para o qual “conflitos externos, querelas de facções, atos de governo estão longe de constituir a verdadeira trama da vida nacional. Não passam de incidentes; e, o que é mais, são o produto de um sem-número de fatores ocultos que os condicionam e explicam”.²⁵¹

Dessa forma, o historiador propõe-se a investigar os objetos do dia a dia, a saúde, a educação, a cultura religiosa dos paulistas antigos, utilizando como fonte os inventários dos anos de 1578 a 1700 encontrados no primeiro cartório de órfãos da capital e publicados pelo

²⁵⁰ Idem. “Bandeirantes na contracorrente da História: Um estudo iconográfico”. **Proj. História**, São Paulo, 2002, p. 307-335, p. 308-310.

²⁵¹ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, p. 29.

Arquivo do Estado de São Paulo no século XX. Com a análise desses documentos Alcântara Machado identifica a pobreza em que vivia a maioria dos colonos de São Paulo, já que a fortuna que vinha com a agricultura e a pecuária não era fácil e ágil. Somente a partir de 1601, segundo o autor, vai melhorando a situação econômica dos paulistanos, que, de maneira geral, era bastante restrita. Dessa maneira, retratar os bandeirantes como “*muito* grossos de haveres e muito finos de maneiras, opulentos e cultos, vivendo uma atmosfera de elegância e fausto” seria coisa que “só a fantasia delirante de um deus seria capaz”.²⁵²

O paradoxo presente nas narrativas dedicadas ao símbolo paulista por excelência – o bandeirante –, também se verifica nas próprias histórias sobre a capital de São Paulo. Conforme mostra Elias Saliba, ao abordar as memórias encobertas pelas narrativas da identidade da cidade – calcadas estas nos signos do movimento e do progresso –, as histórias de fundação da metrópole foram marcadas pela ambiguidade, na qual, de um lado, encontra-se Santo André da Borba do Campo, de João Ramalho, representando a miscigenação, o pragmatismo e a imanência do presente; de outro lado, a cidade racional e universalista fundada pelos jesuítas.²⁵³

Tais ambiguidades, que repontam nas narrativas das origens de São Paulo, acabaram, de alguma forma, assimiladas à narrativa mestra da história da Cidade, criando uma trama em dois tempos. O primeiro tempo, da fundação até o final do século XIX, é o tempo da cidade que experimenta as dores do parto do nascimento, que tem o estigma de ser um lugar de entroncamento e de passagem e que luta para não desaparecer. O segundo tempo, que se sobrepõe ao primeiro, é, significativamente, designado como “segunda fundação”, quando a Cidade, na passagem para o século XX, começa a transformar-se numa metrópole.²⁵⁴

Do primeiro tempo, em que São Paulo “experimenta as dores do parto do nascimento”, ao período de sua segunda fundação, a capital paulista é retratada sob diversos aspectos: alguns enfatizando o lado sombrio e melancólico que caracteriza o “burgo de estudantes”, que experimenta a decadência antes mesmo de seu desenvolvimento – presentes nos escritos de românticos como Álvares de Azevedo –; em outras mais otimistas e frenéticas, São Paulo surge como a locomotiva do Brasil, a conduzir os demais estados brasileiros.

Contudo, observa Saliba, mesmo “no interior da própria narrativa hegemônica de São Paulo”, houve fissuras na “crosta do nascente ufanismo paulista”. Essa conclusão é obtida por meio da análise de *Os bandeirantes*, obra de Manuel de Batista Cepello, o qual leva para a

²⁵² Ibidem, p. 39, 41.

²⁵³ SALIBA, op. cit., p. 559-561.

²⁵⁴ Ibidem, p. 560-561.

poesia a temática ufanista dos heróis paulistas. Porém, entre suas estrofes, surge uma cidade barulhenta e populosa – em “febril movimento”, na qual “o luxo se ostenta e a vida tumultua” –, contrastando com a melancólica imagem de José de Anchieta, que “na sua modéstia e na sua roupeta”, caminha apoiado “a um bordão”.²⁵⁵

Assim, pode-se concluir que, por mais que as narrativas hegemônicas busquem apagar as narrativas menos ilustres de São Paulo, a contradição é uma imanência dessa cidade e estará sempre presente nos olhares críticos de quem experiência a capital paulista em sua totalidade.

3.3 A recepção do romance paulista por excelência nos jornais do Brasil

Após a publicação parcial de *Palmares* em *A Constituinte*, em 1880, o romance de Joaquim de Paula Souza ressurgiu cinco anos mais tarde, quando os irmãos Laemmert resolveram publicar a obra completa em livro. Aparentemente, depois desta, não houve outras edições de *Palmares* nos anos posteriores, considerando o fato de as poucas versões localizadas atualmente nos acervos de obras raras de algumas bibliotecas públicas datam de sua primeira edição.²⁵⁶

Além da aparente inexistência de reimpressões da obra, as pesquisas por *Palmares* nos jornais da Hemeroteca Brasileira, circulados entre as décadas de 1880 e 1950, revelam que este se tratou de um romance que teve pouca expressividade entre o público-leitor tanto em São Paulo quanto nas demais províncias (e depois estados) do Brasil, já que os dois únicos comentários significativos encontrados sobre ele são de 1885. A partir desse ano até 1913, foram publicados nos jornais, sobretudo do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, somente anúncios de venda do romance, excetuando a menção de *Palmares* na carta de Washington Luís de 1903.

Conforme é possível verificar ainda nos dias atuais, na sociedade imperial brasileira era comum que editores enviassem aos redatores de jornais e revistas exemplares de livros recém-lançados para que fossem lidos e comentados nesses meios de comunicação. Em muitos periódicos, havia, por exemplo, seções intituladas “Recebemos”, “Publicações” ou “Bibliografia”, nas quais eram divulgados o título, a autoria, a quantidade de páginas ou volume e a editora de livros de gêneros diversos.

²⁵⁵ Ibidem, p. 567.

²⁵⁶ O exemplar de *Palmares* utilizado nesta dissertação encontra-se na Biblioteca do IEB-USP. Existem outros dois exemplares localizados no acervo de obras raras da Biblioteca Mário de Andrade e da Biblioteca Brasileira da USP.

Em uma dessas seções de *A Semana* (RJ), de 14 de março de 1885, encontra-se a seguinte nota: “Os Palmares, romance nacional histórico por Jorge Velho. Editores Laemmert & C. Vamos lê-lo; e depois falaremos”. Mensagem parecida encontra-se em *Brazil* (RJ), de 18 de março de 1885: “Dos mesmos srs. Laemmert & C. recebemos o romance - Os Palmares, por Jorge Velho, do qual nos ocuparemos brevemente em artigo especial”. Em ambos os jornais, porém, os artigos prometidos não foram localizados.

Ademais, era comum que anunciantes despendessem uma determinada quantia de dinheiro para que o anúncio de seus produtos aparecesse em números diferentes de um mesmo jornal. Nessa relação simbiótica, eram favorecidos os anunciantes e também boa parte das folhas que vivia não apenas de assinaturas, mas também das propagandas veiculadas em suas páginas. Nos anúncios de *Palmares*, as informações sobre a história são genéricas, não apresentando grandes detalhes da ficção para o leitor, nem deixando claro quem escreveu o texto ou se quem escreveu de fato leu o livro.

No *Jornal do Commercio* (RJ), de 11 de março de 1885, por exemplo, é dito: “Veio agora a lume, assinado por Jorge Velho, um romance nacional histórico, com o título Os Palmares. Tanto ou mais do que pelo interesse de ação romântica será este livro apreciado pelas recordações históricas que desperta. É um gênero muito para ser cultivado.”²⁵⁷ Já nas edições de 21 e 28 de maio de 1885 e de 17 de novembro de 1885 da *Província de Minas: Órgão do partido conservador* publicou-se: “Os Palmares, romance histórico brasileiro, por um escritor que modestamente se oculta sob o pseudônimo – Jorge Velho. É uma curiosa narrativa de fatos e costumes dos tempos coloniais, feita de modo a prender a atenção recreando o espírito.”²⁵⁸ Mas o que se observa, no geral, é a apresentação nos anúncios somente do título do romance, da autoria, da editora e do valor da obra, como em *Diário Portuguez fluminense* e nas diversas edições de 1887 de *Pedro II: órgão conservador*, do Ceará.

Em *Novidades* e no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, de 1890 e 1892 respectivamente, *Palmares* é classificado como “romance histórico paulista” e “romance original, histórico e paulistano”, negando-lhe o título “nacional” como pretendeu seu autor. Longe de ser um detalhe sem grande importância, apresentar a obra dessa maneira revela a resistência que pode ter havido por parte dos escritores do anúncio de enxergar São Paulo como elemento fundamental para a História do Brasil, ideia presente tanto na obra do Frei Gaspar da Madre de Deus – o qual defendeu ter sido a capitania de São Vicente “a primeira

²⁵⁷ *Jornal do Commercio* (RJ), 11/03/1885.

²⁵⁸ *A Província de Minas: Órgão do Partido Conservador*, edições de 21/05/1885; 28/05/1885; 17/11/1885.

que se povoou” na América portuguesa –, ²⁵⁹ quanto nas narrativas paulistas que reintroduziram o bandeirismo nos séculos XIX e XX, entre as quais poderia alocar a obra de Paula Souza.

No contexto de circulação de *Palmares*, isto é, os últimos anos do império, o prestígio econômico de São Paulo ainda não era acompanhado de uma primazia política e cultural sobre as demais regiões do Brasil, o que gerou um profundo ressentimento, “como não poderia deixar de ser”, entre os habitantes dessa província. ²⁶⁰ Nesse contexto de busca por reconhecimento, as “históricas construídas pelos paulistas tornou-se avalista da hegemonia que São Paulo pretendia exercer sobre os outros Estados”; ²⁶¹ e elegeu-se o bandeirante como “símbolo por excelência”. ²⁶² Por meio desse personagem pretendia-se não apenas ligar a história de São Paulo à história brasileira, mas fazer desse estado o ponto de partida para pensar o passado nacional. Assim, o primeiro número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo traria esse raciocínio no texto “Ao leitor”, onde se afirma que a “história de São Paulo é a própria história do Brasil”. ²⁶³

Contudo, é possível pensar que essas pretensões hegemônicas de São Paulo ²⁶⁴ foram, inicialmente, vistas com desconfianças ou mesmo contestadas e rejeitadas pelos homens de letras de outras partes do Brasil, assim como, no processo de construção do Estado Nacional, o projeto político centralizador da elite do Rio de Janeiro foi literalmente combatido, com o uso da força, por liberais de diversas localidades. Nesse sentido, fora a negação de dar a *Palmares* o epíteto “nacional”, um artigo sobre o romance publicado em *A Província do Espírito Santo: Diário consagrado aos interesses provinciais, filiado a escola liberal*, de 26 de abril de 1885 sugere essa rejeição de ver o feito dos paulistas como obra de grande louvor:

O autor do livro acima propôs-se a reivindicar para os paulistas uma glória que lhes era disputada. Provavelmente os historiadores pátrios, ou por falta de dados ou por obediência a qualquer outro móvel, se esqueceram de dar aos paulistas o quinhão de louvor a que tinham

²⁵⁹ MADRE DE DEUS, op. cit., p. 29.

²⁶⁰ ABUD, op. cit., p. 124.

²⁶¹ Ibidem, p. 150.

²⁶² SCHWARCZ, “O espetáculo das raças”, op. cit., p. 132.

²⁶³ **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo: Typ. d'O Município, 1895, volume 1, p. I. Disponível em: <http://ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-e-%C3%ADndice.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

²⁶⁴ As pretensões hegemônicas de São Paulo não se manifestou apenas na eleição do bandeirante como símbolo, mas também na criação de duas instituições responsáveis pela propagação das narrativas em que protagonizavam esses personagens, sendo elas o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) em 1º de novembro de 1894; e o Museu do Ipiranga, hoje chamado Museu Paulista da USP, em 7 de setembro de 1895 – os quais concorreriam com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, no contexto da consolidação do Estado nacional do Brasil; e o Museu Nacional, fundado por D. João VI em 1818.

direito pela extinção dos quilombos dos Palmares e daí veio o ardor do romancista.

Esse artigo apresenta algumas informações equivocadas acerca do ponto de vista do Paula Souza ao afirmar que este entendia “que o valor dos paulistas” provinha “de seu cruzamento do português com o índio, sem intervenção do fator negro. O africano só lhe merece execrações: a interferência da raça negra lhe parece um desastre”. Na verdade, o romancista acreditava que a glória dos paulistas provinha de sua associação com os nativos, mas não do cruzamento entre portugueses e indígenas, ainda que, de fato, rejeitasse o negro em todas as relações, excetuando a da subjugação pela escravidão.

Segundo o artigo, a junção entre o índio e o português não teria feito os paulistas especiais, uma vez que em “todo o Brasil fez-se a fusão do português com o índio, e por maior que seja o amor ao torrão, não há quem estabeleça preferências entre os feitos dos paulistas comparados aos dos pernambucanos”. No entanto, ao apontar que “a origem dos paulistas não é coisa de extraordinário valor”, o redator acaba reproduzindo algumas características atribuídas aos paulistas pelos historiadores de São Paulo do período colonial e do final do Império e início da República, afirmando que, portanto, essa origem racial “longe está de explicar *a tendência deles pelas aventuras e empresas belicosas*”.

Em tudo parece o artigo discordar do romancista, incluindo a preferência de Paula Souza pela colonização portuguesa em vez da colonização holandesa. Assim, o redator observa:

Quem estudar os progressos das artes e das ciências na Holanda, no século 16, e em seguida sondar a forças das instituições portuguesas, sentirá um desfalecimento. Portugal em 1500 tentava esforços extraordinários para livrar-se da falência inevitável que se tinha de abrir com a morte de Pombal: os estudos de Coimbra, as artes bafejadas pela corte dos descendentes de Henriques tinham o *eachet* jesuítico; os poetas imitadores, os glosadores servís da jurisprudência, os cronistas e viajantes, todos eles eram produtos da educação fradesca. De que serviam as conquistas e navegações longínquas, as colônias da Ásia e da América, se o trono de Afonso Henriques foi entulhado depois com Maria - a louca e João - o glutão?

No que diz respeito à crítica que Paula Souza faz da obra de José de Alencar, o artigo defende que também excessos teriam cometido Gonçalves Dias, a quem Paula Souza demonstra sua predileção; e, se Alencar “às vezes chega a emprestar ao índio a finura ou brandura do sentimento compatível com o homem culto”, Gonçalves Dias “faz do mestiço um ente fabuloso”. Dessa forma, um e outro “chegaram ao mesmo extremo, e se o vício do exagero é comum a ambos, não há razão para desprezar o grande romancista pelo grande poeta”.

O artigo também entra na questão de o romance adotar pretensões históricas, mostrando que Paula Souza se propôs a “fazer uma narrativa verdadeira”, porém elegeu como heróis na luta contra os quilombolas homens que não sabia se, ao certo, teriam ido ao combate. Aqui, a referência é a confissão que o romancista fez na Carta Dedicatória acerca da incerteza se Manoel de Barros e Manoel Penteado foram à Palmares. No entanto, Paula Souza justifica a ida dessas figuras à guerra afirmando lhe ser isso conveniente e porque o parentesco assim obrigava. Além do mais, Brasília seria fruto da criação literária do autor, diferente dos demais personagens verídicos que surgem na trama.

No artigo, o redator, então, faz a seguinte questão, que hoje poderia ser respondida afirmativamente: “É admissível semelhante recurso no romance histórico?”. Para ele, as licenças literárias de Paula Souza não eram aceitáveis e a elas era atribuída “a falta de vigor nas pinturas, a ausência de firmeza na descrição dos combates”.

A fraqueza de *Palmares* vai além. A “língua é desagradável: o leitor fatiga-se repetidas vezes. Cada capítulo exige um longo repouso. Os caracteres são, uns totalmente falsos e outros impossíveis; o romance, em suma, é uma narrativa sem movimento, frouxa e tediosa”. Assim, a conclusão do redator é de que a obra de Paula Souza é “inferior a qualquer página escrita por Alencar dentre as mais insignificantes que ele pode escrever”.

A segunda resenha sobre *Palmares* não lhe foi mais simpática. Saída em 29 de março de 1885 no jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, para o qual escrevia Machado de Assis e José do Patrocínio, o texto não assinado é repleto de ironia. A princípio, o artigo chama a atenção para a importância do gênero de romance histórico, o qual não era visto “há tanto tempo”. Assim, o lançamento de *Os Palmares*, romance nacional histórico, foi considerado quase uma surpresa. Além disso, o quilombo dos Palmares e as guerras que lhe foram feitas eram praticamente desconhecidos. No entanto, se isso, por um lado, era desvantajoso; por outro possuía suas vantagens: “uma é que o autor poderia acrescentar largamente os nossos conhecimentos. Outra é que, menos coato pela realidade e pela tradição, poderia deixar mover-se com ampla liberdade o seu talento.” Todavia, a conclusão a que se chegou é que em relação à parte histórica:

é força reconhecer que o autor pouco acrescentou. Diz ele que seguiu no romance o que Rocha Pita e outros escreveram, o que até certo ponto é exato; mas ao mesmo tempo há muita coisa no seu livro que não se acha n'estes escritores. D'onde as tirou Jorge Velho? Se tem documentos inéditos e importantes, porque não os apresentou? Se não os tem, como empregou tão inutilmente suas faculdades inventivas?

No que diz respeito à parte artística da obra, a observação é de que o autor não foi mais feliz: “há páginas de merecimento; mas nem as páginas são muitas nem o seu merecimento é grande”. O romance, em vez de histórico, poderia se chamar “autobiográfico” ou, ainda, “uma apologia da caça”, pois é de caçada que se ocupou o romance na primeira parte; e a caça é que formou o núcleo da segunda, sendo o epílogo finalizado com um brinde à Diana, deusa romana da caça. Diante de tudo isso, o que causa estranhamento é que a obra tenha sido oferecida ao Dr. A. Henrique Leal, uma vez que “devia sê-lo a Santo Huberto”, conclui o artigo.²⁶⁵

Além desses, não foram encontrados outros comentários sobre o livro nos jornais da Hemeroteca Brasileira, desde o lançamento do romance até meados do século XX. Embora seja possível pensar que um ou outro artigo não pode ser acessado devido às páginas rasuradas, edições não digitalizadas entre outras razões possíveis, a suposição mais crível é que pouco interesse despertou *Palmares* entre o público letrado, devido a sua baixa qualidade literária e, especificamente entre os leitores do século XIX, ao seu caráter eminentemente laudatório aos bandeirantes paulistas, em um momento em que o mito bandeirista dava seus primeiros passos em direção ao seu renascimento.

²⁶⁵ Na brincadeira do escritor, ele diz que o romance deveria ter sido oferecido a Santo Huberto, santo protetor dos caçadores.

4 *PALMARES: UM GRITO ESCRAVISTA ÀS VÉSPERAS DA ABOLIÇÃO*

4.1 A escravidão e a abolição no Brasil dos tempos de Paula Souza

Os anos de 1980 foram marcados por grandes agitações, tanto no cenário político nacional quanto no universo acadêmico das ciências humanas. Na política, as insatisfações populares com a ditadura militar tomaram as ruas, fortalecendo o movimento pelas Diretas Já. Nas universidades, em clima de comemoração do centenário do fim da escravidão, historiadores e outros pesquisadores voltaram seus esforços a temas relacionados ao negro e à sociedade escravista brasileira que antes receberam menos atenção da historiografia tradicional, o que resultou em inúmeras publicações de livros e teses e na consequente elevação do Brasil à condição de líder nos estudos sobre o escravismo na América.²⁶⁶

Além das inovações temáticas, foi esse o momento em que se intensificaram as discussões acerca da desagregação do regime escravista brasileiro, refletindo sobre o porquê do retardamento da abolição da escravatura e contestando as explicações que excluía a participação dos negros nesse processo em razão de sua suposta incapacidade de articulação política. Esta hipótese havia sido defendida por estudiosos que se contrapuseram às ideias de Gilberto Freyre sobre a democracia racial e o abrandamento das relações entre senhores e escravos no Brasil, reafirmando a perversidade da escravidão, que teria impedido o cativo de se desenvolver moralmente como homem ao ser-lhe atribuída a condição jurídica de “coisa”.²⁶⁷

No entanto, Maria Helena P. T. Machado e Sidney Chalhoub, entre outros estudiosos, buscaram mostrar a complexidade da atuação dos africanos e dos afrodescendentes escravizados que não se resumiu na conformação ou na violência direta. Ao longo de séculos de cativeiro, os escravos obtiveram direitos por meio de negociações com os senhores; e, em muitos processos criminais cujos réus eram cativos, a violência apenas ocorreu quando tais direitos foram desrespeitados. Assim, a pressão da escravaria a fim de manter suas conquistas ou mesmo ampliá-las, em um contexto nacional e internacional cada vez mais antiescravista, teria tornado necessária a intermediação do Estado imperial nas relações entre senhores e

²⁶⁶ KLEIN, Hebert S.; LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 7.

²⁶⁷ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 44., Joaquim Nabuco defendeu que as influências da escravidão sobre os negros refletiam-se no “seu desenvolvimento mental atrasado”, nos “seus instintos bárbaros” e “nas suas superstições grosseiras”. Op. cit., p. 101.

escravos, promulgando leis que nem sempre satisfaziam às vontades senhoriais e, conseqüentemente, contribuíram para rachar o poder dessa classe e o regime escravista.²⁶⁸

Emília Viotti já havia atentado para a relevância das insurreições escravas na desarticulação do escravismo em áreas de produção cafeeira. Entretanto, segundo a autora, o sucesso dessas rebeldias devia ser explicado a partir das transformações estruturais na economia e na sociedade brasileira, ocorridas ao longo do século XIX, e para as quais o trabalho livre tornar-se-ia mais viável.²⁶⁹

Ora, a escravidão moderna, instituída após os descobrimentos dos séculos XV e XVI era, a princípio, incompatível com a nova mentalidade capitalista que surgiu com a Revolução Industrial. Porém, durante a crise do Sistema Colonial, as vantagens econômicas advindas da Revolução Haitiana e os lucros do café no Vale do Paraíba, a partir dos anos de 1820, possibilitaram a manutenção do escravismo no Brasil e mesmo o recrudescimento do tráfico negreiro: “(...) formas escravistas de organização social se refizeram e se aprofundaram nas primeiras décadas do século XIX, de modo a tornar ainda mais dramática e desumana a experiência multissecular da diáspora africana”.²⁷⁰

Em São Paulo, por exemplo, essa época marcou o desenvolvimento da grande lavoura, sustentada pela mão de obra escrava, que desbancou a economia de subsistência e a mão de obra indígena, menos lucrativas. De acordo com Florestan Fernandes, a população negra, que durante a maior parte do período colonial havia ficado atrás dos brancos e indígenas na região paulista, teve um aumento médio anual desde os últimos anos do século XVIII, “tornando-se esse crescimento verdadeiramente apreciável depois de 1815”.²⁷¹

Além das razões econômicas advindas da ampliação do cultivo de gêneros agrícolas, o motivo do atraso brasileiro na abolição da escravatura vem sendo também atribuído ao estreito vínculo entre os interesses da aristocracia e do Império, surgido após proclamação da Independência em 1822. Como mostrou Ricardo Salles, a construção do Estado nacional brasileiro foi causa e consequência da formação da própria classe senhorial, surgida como estilo de vida a partir do êxito do movimento de expansão, por todo o território, do ponto de vista social e político-produtivo de plantadores escravistas da província fluminense (os saquaremas) e de comerciantes de grosso trato da Praça do Rio de Janeiro, que tinham como

²⁶⁸ MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão: Trabalho, lutas e resistências nas lavouras paulistas (1830-1888)**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2014; CHALHOUB, op. cit.

²⁶⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 4ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998, p. 17.

²⁷⁰ *Ibidem*, p. 17; 30-32. CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 34.

²⁷¹ BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo**. 4 ed. São Paulo: Global, 2008, p. 48.

pressupostos o centralismo estatal e a manutenção da mão de obra escrava. A preponderância dos valores desse grupo não foi imediata nem pacífica. Houve embates de outros projetos, e os conflitos se estenderam da abdicação de D. Pedro I (em 1831) a meados dos anos de 1840. A vitória dos saquaremas garantiu a estabilidade imperial porque ela significou a formação de uma identidade e valores compartilhados por toda a sociedade, englobando ou eliminando as aspirações de outros grupos subalternos, e disso resultou a distribuição da mão de obra escrava entre todos os segmentos da população, fortalecendo os interesses da classe senhorial.²⁷² Segundo o abolicionista Joaquim Nabuco,

a escravidão, entre nós, manteve-se aberta e estendeu os seus privilégios a todos indistintamente: brancos ou pretos, ingênuos ou libertos, escravos mesmo, estrangeiros ou nacionais, ricos ou pobres; e, dessa forma, adquiriu ao mesmo tempo, uma força de absorção dobrada e uma elasticidade incomparavelmente maior do que houvera tido se fosse um monopólio de raça, como nos estados do Sul [dos Estados Unidos].²⁷³

Contudo, o comprometimento da monarquia e da sociedade com os anseios dessa classe não impediu que deputados, senadores, membros do Conselho de Estado (e a própria Coroa) discutissem e aprovassem leis emancipacionistas, nem que se formasse uma opinião pública antiescravista, a princípio incipiente, mas que a partir de meados do século XIX passou a ganhar cada vez mais terreno. Além das contestações dos escravos, a pressão internacional, sobretudo inglesa, foi significativa para a aprovação de leis como a de 7 de novembro de 1831, que declarava a liberdade de todos os africanos que entrassem no país a partir daquela data; e a lei de 4 de setembro de 1850, que pôs fim definitivo ao tráfico negreiro.²⁷⁴

Ademais, a escravidão brasileira, que até o final do século XVIII foi bem acompanhada no Ocidente, encontraria nova realidade no período oitocentista, com a onda de abolição da escravatura em algumas das novas nações latino-americanas. Esse cenário externo não escapou de certos políticos os quais, durante o processo de independência brasileira, denunciaram a incoerência de um país livre que mantinha a mão de obra escrava. José Bonifácio de Andrade e Silva foi um dos que defenderam medidas para o fim do tráfico negreiro, o melhoramento da “sorte dos escravos”, bem como o fim gradual do escravismo; enfatizando a humanidade dos negros, a escravidão como violação do direito natural e a

²⁷² CHALOUB, op. cit., p. 46-53.

²⁷³ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000. p. 123.

²⁷⁴ COSTA, op. cit., p. 22 e 82. Para os efeitos da lei de 1850 na sociedade brasileira, ver CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, INL, 1975.

falsidade dos argumentos capciosos dos quais lançavam mão homens “perversos e insensatos”, a fim de satisfazer seus interesses à custa do sofrimento de outros homens. Para esse estadista, aquelas seriam as primeiras ações de uma grande obra pela expiação dos brasileiros de seus “crimes e pecados velhos” e para a construção de um país menos heterogêneo em seus aspectos físico e civil.²⁷⁵ Todavia, suas sugestões foram desconsideradas no texto da Constituição de 1824, a qual em nada se referiu diretamente à escravidão, mas em cujo artigo 179 garantiu o “Direito de Propriedade em toda a sua plenitude”.²⁷⁶

O discurso de José Bonifácio insere-se no que Angela Alonso considera como “retórica da mudança”, utilizada para fazer frente aos argumentos, a princípio, de defesa aberta da escravatura e, mais adiante, do escravismo de circunstância, o qual não defendia abertamente o regime escravista, porém argumentava que ele era necessário para a ordem social, a produção econômica do país e a manutenção do *statu quo* dos senhores de escravos.

Essa retórica ganharia cada vez mais força à medida que houve o avanço das ideias abolicionistas e foi crucial para que o movimento transpusesse o “rubricão simbólico” e conseguisse “desmontar esquemas de pensamento e estruturas de sentimentos arraigados na sociedade brasileira”.²⁷⁷ Sob as tópicas da compaixão, do progresso e do direito, a retórica da mudança, inspirada no repertório abolicionista internacional, penetrou não apenas nas instituições políticas, mas também na imprensa e na Arte, de maneira geral, buscando promover a persuasão da opinião pública.²⁷⁸

Desse modo, de acordo com França, o negro “fincou pé” na literatura brasileira depois do florescimento do sentimento antiescravista no mundo, na primeira metade do século XIX;²⁷⁹ mas, para Brookshaw, foi no meado daquele século, com o fim do tráfico atlântico, que os escritores voltaram suas atenções de maneira mais significativa aos escravos, uma vez que o futuro do regime servil dependia da maneira pela qual eles eram tratados. Como exemplo de romance-folhetim com essa temática, Brookshaw apresenta *O comendador* (1856), de Pinheiro Guimarães, que apela para o tratamento degradante que recebiam os cativos, reduzidos a condições desumanizantes.²⁸⁰

²⁷⁵ ANDRADE E SILVA, José Bonifácio. **Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura**. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, 1840, passim.

²⁷⁶ **Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 19 mar. 2020.

²⁷⁷ ALONSO, op. cit. p. 91.

²⁷⁸ Ibidem, p. 14.

²⁷⁹ FRANÇA, Jean M. Carvalho. **Imagens do negro na literatura brasileira (1584-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 34.

²⁸⁰ BROOKSHAW, David. **Raça & cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 28.

Em 1859, sob a assinatura “Uma maranhense”, Maria Firmina dos Reis publicaria *Úrsula*, considerado o primeiro romance brasileiro de autoria feminina e um dos primeiros a apresentar a temática abolicionista, no qual uma velha cativa narra sua própria história desde a captura na África à travessia do atlântico no porão de um navio negreiro. Em 1887, um ano antes da Lei Áurea, a mesma autora publicaria na *Revista Maranhense* o conto “A escrava”, que teria como tema o sofrimento e a morte de uma mãe cujos filhos foram vendidos por seu senhor para um traficante de escravo, destinados a trabalhar nas fazendas do sul do Brasil.²⁸¹

De acordo com Alonso, a campanha abolicionista brasileira – cujo marco inicial seria 1868, ano em que os liberais foram substituídos pelos conservadores na liderança das discussões sobre o projeto de libertação do ventre da mulher escrava, no Parlamento –, sem contar com o apoio da Igreja Católica, embasou sua tópica da compaixão no Romantismo, movimento artístico de “formas grandiloquentes e emoções hiperbólicas”, que alcançou, inclusive, a política. Já a tópica do progresso, sustentada pelas teorias científicas, encontrariam amplo espaço no folhetim naturalista, com escritores adeptos do abolicionismo como Aluísio Azevedo.²⁸²

A retórica da mudança também adentrou os espaços públicos, por meio de conferências-concerto, de encenações teatrais, de *meetings*, de óperas, entre outros eventos, à medida que ocorria o alargamento desses espaços. As reformas promovidas durante o governo do Visconde do Rio Branco, na década de 1870, em resposta às críticas dos liberais na oposição, foram decisivas tanto para a abertura de “arenas extraparlamentares de enunciação” quanto para a formação de novos agentes que passaram a dialogar sobre assuntos de interesse nacional. Entre essas reformas, houve a ampliação do acesso às faculdades militar e de engenharia, possibilitando a formação de jovens não diretamente ligados aos interesses dos grandes proprietários de terra e que, portanto, possuíam mais liberdade para criticar a ordem social vigente; a instalação de telégrafos; a padronização dos pesos e medidas; o barateamento de maquinários e os investimentos em infraestrutura urbana nas grandes cidades, criando condições para a construção de novas praças, parques, cafés, restaurantes, teatros e tipografias e para o surgimento de “uma nova sensibilidade e de estilo de vida moderno”²⁸³.

Diversos jornais brasileiros foram inaugurados nesse momento. Em São Paulo, onde Luís Gama e outros advogados abolicionistas atuavam nos tribunais defendendo escravos em causas de liberdade, Lilia Schwarcz aponta que de 1870 a 1880 e de 1881 a 1890 o número de

281 ALONSO, op. cit., p. 95.

282 Ibidem, p. 58 e 94.

283 Ibidem, p. 89 a 93.

periódicos foi de, respectivamente, 80 e 273. Porém, somente dois desses jornais de vida efêmera chegaram a ter vida longa no período republicano, sendo eles: *A Província de São Paulo* (de 1875), atualmente denominado *O Estado de São Paulo* (1890); e o *Diário Popular* (de 1884).²⁸⁴ No Rio de Janeiro, foram criadas *A Gazeta de Notícias* (1874) e *A Gazeta da Tarde* (1877), ambas de tendências abolicionistas.

Nos anos de 1880, também na cidade carioca, Joaquim Nabuco inaugurou *O Abolicionista*, e José do Patrocínio, outro importante adepto dessa causa, adquiriu *A Cidade do Rio*. Em 1887, Antônio Bento, líder dos “caifazes”, tornou-se redator-chefe do recém-criado *A Redenção: folha abolicionista, comercial e noticiosa*, que circulou todas as quintas-feiras e domingos, entre o dia 2 de janeiro de 1887 a 13 de maio de 1888, na província paulista. Após a assinatura da Lei Áurea, esse jornal passou a circular somente no dia do aniversário da abolição, com exceção de alguns anos em que foi vendido também em outras datas, até 1899.²⁸⁵

O resultado desse movimento foi o alastramento do abolicionismo por todo o país, atraindo uma ampla gama de pessoas – brancas e negras; ricas e pobres; radicais e moderadas. Nas províncias de maior concentração de cativos, ocorreram as fugas em massas de escravos de grandes fazendas cujos senhores mantinham-se apegados ao velho regime, sendo formados alguns quilombos próximos das grandes cidades. Além disso, no Norte do Brasil, onde ao longo de décadas, desde a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, exportavam-se escravos para as regiões economicamente mais dinâmicas, em especial, no Sul, a escravidão foi sendo abolida antes mesmo de 1888.

Diante desse cenário de ataque à escravidão, os senhores de escravo e seus representantes no Parlamento, obviamente, não se mantiveram indiferente. Em 1877, Perdígão Malheiros – considerando os riscos da concentração de cativos em uma determinada parte do Brasil, propôs a proibição do tráfico interno entre e nas províncias e na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império.²⁸⁶ Temia-se que o esvaziamento da escravatura nas províncias do Norte enfraquecesse o compromisso da população dessa região com o regime escravista, resultando no mesmo mal que sofreu os Estados Unidos com a guerra de secessão.

284 SCHWARCZ, Lilia Moritz, **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 56-57.

285 Ibidem, p. 88. Sobre o aspecto conservador do ponto de vista social de jornais abolicionistas, ver: BARROS, Mariana; MOREL, Marcos. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

286 NETO, José Maria Bezerra. “Se bom cativo, liberto melhor ainda: escravos, senhores e visões emancipadoras (1850-1888)”. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena P. T. **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**. São Paulo: Edusp, 2015, p. 259.

Além disso, surgiram propostas de lei mais rigorosas para punir os crimes cometidos por escravos, como a de extinção das penas de galés (1873), que substituíam as penas de morte desde 1850; e a de lei de prisão celular (1879), que previa o isolamento absoluto por quinze anos e a imposição do “o silêncio total nos primeiros cinco anos” aos cativos que cometessem crimes graves. Esses projetos de lei acabaram não sendo aprovados.²⁸⁷

Por outro lado, a classe senhorial muitas vezes utilizou-se dos mesmos artifícios dos abolicionistas – como publicações de obras literárias, artigos em jornais e revistas, falas no Parlamento e conferências em locais públicos –, para tentar convencer a população de que, com a abolição do regime escravista, o colapso econômico do Brasil e dos fazendeiros seria inevitável.

Com relação à literatura, Angela Alonso aponta que o romantismo brasileiro “servia a dois senhores, legitimador e combatente da escravidão”.²⁸⁸ Na literatura abolicionista, o objetivo de conscientizar o público leitor acerca dos males advindos do regime escravista resultava na criação de escravos perversos, astutos e vingativos, como os de Vítimas algozes e de Demônio familiar. Em outros momentos, os papéis invertiam-se, os carrascos tornavam-se os senhores, cuja fúria irrefletida recaía sobre escravos nobres e íntegros, criando-se, assim, “um quadro compungido das dores do cativo, que dignificou o africano e difundiu a compaixão entre a nascente opinião pública urbana”.²⁸⁹

Em seu engajamento escravista, os romances românticos, diferente da lógica abolicionista, tendeu a representar o bom e fiel escravo, contente com sua posição na sociedade e com os senhores aos quais serviam. No entanto, quando, nesses romances, o escravo e o negro rebelam-se contra a ordem estabelecida pelos brancos, a imagem deles criada é negativa, porém em um outro sentido: qualifica-os como estúpidos, ignorantes, bárbaros, imprudente e rebeldes.

A análise dos temas escravidão e libertação dos escravos em *Palmares* apontou que o romance de Paula Souza, publicado exatamente oito anos antes da lei áurea, em 13 de maio de 1880, é um exemplo de como a literatura procurou servir à causa escravista, defendendo, ainda que não de forma escancarada, a manutenção do *status quo* senhorial. Em geral predomina-se uma imagem ambígua do negro e do índio, ora acentuando suas qualidades, ora seus defeitos. Entretanto, no caso dos negros, a visão predominante foi a negativa; e não por acaso, já que, além do aumento das revoltas de escravo das quais provavelmente teve notícias

²⁸⁷ Ibidem, p. 259.

²⁸⁸ ALONSO, op. cit., p. 94.

²⁸⁹ Ibidem, p. 95.

Joaquim de Paula Souza, as teorias racistas começavam a ganhar espaço entre a intelectualidade brasileira a partir de 1880. Como médico e fazendeiro, isto é, com um pé na ciência e outro na casa-grande, o autor não poderia ter ficado imune a essas questões (como de fato não ficou).

4.2 A escravidão em *Palmares* e a concessão da liberdade como prerrogativa senhorial

Conforme visto anteriormente, as edições de *Palmares* – em folhetim e em livro –, foram publicadas em um contexto no qual os debates sobre o futuro da mão de obra servil ganhavam novos impulsos. Dessa forma, procurou-se analisar os temas da escravidão e da libertação dos escravos no romance, que trouxe essas temáticas ao abordar a destruição do quilombo dos Palmares no período colonial, sem deixar de dialogar com os acontecimentos de seu tempo, isto é, os últimos anos do reinado de D. Pedro II.

A prova desse diálogo encontra-se já no primeiro capítulo da obra – “Uma casa do tempo antigo” –, com a reflexão acerca da legitimidade da escravidão negra envolvendo dois paulistas do século XVII. Na conversa, o fazendeiro Pedro Vaz de Barros questiona o padre Belchior de Pontes sobre o porquê de a religião permitir a escravização dos negros, mas não a dos indígenas. O que teria a pele que deveria determinar que uns fossem livres e outros escravos? Nas palavras do personagem, “por que essa lei de 12 de abril de 1680, que veio declarar livres os índios, entretanto que se pode escravizar pretos?”²⁹⁰

Para responder a essas questões, o padre Belchior de Pontes utiliza-se de um dos argumentos que, de acordo com a historiografia, sustentaram a escravidão no Ocidente, o religioso: “– Esquecei-vos, Sr. Barros, que os filhos de Caim foram para a África e ficaram amaldiçoados?”.²⁹¹

Não muito conformado com a resposta, Pedro Vaz chama a atenção para o Novo Testamento e para os ensinamentos de Jesus, questionando se a igualdade e a fraternidade pregada por Cristo não seria desse mundo, como se verifica a seguir, na continuação do diálogo entre os personagens:

- Mas Cristo não pregou a igualdade e fraternidade? Não é para este mundo?
- Ele disse: – Dai a Cesar o que é de Cesar, e a Deus o que é de Deus. O reino de Cristo não é deste mundo. Quero com isto dizer que mantenhamos o que existe, não nos revolvamos em contínuas lutas com irmãos.
- Se são irmãos, como os conservarmos na escravidão? Como S. Paulo reenviou Onezimo ao seu senhor?

²⁹⁰ VELHO, p. 35-36.

²⁹¹ Ibidem, p. 36.

– Mas, com uma carta, em que diz que – o receba como de suas entranhas, não como escravo, mas como irmão querido, de mim primeiramente, e depois de ti, na carne e no Senhor.²⁹²

Na opinião do padre, “o reino de Cristo não é desse mundo”, e, não o sendo também a fraternidade e a igualdade pregadas pelo mestre, estava justificada a ordem natural das coisas, marcada pela desigualdade entre os homens. Em seu argumento, o padre Belchior de Pontes cita uma frase de Jesus Cristo, presente nos evangelhos de S. Mateus, S. Marcos e S. Lucas: – “Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”. Na passagem bíblica, a frase foi expressa após alguns judeus aproximarem-se de Jesus perguntando se seria lícito o pagamento de tributos ao imperador romano. Compreendendo a malícia dos homens, Cristo pediu que lhe mostrassem a moeda e questionou-os sobre de quem seria a imagem e a inscrição presentes nela. Ao responderem-lhe que era de César, ele proferiu a frase acima, sugerindo, assim, que o pagamento do tributo deveria ser feito.²⁹³

No entanto, ao fazer uso da citação fora de contexto, Belchior de Pontes busca defender o direito de propriedade, deixando implícito que o próprio Senhor o teria defendido. O padre roga, claramente, que a manutenção da escravidão negra seja preservada – “mantenhamos o que existe” – e implicitamente solicita o fim dos questionamentos acerca de sua legitimidade, a fim de que deixassem de ocorrer as “contínuas lutas com irmãos”.

O sentido desse trecho provavelmente não passou despercebido dos leitores do século XIX defensores do regime escravista. Garantido pela Constituição de 1824, o direito de propriedade foi constantemente retomado nos argumentos escravocratas para alegar a inconstitucionalidade de leis que diminuían o poder senhorial sobre os escravos.²⁹⁴ Ademais, a ameaça a esse direito é que seria a causa dos conflitos envolvendo “irmãos”, isto é, os homens livres da sociedade imperial brasileira, divididos entre abolicionistas e pró-escravidão; ou, como interpreta Pedro Vaz de Barros, escravos e seus senhores, uma vez que as contestações a respeito do regime escravista muitas vezes influenciaram as ações dos cativos, motivando-os a organizar revoltas e rebeliões.²⁹⁵

A incompatibilidade entre cristianismo e escravidão, segundo Emilia Viotti da Costa, foi “raramente percebida durante o Período Colonial”. Vozes, a princípio isoladas, que defendiam essa incompatibilidade começaram a ser mais frequentes a partir do século XIX,

²⁹² Ibidem, p. 36.

²⁹³ Lucas, 12; 13-17.

²⁹⁴ De acordo com Joaquim Nabuco, é “curioso que os senhores, que exercem esse poder ilimitado sobre os seus escravos, considerem uma opressão intolerável contra si a mínima intervenção da lei a favor destes”. P. 92.

²⁹⁵ TOLEDO, Maria Helena Pereira de. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2010, p. 23.

com Hipólito da Costa, José Bonifácio e José Severiano Maciel da Costa.²⁹⁶ Porém, no início da década de 1880, quando passou a tomar fôlego o movimento abolicionista brasileiro, essa ideia já havia ganhado muito mais adeptos.

Dessa forma, as dúvidas de Pedro Vaz de Barros acerca do direito de apropriação do trabalho dos africanos dialogam muito mais com o contexto em que o romance foi produzido e publicado do que com a época em que viveram as figuras históricas apresentadas na ficção. Contudo, desde os primeiros anos de instalação do escravismo moderno, é possível que tenham existido vozes isoladas, as quais, contra a perspectiva de sua época, questionaram a legitimidade do regime escravista e do comércio de africanos.

Assim, não foi por acaso que houve, conforme identificou David Brian Davis, três correntes de argumento que buscaram amparar essa forma de trabalho, rebatendo as críticas contrárias a ela. O primeiro, formulado de acordo com as ideias de Aristóteles, via como natural a primazia do senhor sobre o escravo. O segundo, com base nas teorias de filósofos iluministas – como Voltaire, Kant e Hume –, hierarquizava brancos e negros. Por fim a justificativa religiosa, segundo a qual Deus pune Caim, assassino de seu irmão, com uma mancha hereditária na pele.²⁹⁷

Também para Angela Alonso, “esses três raciocínios deram os pilares do *repertório moral* escravista no Ocidente, um conjunto de esquemas interpretativos que legitimaram situações escravistas nas colônias inglesas, francesas, portuguesas e espanholas”, frequentemente recuperados por escravocratas brasileiros em situações em que se via ameaçada a escravidão.²⁹⁸

Ainda segundo a socióloga, no Brasil “a tópica da mancha de Caim apareceu menos que entre estadunidenses e hispânicos. Católicos, como o padre Vieira, justificaram a escravidão como caridade cristã, um meio de salvar uma alma danada”.²⁹⁹ Esse argumento, porém, ultrapassou o período colonial e se fez presente entre os cristãos do século XIX, pois, como mostra José Bonifácio, pessoas que defendiam a continuidade do tráfico atlântico e do regime escravista afirmavam ser esta instituição “um ato de caridade” aos africanos porque, se não fossem eles retirados da África, “ficariam privados da luz do Evangelho, que todo cristão deve promover, e espalhar”.³⁰⁰

²⁹⁶ COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. 9 ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 17-18.

²⁹⁷ ALONSO, op. cit., p. 57.

²⁹⁸ Idem, p. 57. (Grifo da autora)

²⁹⁹ Idem, p. 57.

³⁰⁰ BONIFÁCIO, op. cit., p. 10.

Em *Palmares*, verifica-se tanto o argumento do cativo negro como forma de punição quanto um meio de salvar os africanos, os quais resgatados da barbárie passavam a ser educados na fé cristã. Porém, ao longo da conversa com Belchior de Pontes, Pedro Vaz parece incorporar o raciocínio de abolicionistas contemporâneos de Paula Souza, expressando o juízo de que essas seriam “ideias dos séculos atrasados”, por meio das quais a escravidão teria sido sustentada. Com relação à pergunta “Os apóstolos não deveriam ordenar a emancipação completa?”, para muitas pessoas, em 1880, que criticavam a omissão dos religiosos no movimento abolicionista, a resposta afirmativa poderia parecer óbvia. No entanto, o parecer do padre Belchior – “Se fizeram mais! Em vez de emancipar, ensinaram!”, reafirma o papel da escravidão como salvação para os africanos.

– Conservarmos estas ideias dos séculos atrasados não é injustiça? Os apóstolos não deviam ordenar a emancipação completa?
 – Se fizeram mais! Em vez de emancipar, ensinaram! Trata aos escravos como teus irmãos, não faças aos outros o que não queres que te façam. A instituição, em si, não é criminosa; torna-se quando se ataca as leis morais. Aqui ao menos ouvem os africanos as palavras do Evangelho; se viola-se, porém, as leis da caridade, se os trata mal, então comete-se um crime, um grande crime.³⁰¹

Diferente do que argumentavam os abolicionistas que viam o escravismo na América como um “crime da raça branca”,³⁰² para o paulista a “instituição, em si, não é criminosa; torna-se quando se ataca as leis morais”. Até aqui, Belchior de Pontes não deixa claro a quais ataques ele se refere, mas se pode concluir que a compra e a venda de pessoas que viviam na “incompleta certeza de sua sorte”,³⁰³ a exploração do tempo dos escravos, cujas horas de acordar, de dormir, de comer e de descansar eram estabelecidas, exclusivamente, a critério dos senhores; a aplicação de “castigos moderados”, como determinava o *Código criminal* – em suma, as características intrínsecas do regime escravista –; não eram atentados às leis morais.

Logo adiante, o leitor é esclarecido de que os crimes, “grandes crimes”, seriam a violação das “leis da caridade” e “tratar mal” aos escravos – eufemismos para designar a alimentação insuficiente, a despreocupação com a saúde dos cativos, as alforrias de escravos incapacitados para o trabalho, os homicídios, as tentativas de assassinatos e os casos de

³⁰¹ ALONSO, p. 36.

³⁰² NABUCO, op, cit., p. 138.

³⁰³ Ibidem, p. 92.

torturas e de maus-tratos cometidos contra escravos por senhores e feitores, que preenchem processos criminais, obras literárias e notícias de jornais do século XIX.³⁰⁴

O padre André João Antonil – e outros defensores da escravidão depois dele –, considerava os escravos as “mãos e pés dos senhores de engenho”, sem os quais não seria possível, no território brasileiro, “fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”. Dessa maneira, em *Cultura e opulência no Brasil*, ele alertou para a necessidade de os senhores agirem com justiça em relação a seus cativos, uma vez que não convinha serem estes “reconhecidos por escravos, na repartição do trabalho; e esquecidos na doença, e na farda”. No que se referia “ao sustento, vestido e moderação do trabalho”, os escravocratas deveriam prover os escravos e reservar-lhes, ainda, o descanso nos domingos e nos dias santos para que pudessem plantar seu próprio alimento, permitir-lhes o acesso à religião e o direito de constituir família.³⁰⁵

A visão de Antonil sobre a escravidão assemelha-se muito com as concepções de Paula Souza a respeito do regime escravista – ou, ao menos, com a perspectiva da conduta senhorial que o romancista quis passar em *Palmares*. Além do pensamento do padre Belchior de Pontes que caminha para o sentido de um regime escravista menos brutal, as ações de Pedro Vaz de Barros refletem certos limites de poder sobre as pessoas que estavam sob sua autoridade, pelo menos no caso dos indígenas.³⁰⁶

Na fazenda de Cutaúna,³⁰⁷ havia “mais de 600 almas entre escravos, índios e brancos”. Desse número, somente quatrocentos eram indígenas administrados, os quais, de acordo com o narrador, empregavam-se na caça com o consentimento do dono da fazenda, que não queria desagradar a eles nem aos jesuítas, os quais se rogavam os únicos com direito de protegê-los.

Deixados, em grande parte do tempo, a si, viviam os índios na lei dos bugres, vadiando e fazendo o que a eles lhe apetecia. O dono da fazenda fazia os trabalhar tanto quanto era possível aqueles povos preguiçosos e nômades. Não os forçava, porém, contentando-se com que tivesse o sustento preciso, o que sempre sua imprevidência esquecia.³⁰⁸

³⁰⁴ Na obra, **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX** (4. ed. São Paulo : Global Editora, 2010), Gilberto Freyre revela diversos casos de maus tratos, evidenciados nos anúncios de fuga de escravos nos jornais da época.

³⁰⁵ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas**. Impresso em Lisboa, 1711, p. 31-34.

³⁰⁶ As relações entre Pedro Vaz e seus escravos africanos são inexistentes no romance.

³⁰⁷ Como é denominado no romance “Quitaúna”.

³⁰⁸ VELHO, op. cit. p. 24.

A “benevolência” de Pedro Vaz para com os nativos resultou na amizade que os indígenas lhe tinham; e, logo, nenhum deles havia procurado meios de fuga, apesar da proximidade da fazenda com a aldeia dos Pinheiros, “que então contava com mais de 16 mil almas”.³⁰⁹ A essa *benevolência* o narrador associa ao caráter generoso e honesto do paulista, e não simplesmente ao cumprimento de leis, citadas anteriormente, proibindo a escravidão indígena. Isso porque, conforme já apontou a historiografia e como o próprio narrador afirma, essas leis “não era de todos cumpridas”, e sob o a designação “administrados” muitos indígenas eram mantidos em cativeiro – menos pelos paulistas, segundo Paula Souza, que, “com a declaração de liberdade dos índios”, restringiram suas conquistas, adquirindo escravos africanos, quando os podiam haver quase de graça nos sertões, o que mostra seu espírito ordeiro e religioso, como o de nenhum outro povo”.³¹⁰

No entanto, na continuação do diálogo de Pedro Vaz e de Belchior de Pontes sugere-se que, se cativeiro dos nativos fosse legalmente permitido, as exigências do fazendeiro (e dos paulistas) para com eles poderiam ser outras. Pedro Vaz, por exemplo, questiona quais benefícios teriam adquirido a Igreja com a libertação dos bugres, que se deixavam “levar pela ociosidade e vícios”, enchendo-se de “crendices e abusões”, e não exercendo “a verdadeira religião”; quando “podiam servir e melhorar”, acabavam tornando-se “elementos do mal e desordem”. Belchior de Pontes responde-lhe que, com a escravidão dos indígenas, a “raça ia acabar-se”, uma vez que “só os paulistas venderam para o Rio e para o Norte mais de cem mil, que apanharam pelos sertões”.³¹¹

Os esforços para a salvação espiritual dos nativos, segundo Belchior de Pontes, não eram vão. Isso porque o fim do cativeiro indígena resultou no tráfico negreiro, graças ao qual “centenares [de pessoas], são tiradas das garras do demônio para o céu”, retomando, novamente, a relação entre escravidão e religião:

– Mas [sic] vale uma alma que se possa alcançar para o grêmio da igreja do que milhares de sacrifícios que se percam. E vós não podeis deixar de concordar que não uma, mas centenares [sic], são tiradas das garras do demônio para o céu. Os negros, na África, vivem perdidos para a religião, matando-se, escravizando-se, sem o menor melhoramento, há séculos. Entretanto que nesta terra, além de melhor vida, têm possibilidade de centos deles poderem alcançar o céu.³¹²

³⁰⁹ Ibidem, p. 25.

³¹⁰ Ibidem, p. 157.

³¹¹ Ibidem, p. 36 e 37.

³¹² Ibidem, p. 37-38. O último trecho da citação, acerca dos negros africanos, não consta na edição em folhetim, publicada no jornal *A Constituinte*.

Diante desse raciocínio, Pedro Vaz de Barros dá razão a Belchior, em tudo “um santo padre, e um coração cheio de caridade”, e reflete se a sua “caridade pela raça preta” não se deve ao fato de ele ser tão contrário à introdução de africanos, cujo preço era vinte e cinco vezes mais caro que um índio. “Nós somos tão fracos, que nas melhores ações e sentimentos, não sabemos se algum grão de egoísmo e interesse não virá de permeio. Por isso, padre Belchior, eu cedo de todo às vossas ponderações, e me dou por convencido”.³¹³

Ao fazer seu personagem aceitar o argumento do amigo e questionar suas próprias opiniões, Paula Souza estaria insinuando que, por traz das defesas abolicionistas dos homens de sua época, poderiam haver interesses pessoais ocultos?

Em capítulos à frente, o narrador também relativiza a filantropia dos religiosos para com os indígenas, acusando os jesuítas de terem sido – embora “inconscientemente” –, culpados da mortandade dos nativos, uma vez que a reunião deles em “aldeias” teria sido a causa de eles morrerem “aos milhares, de bexiga”. Além disso, os jesuítas teriam perdido grande parte do zelo que antes, no tempo de José de Anchieta, dedicavam aos indígenas, passando a aproveitar-se deles “como um outro homem qualquer”. A declaração de independência dos ameríndios teria empobrecido “as mais opulentas casas”, mas os religiosos teriam lucrado com ela. Assim, a guerra dos Palmares foi “favoneada pelos padres, que não queriam a escravidão dos índios”.³¹⁴

No romance, a defesa ao escravismo negro não implicou na desconsideração dos males que poderiam provir do regime escravista. Em relação a isso, pode-se tomar a figura de Dona Maria de Mesquita – a “brava e sôfrega” paulista dos tempos coloniais que não parava um instante e nem deixavam parar “os servidores” – da qual já se falou anteriormente. Típica senhora daqueles tempos de escravidão, quando era uma desonra para as mulheres de boa família realizarem qualquer tarefa doméstica, a inquietude de que sofria a esposa de Pedro Vaz de Barros era fruto de uma vida “de sempre estar mandando” os outros desempenharem todas as tarefas, mesmo as mais insignificantes. Dona Maria preferia os indígenas aos tapanhus, com os quais ela se exasperava sempre por serem “resmungões”, “estúpidos” e “maldosos”.³¹⁵

Dessa forma, na conversa entre o padre Belchior de Pontes e Pedro Vaz de Barros, a senhora expõe sua contrariedade em relação às leis de libertação dos indígenas, que davam melhores escravos do que os negros, “com sua lerdice e bruteza”. Na comparação entre um e

³¹³ Idem, p. 38.

³¹⁴ Idem, p. 157.

³¹⁵ Ibidem, p. 37.

outro, os “índios eram muito dóceis e cumpridores de obrigações”, enquanto os tapanhus “são maldosos e indóceis ao último ponto”. Sugerindo serem esses defeitos partes da natureza dos negros, o padre aconselha Dona Maria a se conformar com “o que de todo não se pode emendar”.³¹⁶

De acordo com o narrador, a convivência com “escravas estúpidas e descuidadas” também era a causa do comportamento rude de muitas mulheres do século XIX, provenientes das tradicionais famílias paulistas; apesar de, nesse período, a instrução ser bem mais evoluída. A “falta de sociedade e de convivência”, por exemplo, fazia com que a “conversa a todo momento fosse interrompida com ordens, não podendo as donas de casa ter um momento de sossego”.³¹⁷

O descuido das escravas, defendido pelo narrador, pode ser comprovado na cena final do capítulo 1. Terminada a merenda e tendo se recolhido todos os parentes de Pedro Vaz, o dono da casa fecha a porta de entrada. Na varanda vazia, o silêncio é cortado apenas pelo “ressonar de alguma criança escrava”, esquecida pela própria mãe e que, “vencida pelo sono, não pudera ganhar o leito”.³¹⁸

Criticar certos aspectos da escravidão não significou, no entanto, se posicionar de forma contrária à instituição; e Paula Souza, como José Alencar em *Demônio familiar* (1957), apresenta os contrapontos da escravidão doméstica, por meio da qual as relações entre senhores e escravos eram mais estreitas, ainda que, não necessariamente, mais amistosas. No drama alencariano, a paz no lar é perturbada pela presença do moleque Pedro, que usa da confiança de seus senhores para manipulá-los, a fim de atingir a seu próprio interesse: tornar-se cocheiro. Após as amizades desfeitas e os mal-entendidos resultados das ações do escravo, Eduardo, senhor de Pedro, pune-o com a carta de alforria, mas lhe fecha para sempre as portas de sua casa. Eduardo, então, dirige-se ao público rogando que, “um dia”, o demônio familiar desapareça das casas brasileiras, que ficariam protegidas somente por Deus e pelos “anjos tutelares”, sob a forma de mulheres.³¹⁹

Em sua discordância com Magalhães Júnior, que considera reacionário o desfecho de *Demônio familiar* embasando-se no argumento de que Pedro adquire a liberdade como quem recebe um castigo, Brito Broca pondera que “o termo punição” foi utilizado em sentido figurado. Depois de analisar a fala de Eduardo a Pedro – “Eu o corrijo, fazendo do autômato

³¹⁶ Ibidem, p. 37.

³¹⁷ Ibidem, p. 29.

³¹⁸ Ibidem, p. 41.

³¹⁹ ALENCAR, José. **Demônio familiar**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000164.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

um homem; restituo à sociedade, porém expulso-o [sic] do seio da minha família” – o crítico literário chegou à conclusão de que o personagem “está formulando uma condenação do cativo, responsável pela conduta do moleque, do cativo, que o reduzira à situação de *autômato* sem imputabilidade moral”. Assim, o único “castigo” possível para o escravo seria a carta de alforria, uma vez que Pedro não mereceria castigo enquanto escravo, isto é, *autômato*. “Tenho a impressão de que é nitidamente abolicionista o pensamento desse desfecho e estou com as ponderações de Machado de Assis das quais diverge o meu caro Magalhães”.³²⁰

Ora, a classificação de escravos como *autômatos*, obrigados a agir irrefletidamente ou em função da vontade dos senhores, encontra-se no texto abolicionista de Joaquim Nabuco, o qual, respondendo àqueles que afirmavam ser o cativo brasileiro “suave, e os senhores bons”, esclarece que a bondade senhorial era proporcional à resignação do escravo:

Enquanto existe, a escravidão tem em si todas as barbaridades possíveis. Ela só pode ser administrada com brandura relativa quando os escravos obedecem cegamente e sujeitam-se a tudo; a menor reflexão destes, porém, desperta em toda a sua ferocidade o monstro adormecido. É que a escravidão só pode existir pelo terror absoluto infundido na alma do homem.³²¹

Para existir, a escravidão requeria a subjugação absoluta do escravo por seu senhor, a transformação de um homem em “autômato”, ao qual não cabia vontade e nem consciência próprias. Dessa maneira, quando busca satisfazer a seu interesse, a exemplo de Pedro, o escravo põe em risco o poder senhorial e, por consequência, a paz no lar.

Como membro da classe senhorial, José de Alencar estava, certamente, ciente dessa necessidade de rebaixamento do escravo a mero instrumento nas mãos de seu dono, a fim de garantir a ordem dentro do escravismo. Dessa maneira, ao chamar de *autômato* o cativo, antes de fazer uma crítica ao sistema escravista, Alencar poderia estar apenas reproduzindo uma consciência presente entre os homens de sua época, ainda que essa consciência nem sempre fosse abertamente expressa.

Além disso, restituir à sociedade o escravo que não se dobrava inteiramente à escravidão era uma maneira de salvaguardar o regime escravista. Para embasar esse argumento, pode-se tomar o exemplo da guerra dos Palmares, cujas “peças” capturadas após a destruição do quilombo deveriam ser enviadas à praça do Recife para serem vendidas, uma

³²⁰ BROCA, op. cit., p. 271.

³²¹ NABUCO, op. cit., p. 93-94.

vez que na capitania de Pernambuco poderiam ficar somente os negros de 7 a 12 anos.³²² A forma que o governo colonial encontrou de impedir a reorganização de Palmares foi distribuindo os palmaristas para outras regiões.

Em *Demônio familiar*, chama à atenção um fato inexplorado por Brito Broca: a expulsão de Pedro da casa senhorial após ganhar a liberdade. Se restituído à sociedade o obrigaria a ser melhor, então por que não poderia o ex-escravo frequentar a casa de seu antigo senhor, onde viveu toda a vida? A resposta para essa questão talvez possam ser encontrada no seguinte trecho, no qual Eduardo explica a origem do termo “demônio familiar”:

Os antigos acreditavam que toda a casa era habitada por um demônio familiar, do qual dependia o sossego e a tranquilidade das pessoas que nela viviam. Nós os brasileiros, realizamos infelizmente esta crença; temos no nosso lar doméstico esse demônio familiar.

Quantas vezes não partilha conosco os carícias de nossas mães, os folguedos dos nossos irmãos e uma parte das afeições da família! Mas vem um dia, como hoje, em que ele na sua ignorância ou na sua malícia, perturba a paz doméstica; e faz do amor, da amizade, da reputação, de todos esses objetos santos, um jogo de criança. Este demônio familiar de nossas casas, que todos conhecemos, ei-lo.³²³

O demônio familiar era o escravo africano empregado nos serviços da casa; excluindo, portanto, os escravos de eito, de ganho e de aluguel, cuja aproximação com a casa-grande era menor. Assim, diferente do que acredita Brito Broca, a crítica de Alencar é direcionada à escravidão doméstica, e não é à escravidão em si, a qual incluía outras formas de uso da mão de obra cativa.

Portanto, numa conclusão semelhante ao raciocínio de Magalhães Júnior, a alforria para Pedro vem como uma punição, pois, a partir dela, ele passará a prestar contas à lei e à moral das más ações que praticar. Ora, a liberdade para um bom escravo era uma dádiva senhorial, já para um mau escravo (e para a sociedade de forma geral) em vez de benção, poderia vir como uma maldição.

Em *Palmares*, não por acaso, os escravos presenteados com a carta de alforria destacam-se por sua bondade ou por sua submissão à ordem senhorial: tratam-se dos escravos fiéis, que, libertos, não deixam de viver sob a órbita de seus antigos senhores.

A primeira, no romance, a incorporar o ideal do bom escravo é Cândida, a antiga ama de leite de Manoel Pedroso de Barros, a quem o pai do jovem havia prometido a liberdade,

³²² CARNEIRO, op. cit., p. 144.

³²³ ALENCAR, op. cit. s/p.

caso Manoel morresse durante a guerra contra os palmarinos. Ao se despedir de Manoel, no quinto capítulo da primeira parte da obra, assim responde a escrava à promessa de liberdade:

- Ah! nhonhô (respondeu chorando a ama), hei de rezar todos os dias para que seja escrava toda a vida.
- Cândida, você é mamã, não é escrava. Os bons escravos são parentes da família. Lembre-se de mim, mamã.³²⁴

Além de Cândida, outro personagem a incorporar o bom escravo é a liberta Maria – primeira pessoa a encontrar Manoel de Barros após seu retorno a São Paulo –, descrita como “a gorda mamã Maria, a fiel da casa, a mamã querida de todos, que pelo bom comportamento fora logo libertada, e era mais uma amiga que empregada da casa”.³²⁵

A ideia da liberdade como uma premiação concedida aos escravos mercedores dela é reforçada em outro momento quando, destruídos os Palmares, ocorre a distribuição dos negros aos soldados. Manoel Pedroso de Barros, que junto com Brasília havia estado no quilombo antes do assalto das forças coloniais, diante das insistências de seus superiores para que aceitasse os cem escravos a que tinha direito por seu desempenho nos combates, diz ao cunhado Manoel Penteado: “Tire em seu lote a família de pretos que deu-me de comer nos Palmares, e dê-lhes a liberdade; os mais tome para si, são seus.”³²⁶

Ao longo do período de vigência da escravidão, especialmente entre meados do século XVIII e a proclamação da Lei Áurea, foi-se formando uma classe intermediária composta por indivíduos livres e libertos de cor, que, até o fim do tráfico negreiro, já ultrapassava numericamente o número de cativos.³²⁷ A quantidade de alforrias promovidas no Brasil, em comparação com outras regiões da América onde a utilização da mão de obra escrava também ocorreu de maneira intensa, é um dos fatores que explicam o crescimento dessa classe e que fizeram com que o escravismo brasileiro fosse considerado “menos opressor”.

Em relação às formas pelas quais as alforrias eram concedidas ou adquiridas, havia três tipos: a voluntária, cuja iniciativa partia do senhor, que libertava seu cativo imediatamente, sem que este fosse obrigado a lhe prestar favor; a onerosa, quando o escravo ficava obrigado a prestar favores ao senhor ou a sua família por tempo determinado ou indeterminado; e a autocompra. nesse caso, o escravo ou algum conhecido deveria apresentar

³²⁴ VELHO, op. cit., p. 160.

³²⁵ Ibidem, p. 329.

³²⁶ Ibidem, p. 305.

³²⁷ De acordo com Klein e Luna (op. cit., p. 274), a “predominância das pessoas livres de cor no total da população negra aumentou a cada ano. Na época do censo nacional, em 1872, havia 42 milhões de pessoas livres de cor em comparação com 1,5 milhão de cativos. As pessoas livres de cor eram mais numerosas que os 3,8 milhões de brancos e representavam 42% dos 10 milhões de brasileiros. Tudo isso estava já estava ocorrendo mais de uma década antes da abolição da escravidão e pouco antes das leis de emancipação parcial.”

o preço a ser pago pela liberdade. No geral, os escravos que realizavam a autocompra, denominados coartados, pagavam sua liberdade em prestações, que poderiam durar meses ou anos. Nesse período, eles podiam juntar dinheiro, realizar contratos e não poderiam ser vendidos sem autorização judicial.³²⁸

Manuela Carneiro da Cunha argumenta que, até a lei do Ventre Livre, as alforrias concedidas aos escravos ocorriam majoritariamente à revelia do Estado, já que não havia qualquer lei que obrigasse os senhores a libertarem seus cativos, mesmo quando estes apresentassem um pecúlio referente ao seu preço no mercado. Ainda de acordo com a autora, todas as propostas de leis que garantissem a obrigatoriedade das alforrias com indenização eram boicotadas pelos parlamentares sob o argumento de que se feria o direito natural de propriedade, garantido pela Constituição imperial.³²⁹

As alforrias constituíam-se para a classe senhorial em um importante meio de controle não apenas de escravizados, mas também de libertos, com os quais os antigos senhores criavam laços de gratidão e lealdade. Não foi à toa que houve a possibilidade de revogação da liberdade por ingratidão até a promulgação da lei de 28 de setembro de 1871, cujo § 9º do Art. 4º dizia: “Fica derogada a Ord. liv. 4º, titl 63, na parte que revoga as alforrias por ingratidão”.³³⁰

Assim, para muitos senhores empedernidos, a lei do Ventre Livre foi, de fato, considerada um golpe no direito de propriedade, já que anulou o direito de revogação de alforrias por ingratidão, tornou livre o filho da mulher escrava nascido a partir da data da lei e permitiu aos cativos a possibilidade de juntar pecúlio proveniente de doações e de heranças e, com a licença dos senhores, de trabalhos extas. Ademais a lei garantia o direito à liberdade aos escravos que pudessem indenizar seu valor, e caso não houvesse acordo entre senhores e escravos acerca do valor a ser indenizado o arbitramento seria feito nos tribunais.³³¹

Constata-se a importância da lei do Ventre Livre para a sociedade imperial brasileira na menção que é dela feita em diversas obras literárias do século XIX, entre as quais o conto *A escrava*, de Maria Firmina dos Reis. Nas últimas páginas deste conto, o escravocrata Tavares queixa-se da proteção oferecida por uma senhora abolicionista a seu escravo fugido, afirmando que a “lei retrogradou. Hoje protege-se escandalosamente o escravo, contra seu

³²⁸ Ibidem, p. 280.

³²⁹ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense; Editora da Universidade de São Paulo, 1986, p. 126.

³³⁰ **LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm> Acesso em: 19 mar. 2020.

³³¹ Lei do Ventre Livre. Consultado em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm> Pesquisado em: 14 ago. 2018.

senhor; hoje qualquer indivíduo diz a um juiz de órfãos. Em troca desta quantia exijo a liberdade do fulano – haja ou não aprovação do seu senhor”.³³²

Paula Souza, como o personagem Tavares, também se mostrou descontente com relação ao seu presente da década de 1880. Daí o porquê de escrever um romance ambientado no século XVII, quando, segundo ele, prevalecia o “doce, patriarcal, santo amor da família!”, quando havia “tantos heroísmos” e “o paulista era o tipo de homem de bem”. Ao escrever “sobre o passado” ele almejou encontrar “pelo mundo algumas almas irmãs” da sua, e daria seu trabalho por bem pago “se conseguisse acordar em alguns, sentimentos e ideias que estavam sopitadas”, em uma época – às vésperas da abolição e do fim da monarquia –, em que a opinião pública tornava-se cada vez mais avessa ao regime escravista.³³³

No período colonial, para onde se volta o olhar do romancista, a fuga dos escravos africanos e a formação de quilombos eram duas das situações que mais ameaçavam o poder dos escravocratas e o controle português na América, fazendo, assim, necessária a proibição do cativo indígena, que acabaram sendo incorporados para integrar as tropas militares destinadas a bater os negros e índios bravos no interior.³³⁴ Entre os problemas causados pela proximidade dos quilombolas, havia os constantes assaltos às fazendas vizinhas – onde se roubavam alimento, armas e ferramentas de trabalho –, e a amizade estabelecida entre quilombolas e escravos, as quais resultavam em novas fugas e nas dificuldades de combater os negros fugidos, que eram avisados previamente pelos amigos em cativo das ações organizadas para capturá-los.³³⁵

Com relação a Palmares, que passou a contar com habitantes “desde o tempo [em] que houve negros cativos nestas capitânicas”, Paula Souza chega a citar um documento de época, onde se menciona que o perigo da Coroa com os danos inumeráveis praticados por esses “inimigos de porta adentro” viria do despovoamento dos locais próximos ao quilombo e do despejamento das capitânicas adjacentes; “e deste dano infalível se seguiam outros inevitáveis, como era impossibilitar-se a conservação de todo o Pernambuco”. Abrangendo uma grande extensão territorial, que ia “do Rio S. Francisco até o Cabo de S. Agostinho”, a existência do quilombo era considerada uma ameaça ao abastecimento das freguesias e vilas localizadas no litoral pelas povoações de Pojuca, de Serinhaém, de Alagoas, de Una, de Porto-Calvo e de S. Miguel.

³³² REIS, op. cit. p. 261.

³³³ VELHO, op. cit., p. 14.

³³⁴ ALENCASTRO, op. cit., p. 122.

³³⁵ GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**. São Paulo: Claro Enigma 2015, p. 20.

E sem estes provimentos ficam todas inconversáveis, porque os frutos que dão são os que mais se necessitam, como gados, farinhas, açúcar, tabaco, legumes, madeiras, peixe e azeites. Destroem-se os vassalos, e lhe roubam os escravos. Os caminhos não são livres, as jornadas não são seguras, e só se marcha com tropas, que possam rebater seus encontros.³³⁶

Dessa maneira, era necessário livrar “o Brasil daquele cancro”, visto também como “estado no estado, que tanto mal fazia” e cujo fim traria aos paulistas não somente a honra de ter libertado a “pátria”, mas também muitos escravos para os trabalhos da lavoura, que tanto necessitava de braços.³³⁷

Contudo, as dificuldades de enfrentamento das forças quilombolas, as quais já haviam ocasionado uma primeira derrota a Domingos Jorge Velho, não eram de se desprezar. Somado ao fato de que se deveria lutar com um “inimigo que sempre se esquivava aos combatentes, que se ocultava nos recônditos de um sítio não devassado”,³³⁸ estavam as dificuldades originadas das características geográficas do local em que o quilombo fora edificado, onde “todo o bosque era uma muralha, o rio ou lagoa um fosso, e todo o palmarista um combatente, que ao sinal da buzina e fogueira, reunia-se no lugar determinado”.³³⁹

Os diversos assaltos sofridos pelos habitantes de Palmares fizeram com que eles percebessem a importância da distribuição dos mocambos ao longo do território, em vez de concentrá-los em um único ponto e facilitar sua destruição. “Os nossos assaltos os têm feito prevenidos, e os seus exercícios os têm feito experimentados. Não vivem todos juntos, porque um sucesso não acabe a todos; em palmares distante têm habitação, assim pelo sustento, como pela segurança.”³⁴⁰ Somente após o primeiro combate entre paulistas e palmaristas é que estes decidiram congregar-se “em roda de duas praças fortificadas, e ao sinal de perigo, acolhiam-se dentro das cercas e trincheiras.”³⁴¹

Na “Carta dedicatória”, Paula Souza aponta que seguiu o que Rocha Pita e outros (não mencionados) afirmaram acerca da guerra dos Palmares, exceto no trecho em que defendem estarem os palmaristas desanimados quando chegaram os reforços enviados pelo governador

³³⁶ VELHO, op. cit., p. 176.

³³⁷ Ibidem, p. 143, 265.

³³⁸ Ibidem, p. 194.

³³⁹ Ibidem, p. 176. Segundo Edson Carneiro, os negros defendiam bravamente o quilombo, mas a sua resistência não era prolongada, nem constante. Somente dois dias, em 1684, sustentaram um combate durante dois dias, como antes, em 1674, resistiram sete horas. Em geral, os palmarinos abandonavam o campo logo ao primeiro embate, especialmente porque as forças legais punham fogo às suas paliçadas. Op. cit., p. 38.

³⁴⁰ VELHO, op. cit., p. 175.

³⁴¹ Ibidem, p. 177.

de Pernambuco para auxiliar os paulistas no seu combate. “Gente como aquela, que preferiu a morte ao cativo, não se acobardava, antes se atira aos maiores heroísmos”.³⁴²

Dessa maneira, no romance procura-se mostrar que, diante do ataque liderado por Domingos Jorge Velho, Zumbi não ficou inerte, juntando todas as formas de defesa, encorajando a uns e acalmando a outros. Seguindo o oposto da lógica escravocrata, que, no cativo, procurava separar os escravos da mesma proveniência, Zumbi teria feito pelear “separadas as nações para a emulação incitar, e o afeto ajudar”. Além disso, o rei negro teria colocado “a sua direita os flecheiros índios, à esquerda os soldados negros, no centro os mestiços”, seguindo provavelmente o mesmo julgamento do personagem Domingos Jorge Velho, segundo o qual cada raça possuía qualidades distintas, cabendo aos negros “a fúria de momento” e aos índios e mestiços “a teima e a constância”.³⁴³

Não fazer recuar os palmaristas nos combates, conforme propunham alguns historiadores de épocas posteriores, teve um propósito no romance: engrandecer não os quilombolas, mas sim os paulistas. Qual glória haveria Domingos Jorge Velho e seus homens se estivessem lidando com um inimigo que sempre foge à luta? O mestre de campos paulistas era a “alma que dava vida ao exército, e com seu exemplo aprendiam os soldados” sobre brio, constância, resolução, zelo, e vigilância.

Mostrava ele que era fácil ser um bom general quanto tem-se todos os meios de vitória, quando tudo sai à medida dos nossos desejos. Com grandes meios fazer grandes coisas, é para os comuns; mas onde se revela o general é com pequenos meios conseguir grandes resultados.³⁴⁴

Assim, aponta o narrador que, apesar dos desafios que a geografia de Palmares representava para a vitória das forças coloniais, os paulistas e “seus companheiros índios” não os achariam “tão formidáveis”, visto que estavam habituados a viver no sertão, extraindo seus alimentos da caça e do sal que carregavam consigo, mas também de “palmito e mel de abelha, que foi muitas vezes o único recurso em suas viagens pelo sertão”.³⁴⁵

Por outro lado, mesmo que Zumbi e Domingos Jorge fossem “grandes, distintos, dignos de lutar um com outro”, o mestre de campos ainda era superior, pois iguais em “talento”, “ardor” e “energia”, o paulista era superior em “ilustração”, “firmeza” e

³⁴² Ibidem, p. 13.

³⁴³ Ibidem, p. 265.

³⁴⁴ Ibidem, p. 264.

³⁴⁵ Ibidem, p. 179.

“constância”. De acordo com Paula Souza, teve Domingos Jorge Velho “maiores trabalhos, maiores sucessos, e mais importante papel representou na cena do mundo”.³⁴⁶

Dessa forma, diferente de autores como Apolinário Porto Alegre e Castro Alves que tomaram a história do quilombo dos Palmares para realizar uma criação literária de caráter abolicionista, o romance de Joaquim de Paula Souza objetivou construir uma imagem heroica de Domingos Jorge Velho e dos paulistas em geral, aos quais foi creditada a destruição do quilombo, verdadeiro símbolo de resistência à escravidão brasileira e que colocou em risco o poder dos senhores de escravo e da Coroa portuguesa na América.

Apesar disso, Paula Souza, em uma atitude muito semelhante à de José de Alencar em *Demônio familiar*, mostrou ter noção de que o regime escravista roubava dos negros a liberdade. Além disso, ele não exclui o ponto de vista dos negros sobre o regime escravista, já que em alguns trechos de *Palmares* os palmaristas chegam a ganhar voz no romance, lamentando-se da violência do cativo.

Em Palmares, Manoel e Brasília veem chegar um grupo de negros fugidos do cativo, que se dirigira a Gangazona para solicitar abrigo no quilombo. Na fala de um deles, está justificada a fuga de escravos das fazendas de seus senhores, cansados do sofrimento e de serem maltratados:

– Meu rei, e meu senhor, nós somos os pretinhos de Guiné, que cansados de maus tratos de algozes que nos arrancaram da terra, e nos roubaram a liberdade, viemos procurar o abrigo dos Palmares, cuja fama chega aos mais afastados lugares, cujo valor há de deles fazer uma terra africana.³⁴⁷

Para os palmaristas, a violência da escravidão teria o Deus dos brancos como coniventes. Assim, diferente do dito popular “Deus escreve certo por linhas tortas”, que poderia ser usada pelos escravistas para justificar a escravidão como um mal necessário, um meio de levar a luz do Evangelho aos africanos, um dos palmaristas com quem Manoel de Barros e Brasília dialogam vê Deus como “soberbo e mau”, que não se importa com o sofrimento dos negros, tendo somente amor “aos brancos”.

– O rei de vocês quer-nos tocar daqui? (...) Nem ele, nem toda a geração! Vêm [sic] meus cabelos brancos? Pois nasci aqui nos Palmares, em que se vêm vocês meter. Os brancos são muito intrometidos! Até o Deus de vocês é soberbo e mau. Tem ódio aos negros e só amor aos brancos, que ajuda em toda a parte. Mas nós temos energia que vence a terra em que nos atirou, que vence todos os traços e há de fazer-nos dominar aos inimigos.³⁴⁸

³⁴⁶ Ibidem, p. 265, 266.

³⁴⁷ Ibidem, p. 229.

³⁴⁸ Ibidem, p. 229.

Às palavras do preto, Manoel responde:

– Eu não tenho ódio à vossa raça infeliz. De uma preta bebi o leite, e a afeição que lhe tenho, comunicou-se à raça, que julgo das mais afetuosas da terra. Se branca fosse minha mamã, de certo menor seria o amor, pois se junta a ele o dó, que é mais um élo que prende.³⁴⁹

A ausência de ódio aos negros e o dó que Manuel de Barros tinha para com sua ama de leite não o impediram de ir a Palmares, com o objetivo de destruir o quilombo e reduzir à escravidão pessoas cuja liberdade havia sido roubada.

Posteriormente, diante da vitória iminente dos paulistas na guerra, Zumbi para não ser reduzido à escravidão opta pela única saída a que julgou possível: o suicídio. O mito da morte do rei negro, o qual Paula Souza extraiu de Rocha Pita, é narrado no romance sob o ponto de vista de Manoel de Barros, que assiste à cena.

Velho viu o Zumbi sair correndo da casa, em que um instante entrara. Não trazia armas. Vinha vestido de branco. Atrás dele, armados os seus melhores guerreiros o seguiam, como adivinhando algum sinistro intento. Correndo, galgou uma iminência que havia perto da casa. Em baixo havia profundo abismo. O Zumbi parou na borda do precipício. Levantou seus olhos ao céu, com a mão direita fazendo um gesto de cólera. No seu olhar, e gesto havia reprovação, e desespero.
Queixar-se-ia do Ser tão inclemente contra sua raça? Seria uma censura pela injustiça feita a uma raça infeliz, e escravizada sempre?
Só ele e Deus podem saber o que dizia aquele longo olhar de exprobração.³⁵⁰

Conforme apontado anteriormente, o reconhecimento da injustiça ou da perversidade da escravidão para com os negros não pode ser interpretado como uma crítica ao regime escravista. No conjunto de *Palmares*, esse reconhecimento é sufocado pela visão positiva acerca da destruição do quilombo pelas forças coloniais e pelo retrato negativo dos negros, construído por Paula Souza sob a ótica do racismo científico.

4.3 A imagem dos mestiços, dos negros e dos indígenas em *Palmares*

As diferenças entre os homens sempre suscitaram debates acerca da origem da humanidade, contudo foi somente no século XIX que houve, segundo Lilian Schwarcz, a “naturalização da diferença”, com a formulação de teorias que, embasadas em estudos

³⁴⁹ Ibidem, p. 229.

³⁵⁰ Ibidem, p. 301.

antropológicos, defendiam a existência não de uma espécie humana, mas de diversas espécies humanas, originárias a partir de núcleos distintos. Antes desse período, o que se observou no mundo ocidental, na perspectiva europeia, foram falas isoladas ora defendendo os “selvagens”, isto é, os povos não europeus, como modelos para a civilização, ora enfatizando seu lado “decaído” e “degenerado”; apesar disso, prevalecia a opinião de que todos os homens provinham de uma única origem, conforme pregava a Bíblia Sagrada e podia se depreender da visão humanista da Revolução Francesa.³⁵¹

Utilizadas para explicar o desenvolvimento material da Europa, que vivia a segunda fase da Revolução Industrial, e justificar as políticas imperialistas na África e na Ásia, essas teorias oitocentistas apontavam também as diferenças raciais e geográficas como causa para o progresso e o atraso das sociedades. Assim, basicamente, “os europeus do Norte eram raças ‘superiores’ e gozavam do clima ‘ideal’. O que, por certo, implicava em admitir, implicitamente, que raças mais escuras ou climas tropicais nunca seriam capazes de produzir civilizações comparativamente evoluídas”.³⁵²

Entre os expoentes do determinismo geográfico, está o inglês Henry Thomas Buckle, que, em sua *História da civilização da Inglaterra* (1857-61), idealizou a exuberância da natureza brasileira – descrita como pomposa, luxuriante e fulgurosa, com “florestas emaranhadas” e “aves de esplendorosa plumagem”. Essa riqueza natural, no entanto, longe de se constituir em vantagens, parecia “desregrar-se na ostentação do seu poder”, não deixando nenhum espaço ao homem, que ficava “reduzido à insignificância”.³⁵³

Buckle nunca tinha vindo ao Brasil, assim a análise da geografia física do território brasileiro feita por ele foi baseada nos relatos de viajantes, extensivamente citados em sua obra. De acordo com as considerações desse historiador, em “nenhum outro lugar” houve tão difícil “contraste” entre a grandiosidade do meio ambiente e a insignificância do mundo interno. Nesse sentido, a “mente, acovardada por essa luta desigual”, foi impedida de avançar necessitando do auxílio das nações europeias e de seu desenvolvimento técnico antes para não regredir do que para evoluir, já que nenhum progresso significativo havia sido observado em pleno século XIX.³⁵⁴

Entre os propagadores das ideias de Buckle no Brasil, está o crítico literário Silvio Romero, o qual traduziu as oito páginas de *História da Civilização da Inglaterra* que

³⁵¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. “As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro”, p. 163. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva. **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996.

³⁵² SKIDMORE, op. cit., p. 44.

³⁵³ BUCKLE, 1872, p. 104-106 apud SKIDMORE, op. cit. p. 44-45.

³⁵⁴ BUCKLE, 1872, p. 104-106 apud SKIDMORE, op. cit. p. 45.

abordavam o clima e a vegetação brasileiros e as publicou em diversos artigos lançados na *Revista Brasileira*, entre 1879 e 1880; e em sua obra *História da Literatura Brasileira*, de 1888. Segundo Romero, “raça e meio” eram fundamentais para refletir sobre a criação artística. Dessa forma, embora não concordasse com o argumento de Buckle, que via nas chuvas copiosas e nas florestas impenetráveis o problema do Brasil, quando, na verdade, o principal desafio seria a seca e o solo árido, os intelectuais que se dispusessem a pensar o destino da sociedade brasileira deveriam conhecer as ideias do historiador inglês.³⁵⁵

Além do estudo de Buckle, outra obra amplamente consumida no Brasil foi *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin, cujo sucesso alcançado pode ser explicado, entre outras razões, devido à linguagem acessível, permitindo sua leitura por um público amplo.³⁵⁶ Com base nesse trabalho, monogenistas e poligenistas defenderam seu ponto de vista acerca da origem una ou múltipla dos seres humanos, e conceitos como “evolução” e “seleção natural” acabaram sendo extraídos do campo das ciências naturais e introduzidos nos estudos sobre as sociedades.

Por um lado, surgiram os evolucionistas sociais, os quais estudavam comparativamente os aspectos culturais humanos e, a partir de suas análises, classificavam os povos entre os mais e menos desenvolvidos. Apesar dessa hierarquização, segundo esses teóricos, ainda que nem todas as nações tivessem atingido o estágio mais avançado do desenvolvimento social – como os países europeus –, nenhuma sociedade estava impedida de alcançar o progresso, pois, em sua visão monogenista, toda a humanidade surgiu de uma única origem e caminhava para uma única direção.³⁵⁷

Por outro lado, os teóricos das raças, também chamados de darwinistas sociais, viam as raças humanas como espécies distintas, ou seja, “fenômenos finais”, “imutáveis”, cujas distâncias entre umas e outras equivaleriam à mesma entre o cavalo e o asno. Nesse sentido, a miscigenação era vista como um “erro”; e os mestiços, comparados a mulas, eram seres inférteis ou que perderiam sua capacidade reprodutiva em algumas gerações futuras. Acreditava-se que os tipos humanos ideais eram aqueles considerados racialmente “puros” e que o comportamento das pessoas estava condicionado ao grupo racial a que pertenceriam, excluindo, dessa maneira, a possibilidade de livre arbítrio.³⁵⁸

³⁵⁵ SKIDMORE, op. cit., p. 49. SALIBA, Elias. “Silvio Romero - certo ou errado, sempre polêmico”. **O Estado de São Paulo**, 10 mar. 2002, Cultura-Caderno 2.

³⁵⁶ SCHWARCZ, *O espetáculo das raças...* op. cit., p. 54-55.

³⁵⁷ Ibidem, p. 57.

³⁵⁸ Ibidem, p. 58.

No darwinismo social, a noção de perfectibilidade – inicialmente idealizada por Rousseau, que defendia a capacidade humana de se sobrepor à natureza, podendo seguir seja em direção às virtudes, seja em direção aos vícios –, perde o sentido negativo e passa a ser vista como um atributo somente das “raças civilizadas”, que caminharia sempre para o progresso. O oposto da perfectibilidade seria a degeneração, para a qual estariam direcionadas as raças “não perfectíveis”, como os negros e os amarelos.³⁵⁹

Um dos mais conhecidos teóricos do darwinismo social no Brasil foi o já citado conde francês Arthur de Gobineau, que defendia a incapacidade de desenvolvimento de países nos quais a miscigenação foi intensa, abrangendo todas as camadas da sociedade. Dessa forma, de acordo com sua visão, a sociedade brasileira estava condenada ao desaparecimento, já que era composta por uma população degenerada (essencialmente mestiça), incrivelmente feia, semelhante a macacos. A possibilidade de regeneração e do progresso do país estava unicamente condicionada à introdução de elementos racialmente superiores, que na sua interpretação eram nada menos do que imigrantes provenientes da Europa:³⁶⁰ novamente um estudioso europeu apresentava seu prognóstico negativo sobre o Brasil. Dessa vez, porém, em vez da natureza tropical – que para Gobineau era um aspecto favorável –, o elemento negativo era a constituição genética do povo.

Para Skidmore, o determinismo racial foi mais bem aceito nos Estados Unidos, “onde a separação das raças ‘superior’ e ‘inferior’ era um sistema muito bem institucionalizado”.³⁶¹ No entanto, as teorias raciais, assim como o evolucionismo social e o determinismo geográfico, penetraram a sociedade brasileira a partir da década de 1870, recebendo calorosa acolhida dos intelectuais, que fizeram um “uso inusitado” delas, combinando-as e procurando disseminá-las não somente em artigos e revistas científicos, mas também em obras literárias.³⁶²

Entre os literatos, além dos nomes já conhecidos do Naturalismo – a exemplo de Aluísio Azevedo e Júlio Ribeiro –, encontra-se Joaquim de Paula Souza, que mostra estar a par das teorias oitocentistas quando se analisa o retrato da natureza brasileira, bem como dos brancos, negros, indígenas e mestiços em *Palmares*.

No entanto, essa influência não deve ser compreendida como uma mera reprodução de ideias estrangeiras por parte do autor, que, em momento algum no romance, chega a citar qualquer um dos teóricos do evolucionismo ou do darwinismo social. Dessa maneira, seria

³⁵⁹ Ibidem, p. 61-62.

³⁶⁰ SKIDMORE, op. cit., p. 47.

³⁶¹ Ibidem, p. 45.

³⁶² SCHWARCZ, *O espetáculo das raças...* op. cit., p. 32; 65.

impossível classificar o romancista dentro de uma ou outra corrente teórica de pensamento; ainda que na ficção prevaleça a ideia de mestiçagem como fator desfavorável, pois o indivíduo resultante do cruzamento entre duas raças tenderiam a receber as características negativas de seus pais, tal como pensavam os poligenistas.

Firmo e Gangazona, por exemplo, são os dois mestiços de *Palmares* que teriam herdado o “pior das duas raças” das quais descendiam, isto é, a branca e a negra. No caso de Firmo, ainda seria possível considerar uma herança indígena, pois ele não só pertencia à famosa aldeia dos Pinheiros, em São Paulo, de onde havia partido para guerrear contra os palmaristas, mas também foi descrito como “tendo mais de mulato que de caboclo”,³⁶³ o que sugere uma ascendência também indígena. Nesse personagem, “baixo e grosso e de nariz chato”, está representado o vil vingativo e traidor, que abandona o terço dos paulistas para se juntar aos quilombolas e que revela o segredo de Brasília a Gangazona por não se ver correspondido pela jovem.

Já Gangazona, visto como imponente, incorpora a figura do anti-herói, sendo assim o contraposto de Manoel de Barros. Irmão de Zumbi por parte de pai e chefe das armas em *Palmares*, Gangazona era um “colosso” que revelava ser “um produto africano, ainda aumentado no país, tão notável pela imensa fertilidade e selvageria”.³⁶⁴ Na representação do palmarista, Paula Souza parece aproximá-lo de um primata:

O Gangazona era um preto alto e robustíssimo. Seu corpo enorme, os membros compridos e grossos, a cara grande, os traços grosseiros, pareciam talhados a machado. Juntava à grandeza uns modos e ar tão asselvajados, que de primeiro golpe infundiam espanto e medo.

A cabeça era pequena, mas a carapinha era tão alta que parecia ela grande; a testa era curta, e fugia para trás, os olhos pequenos, as maçãs do rosto salientes, nariz chato, os lábios grossos, boca grande, com dentes alvos. O que sobretudo dava uma expressão singular ao rosto eram os olhos. Eram estes tão pequenos e cobertos pelas pálpebras caídas e empapuçadas, que quase de todo os vendavam, que fazia-se preciso levantar ele o rosto, para ver bem o que lhe ficava na sua altura; entretanto nada lhe escapava.³⁶⁵

De acordo com a craniometria do século XIX – ciência que se dedicava ao estudo das proporções do cérebro humano, a fim de determinar a capacidade intelectual dos indivíduos –,³⁶⁶ a “cabeça pequena” de Gangazona, desproporcional ao restante do corpo, juntamente com a “testa curta”, que “fugia para trás”, seria indicativo de baixo nível de moralidade e de qualidades intelectuais. Não foi à toa, portanto, que a aparência física do “rei

³⁶³ VELHO, op. cit., p. 167.

³⁶⁴ Ibidem, p. 201.

³⁶⁵ Ibidem, p. 200.

³⁶⁶ SCHWARCZ, *O espetáculo das raças...* op. cit., p. 48.

negro” refletia seu comportamento soberbo, que levava tudo a “brutamontes”, não compreendendo nada de estratégias militares e, por isso, colocando em risco o quilombo dos Palmares.

A mestiçagem seria indesejada até mesmo entre os cães criados pelos paulistas para acompanhá-los no exercício da caça. Segundo Paula Souza, eram os cães de raça pura muito superiores a todos os demais que possuíam mistura de raças. Por isso, aqueles que apresentavam “mancha de bastardia, que não eram de raça inteira, e os que tinham defeitos que os tornassem impróprios à caça, iam à água com uma pedra ao pescoço”.³⁶⁷

Os paulistas orgulhavam-se de conhecer a linhagem de seus cachorros, “de certo mais antiga do que a dos cavalos ingleses, pois data de pouco depois de povoada a capitania de S. Vicente”, e, assim, utilizavam-se de muito critério para estimular o cruzamento entre eles. Como resultado, os cães adquiriam “boas qualidades físicas e morais”, evitando-se a reprodução de “defeitos e más partes”.³⁶⁸

Entretanto, era possível encontrar mestiços que, fugindo à regra, possuísem grandes qualidades, confundindo-se com os elementos de raça branca ou de raça pura (no caso dos animais), tanto entre os humanos quanto entre os cães. Com relação aos cães, o exemplo é a Pinduca, a cadelinha resgatada da morte por Manoel de Barros. Durante as caçadas, ao contrário do que previa Pedro Vaz, ela se mostrou bastante inteligente e ativa, sem que “levantasse imundícia” – caça que não era veado ou anta.³⁶⁹ Entre os seres humanos, está Brasília – embora fosse mais branca do que indígena –, dotada não apenas nobres qualidades morais como também de grande beleza física.

Quando se compara os exemplos de Brasília, de Gangazona e de Firmo, pode-se verificar que a visão negativa a respeito da mestiçagem prevalece quando se trata da mistura de negros e de brancos, e não de brancos e de indígenas. Apesar disso, conforme visto, Paula Souza preferiu a morte da “caboclinha” no final da trama ao seu casamento com o herói Manoel de Barros, mantendo, assim, uma suposta pureza racial que teria sido cultivada pelos antigos habitantes de São Vicente, com exceção de João Ramalho e de alguns outros primeiros colonos portugueses no início da fundação da capitania.³⁷⁰

Na Carta Dedicatória, o autor chega a fazer um elogio aos mestiços – representados, segundo ele, por Gonçalves Dias, Pombal e o duque de Saldanha –, distanciando-se, nesse momento, da visão prevalente no romance e do pensamento de teóricos poligenistas.

³⁶⁷ VELHO, op. cit., p. 53.

³⁶⁸ Ibidem, p. 53.

³⁶⁹ Ibidem, p. 52.

³⁷⁰ Ibidem, p. 155.

Se é simpática a caboclinha Brasília, que simboliza essa raça mestiça, é que quanto mais conhecida, mais estimada há de ser. Esse sangue que deu à língua portuguesa o escritor de mais coração, como foi Gonçalves Dias, e a Portugal o maior político e o maior guerreiro dos tempos modernos, como foram Pombal e o duque de Saldanha, merece mais atenção. Se me fosse a alongar neste sentido, muito podia apresentar, que faria apreciada a raça mestiça, que forma a maior parte da classe inferior de S. Paulo.

Amigos do seu amigo, bondosos e dedicados em excesso, no caboclo, e no descendente do português que mora na roça, é que está a poesia que Alencar, apesar do grande talento, não pode encontrar nos homens e mulheres da corte.³⁷¹

Em outros momentos da Carta, porém, Paula Souza nega ter havido “sangue branco pelos matos” e que os mestiços existentes fossem o Brasil, que seria “filho de Portugal”.³⁷²

Se os mestiços eram vistos de forma ambígua pelo autor, o mesmo se pode dizer dos negros e dos indígenas. Zumbi foi descrito como um belo homem entre seus 36 e 38 anos, de “agradáveis feições”, “de boa estatura” e “bem proporcionado”, apesar da cor preta retinta, dos lábios muito rubros, dos dentes e do branco dos olhos serem excessivamente alvos. De acordo com o narrador, era “crioulo”, o que, no dicionário do século XIX, significa “negro nascido no Brasil”.³⁷³

Nascera nos Palmares.

Filho do Gangassuma e neto do Zumbi, general negro que fora ferido em uma perna nos combates de 1678, herdara ele as qualidades guerreiras do avô, do qual tomara o nome, e o valor.

Desde pequeno, o chamavam Zumbi, porque Zumbi, ou general de guerra, era seu avô; e mais que tudo porque suas inclinações, coragem e mais partes guerreiras, fizeram com que lhe pegasse o nome, e fosse por ele conhecido, mesmo depois de rei dos Palmares.

Nenhum outro se lhe avantajava nos exercícios ginásticos, e além da força, possuía tal inteligência, que reconheciam-o todos como o mais hábil general de guerra. [sic]³⁷⁴

Na criação de sua personagem, Paula Souza nega que o Zumbi com quem Domingos Jorge Velho lutou era o mesmo que, em 1675, na Campanha de Manuel Lopes, conforme afirma Edson Carneiro – em vez de 1678, como aponta o romancista –, havia sido baleado e ficado “aleijado em consequências de ferimentos na perna”.³⁷⁵

³⁷¹ Ibidem, p. 11.

³⁷² Ibidem, p. 10.

³⁷³ Ibidem, p. 224. BEAUREPAIRE-ROHAN, Tenente general Visconde de. **Diccionario de Vocabulos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 52.

³⁷⁴ VELHO, op. cit., p. 224.

³⁷⁵ CARNEIRO, op. cit., p. 40.

De acordo com a historiografia, Zumbi era sobrinho, e não filho do rei Ganga-Zumba, o qual, após os ataques de Fernão Carrilho em 1678, buscou promover a paz com a Coroa portuguesa, acabando, por isso, envenenado pelos apoiadores de Zumbi, desfavorável à paz. Este, por sua vez, então “general das armas do quilombo”, passou a governar Palmares até o fim da guerra com a tropa liderada por Jorge Velho. Após esse acontecimento, Zumbi refugiou-se em um esconderijo – com quatorze homens em “postos de emboscada” e seis homens, além de ele próprio, em um sumidouro –, mas em 20 de novembro de 1695 acabou descoberto e morto por alguns homens do terço paulista.³⁷⁶

Não é possível afirmar se Paula Souza desconhecia todos esses detalhes sobre a história dos Palmares ou se intencionalmente os modificou, a fim de idealizar Zumbi, aproximando o perfil do chefe negro com o de um verdadeiro herói romântico e, com isso, assemelhando-o, em certa medida, a seu adversário paulista. Essa idealização, no entanto, teria o principal efeito de exaltar Domingos Jorge Velho, o qual teria derrotado tão ilustre adversário.

A justificativa para esse raciocínio está no fato de que, apesar da imagem positiva de Zumbi, para Paula Souza a “raça preta” nada havia feito até então e, sendo “tão inferior”, seria impossível desejar que os palmaristas tivessem levado a melhor na guerra dos Palmares, como ele sugere que teriam pensado alguns de seus contemporâneos. Assim, não seria de “admirar” que tivessem sido apresentados no romance “brancos tipos distintos como a família de Pedro Vaz de Barros, o padre Belchior de Pontes e Brasília [aqui vista como branca, e não como mestiça]”; e, entre os negros, “tão cheio de defeitos como o Zumbi e Gangazona”. Zumbi, no entanto, teria como único defeito apreciar em demasia o “belo sexo”, comportamento que Paula Souza acaba relevando.³⁷⁷

Denominado “filho de Cam”, o negro seria “petulante, cheio de si” e “sempre disposto a elevar-se por ignorância”. Isso porque seguiam “a paixão do momento, obedecendo a fetiches”, sem saber o que fazia. “Preguiçoso, amigo de gulodice” teria “noção obscura do meu e do teu” e, como criança grande, sem senso de responsabilidade, gastaria “tudo para trazer brincos à mulher”, contudo sofreria de “falta de alimento por descuido”. Preferia os feiticeiros, que tudo lhe prometiam de pronto, à religião, da qual não via benefício imediato. O negro não teria a “inteligência lógica da raça branca”, e sim grande imaginação, que lhe

³⁷⁶ Ibidem, p. 69; 165.

³⁷⁷ Ibidem, p. 9.

fazia exaltar-se e acreditar nas qualidades que imaginava nele próprio. “Os pretos e mestiços, em toda a parte inferiores aos outros homens, sempre se supõem superiores.”³⁷⁸

Em relação às manifestações culturais de origem africana, as críticas não seriam menores. Segundo o narrador de *Palmares*, “a música e o canto dos negros” apenas poderiam “dar prazer às raças atrasadas”, já que se compraziam com “instrumentos grosseiros e primitivos”, como o tambor e tambaque, e possuíam um canto repetitivo, de “monótona toada que para os outros seriam um martírio”. Na mímica, porém, os negros revelavam-se como os mais hábeis, graças a um corpo “flexível e destro”, que “a custo” poderiam os “melhores brancos” rivalizar.³⁷⁹

Até aqui, pode-se verificar que, como muitos teóricos dos Oitocentos, Paula Souza considera que brancos, negros, indígenas e mestiços possuem habilidades e defeitos específicos, ou seja, de acordo com cada raça – sendo os brancos aqueles de menores defeitos e maiores qualidades. Os adjetivos depreciativos utilizados para se referir aos negros não refletem, portanto, um pensamento exclusivo de Paula Souza, e sim de boa parte dos intelectuais do século XIX, incluindo literatos e políticos que se posicionavam abertamente contra a escravidão, a exemplo do escritor Júlio Ribeiro e do abolicionista Joaquim Nabuco, imbuídos da leitura de teóricos do evolucionismo e do darwinismo social,

No capítulo X de *A Carne*, é descrita uma festa de escravos, ocorrida após uma carpa; e os qualificativos dos quais o narrador se utiliza para retratar a cena não foram mais simpáticos do que aqueles observados em *Palmares*. Tanto Paula Souza quanto Júlio Ribeiro usaram o termo “grosseiro” para se referir aos instrumentos musicais usados nas festas dos negros. Além disso, ambos os autores chamaram a atenção para a flexibilidade do corpo dos escravos e dos palmaristas, com seus excessos de movimentos, que seriam supostamente impossíveis de serem reproduzidos por indivíduos da raça branca.

Ao som de instrumentos grosseiros dançavam: eram esses instrumentos dois atabaques e vários adufes.

Acorados, segurando os atabaques entre as pernas, encarapitados, debruçados neles, dois africanos velhos, mas ainda robustos, faziam-nos ressoar, batendo-lhes nos couros, retesados, às mãos ambas, com um ritmo, sacudido, nervoso, feroz, infrene.

Negros e negras formados em vasto círculo agitavam-se, palmeavam, compassadamente, rufavam adufes aqui e ali. Um figurante, no meio, salteava, baixava-se, erguia-se, retorcia os braços, contorcia o pescoço, reboia os quadris, sapateava em um frenesi indescritível, com tal prodigalidade de movimentos, com tal desperdício de ação nervosa e

³⁷⁸ Ibidem, p. 231.

³⁷⁹ Ibidem, p. 231.

muscular, que teria estafado um homem branco em menos de cinco minutos.³⁸⁰

Nesse trecho da obra, o narrador admira-se com o fato de que um “preto, sujo, desconforme, hediondo, repugnante”, possuísse uma voz “fresca, modulada, de um timbre sombrio” e de uma “doçura infinita”. Em seguida, ao apresentar Joaquim Cabinda, um velho feiticeiro octogenário, “inútil para o trabalho” e que vivia em um paiol abandonado sob licença de seu antigo senhor, o narrador compara-o a uma “hiena fusca, vagarosa, covarde, feroz e repelente”.³⁸¹

Joaquim Nabuco, por sua vez, atribui à escravidão o “desenvolvimento mental atrasado”, os “instintos bárbaros” e as “superstições grosseiras” da raça negra. De acordo com ele, a introdução de africanos no Brasil, ao longo do período colonial, por homens que “não tinha o patriotismo brasileiro”, fez com que o país se africanizasse e se saturasse “de sangue preto”. “Cada ventre escravo dava ao senhor três ou quatro *crias* que ele reduzia a dinheiro; essas por sua vez multiplicavam-se, e assim os vícios do sangue africano acabavam por entrar na circulação geral do país”.³⁸²

Além disso, a presença de escravos domésticos teria permitido, mesmo entre a classe dos notáveis, a “corrupção da língua, das maneiras sociais, da educação e de outros tantos efeitos resultantes do cruzamento com uma raça num período mais atrasado de desenvolvimento”.³⁸³

Sob outra perspectiva, era senso comum da época a bondade características dos negros, que teria impedido o azedamento, coletivamente falando, da “alma do escravo contra o senhor”,³⁸⁴ Para Paula Souza, a raça negra é bastante afetuosa. “Em afetuosidade e bondade estão acima dos brancos. O natural negro é humano em extremo. É uma exceção o assassinato e ferimento feito por um negro”. Entretanto, quando “excitados, quando fora de si, pela exaltação do fanatismo ou ira, então são feras, capazes dos maiores excessos, bem como as naturezas impressionáveis”.³⁸⁵

A humanidade e, ao mesmo tempo, a ferocidade dos negros quando exaltados são os traços que os aproximam dos indígenas, sobre os quais Paula Souza também cria uma imagem estereotipada, ora ressaltando sua cultura guerreira, ora enfatizando seus costumes nômades, ora sua bondade e dedicação aos brancos, ora seu lado selvagem. A guerra seria o estado

³⁸⁰ RIBEIRO, Júlio. **A carne**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015, p. 149-150-

³⁸¹ Ibidem, p. 150-152.

³⁸² NABUCO, op. cit., p. 98-99.

³⁸³ Ibidem, p. 101-102.

³⁸⁴ Ibidem, p. 16.

³⁸⁵ VELHO, op. cit., p. 231-232.

natural dos nativos, capazes de sofrer “incômodos, fomes, frios, como nenhum outro povo”. Diferente dos negros, os nativos nunca se revoltariam:

Dotados de imensa bondade, de qualidades femininas, são eles de uma incúria, que faz nulificar as boas qualidades. Têm a existência trabalhosa e fragueira [sic]. Seu corpo, acostumado ao clima e bruteza, se desenvolve no meio das intempéries e obstáculos. Rudes como as selvas, em que vivem, suas paixões são a montaria, a pesca e a guerra. Tendo de viver em luta diária, para alcançar uma presa difícil, não tendo recursos se não na própria atividade, não podem ter doçura de costumes, não têm tempo para despender em ternuras. Mas a que lhes falta em palavras, sobra em atos de dedicação e bondade para os que ama.
São rústicos, vingativos, ferozes, não se os pode entretanto dizer maus.³⁸⁶

A contradição no retrato traçado por Paula Souza está em apontar a “incúria” e a vida fagueira dos indígenas e, ao mesmo tempo, sua “existência trabalhosa” e “luta diária, para alcançar uma presa difícil”. No capítulo “Uma casa do tempo antigo”, os “bugres” são denominados “preguiçosos e nômades”, que viviam “vadiando e fazendo o que a eles lhe apetecia”; trabalhando, assim, o mínimo para sua sobrevivência.³⁸⁷ A preguiça e a falta de cuidado dos nativos para com eles próprios, bem como a imprudência dos negros – que levavam brincos às mulheres, mas sofriam por falta de alimento –, pareciam, assim, justificar o papel tutelar dos brancos para com negros e indígenas.

Nesse sentido, Paula Souza está em concordância com Francisco Adolfo de Varnhagen, um dos autores mencionados pelo romancista em *Palmares* que, em 1852, apresentou o texto “Como se deve entender a nacionalidade na história do Brasil?” à Academia de História de Madri – posteriormente reeditado e inserido na primeira edição de sua obra *História Geral do Brasil*, com o título “Discurso preliminar – Os índios perante a nacionalidade brasileira”.³⁸⁸

Segundo Moreira, nesse texto o historiador do século XIX defende que as terras do Brasil nunca pertenceram aos indígenas, os quais, além de serem poucos, restringiram-se a percorrê-las como nômades, sem cultivá-las. Em sua opinião, os nativos não mereceriam nem mesmo a designação de “bárbaros”, e sim de “selvagens”, vivendo na lei natural da família ou da tribo, escravos de sua própria liberdade. Apesar de considerá-los perfectíveis, para

³⁸⁶ Ibidem, p. 156-157.

³⁸⁷ Ibidem, p. 25.

³⁸⁸ MOREIRA, Vânia. “O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no império”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 53-77, 2010, p. 60.

Varnhagen os indígenas não eram capazes de se desenvolver por estímulos endógenos, necessitando, portanto, da “ação externa e coativa dos povos civilizados”.³⁸⁹

Mesmo estando em concordância com certas ideias de Varnhagen, no que se refere aos aspectos preguiçoso, desprezioso, irresponsável e nômade atribuídos aos indígenas, o romancista, diferente do historiador, não considerava os nativos um entrave para o progresso do Brasil, visto que a “amizade” entre paulistas e indígenas teria garantido as conquistas territoriais aos habitantes de São Vicente e os tornado tão afamados durante e após o período colonial. Ademais, tal como Rousseau e Gonçalves de Magalhães no Brasil, que seria um exemplo de “intelectual ‘romântico’” segundo Varnhagen,³⁹⁰ Paula Souza também enxerga os indígenas como o *bom selvagem*, conforme se verifica nos exemplos de alguns personagens de seu romance, entre os quais Coração de Ouro, chefe indígena que habitava os Palmares e era o braço direito de Zumbi.

Além de Brasília, a amizade entre paulistas e os indígenas na ficção foi também observada na figura de um “índio velho, mas ainda robusto”, que habitava a residência da família Pedroso de Barros. Durante os preparativos para a partida dos paulistas recrutados por Jorge Velho, esse indígena surgiu e desapareceu em um instante, somente para depositar na arca em que Pedro Vaz guardava suas joias um rolo de ouro. Essa prática se repetiu outras duas ou três vezes, sempre que o índio velho julgava necessitar de recursos o “Pai Guassu”.³⁹¹

Durante a guerra dos Palmares, a bondade dos indígenas para com os paulistas revela-se mesmo quando estes lutaram em lados distintos – ainda que isso signifique uma quebra de verossimilhança na ficção. Enquanto saíam do quilombo dos Palmares, no qual haviam entrado antes do embate final das forças coloniais e palmaristas, Manuel de Barros e Brasília deparam-se com Coração de Ouro, que, ao invés de os aprisionarem ou matarem – uma vez que eram inimigos – deixa-os livres, advertindo-os de não retornarem mais ao quilombo, pois o perdão de Zumbi seria dado somente da primeira vez. Velho, como se conhecesse o guerreiro indígena, ao reconhecer-lhe a voz responde: “– Obrigado, Coração de Ouro (...). Bem mereces o nome; tens um coração de ouro”.³⁹²

Em outra cena, Coração de Ouro é alvejado no peito por Manuel Penteadado e, como punição, atira uma flecha no adversário, no mesmo local em que havia sofrido a ferida. Entretanto, a flechada pouco dano causa a Manuel Penteadado. Segundo o narrador, Coração de

³⁸⁹ Ibidem, p. 61.

³⁹⁰ Ibidem, p. 62.

³⁹¹ VELHO, op. cit., p. 166.

³⁹² Ibidem, p. 260.

Ouro, quando sofreu o ataque, passava “ligeiro como um cervo, por diante da companhia do capitão Penteado”. O tiro fez o guerreiro palmarista parar por um instante, “e viu-se então em toda a perfeição da selvática beleza. Era grande e belo. Vestido com traje de guerra, tendo um grande coração pintado sobre o peito, o índio com a mão marcou que lhe atirara e sumiu-se”.³⁹³

Assim, naturalmente bons, os indígenas possuíam alguns defeitos – que “fazia nulificar as boas qualidades” –, decorrentes, talvez, do meio em que viviam: as exuberantes florestas brasileiras, as quais, como se verificou na opinião de Buckle, causavam um entorpecimento nos homens, diminuindo sua capacidade de ação. Uma das cenas em que, indiretamente, o romancista ratifica a ideia do historiador inglês ocorre depois de Manuel de Barros descobrir não ser correspondido pela filha do Capitão Cerveja, pela qual havia se apaixonado perdidamente. Para curar as dores do amor não correspondido, o jovem se refugia na floresta, onde encontra a calma para seu sofrimento. Na tese de Paula Souza:

O primeiro movimento do homem que sofreu uma grande dor, diante da natureza sempre nova e sempre bela, é o do desespero. O homem irrita-se, ao vê-la indiferente e insensível aos sofrimentos humanos. Aumentam-se os sofrimentos ao ver que não são partilhados.

Depois, aquela calma augusta se infiltra no homem, e ele ganha alguma coisa da sua grandeza, paz e serenidade.

Faz ela elevar-se, olhar de ponto mais alto, superior às misérias e pequenhezias [sic] passageiras.

Tudo passa; os homens morrem. A natureza é sempre a mesma e bela sempre.

Perto daquela mãe fecunda, nossas inquietações se acalmam, nossas fraquezas desaparecem, nossas forças voltam. Em seu seio recobramos forças; todos somos Anteos.

Velho sentia grande alívio perto dela; escondia-se com sua tristeza, só no meio da floresta.

Apodera-se de todo aquele que por demais vive no seio da floresta, um grande entorpecimento físico e moral.

Este torpor, se é um alívio, também faz cair em um quase sono. Quando nos absorvemos por demais em sua contemplação, nosso corpo se liga à terra, donde veio, e nossa alma ala-se aos céus, donde descende. O corpo, queda extático, absorto; a alma tendo-o quase de todo abandonado, o deixa no estado dessas criaturas animadas que têm um espírito inferior. Vê-se, então, tudo como em sonho.³⁹⁴

Na crítica acerca do romance publicada em *A Província do Espírito Santo: Diário Consagrado aos Interesses Provinciais*, em 26 de abril de 1885, o redator aponta que a única “pintura” que lhe pareceu “mais exata” realizada por Paula Souza, sob o pseudônimo de Jorge

³⁹³ Ibidem, p. 178.

³⁹⁴ Ibidem, p. 110-111.

Velho, foi o trecho acima, em que se observa “a passagem de Barros (o velho) da vida cheia de enlevos pela filha do capitão Cerveja, para a solidão da mata, onde buscou esquecer o malogro do seu amor”.

Provavelmente, adepto as ideias de Buckle, o redator também acredita na inegável ação “entorpecente da floresta”, cujo “efeito na Índia, em que tem algum viço, e no Brasil, em que é este maior”, é evidente:

Essa adoração instintiva pela natureza vem em todos os lugares em que a natureza é pujante, e o homem fraco.

A calma da natureza dá grande alívio. Embebe-nos em vago devaneio, identifica-nos com a natureza que nos cerca. Anula as sensações. Faz ver tudo bem; mas em proporções maiores, mais belas, fantásticas. Impossibilita a ação. Desaparece o homem diante da criação, para não ser mais que pequena parte dela.³⁹⁵

Diante disso, Manuel de Barros, que se interna na natureza, torna-se “inativo, absorto, embebido em excesso na contemplação da natureza”. Sem realizar qualquer movimento, conservando-se “horas admirando-a extático”, o personagem ainda pertencia “ao mundo animado”, somente “pela sensação”; já que quase se confundia com a “natureza inanimada que o cercava e subjugava”:

A ação da natureza torna contemplativo os brahmanes e os nossos índios, dominados de todos pela bruteza da terra. Adora-a o escravo cegamente; tudo vê então vagamente através de uma névoa.

Fica o homem nesse estado intermediário entre o racional e o irracional, entre o homem e o pássaro.

O pensamento ainda vive. Elabora a custo um hino de amor à natureza em que se quisera fundir enquanto o corpo fica inerte, como morto.³⁹⁶

Paula Souza deixa claro não ser contra a “contemplação da natureza”, por meio da qual os homens alargariam seus horizontes, fazendo-os entender o mundo. Contudo, a “contemplação solitária em excesso” levaria “ao estado dos povos estúpidos da Índia”.³⁹⁷

O estado de inatividade que sofre Manuel de Barros permanece por, praticamente, todo o capítulo quarto da primeira parte da obra – denominado “Contemplação e ação”. A recuperação do paulista apenas ocorre com a entrada em cena de Brasília, com a vingança promovida contra o Capitão Cerveja e com sua partida para Palmares.

³⁹⁵ Ibidem, p. 111.

³⁹⁶ Ibidem, p. 112.

³⁹⁷ Ibidem, p. 112.

Portanto, brancos, negros, indígenas e mestiços estavam, na visão de Paula Souza, sujeitos à ação entorpecedora da natureza, ficando reduzida a “potência concentrada do espírito humano” e ativando “o instinto dos animais, o rastejar do inseto e o torpor da árvore.”³⁹⁸ A diferença, porém, é que os brancos pareciam sofrer essa ação narcótica de forma voluntária, quando buscavam a solidão no seio da floresta para a cura de algum sofrimento.

³⁹⁸ Ibidem, p. 112.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na carta endereçada a Benedito Calixto, publicada posteriormente na edição de 28 de fevereiro de 1903 do *Correio Paulistano*, Teodoro Sampaio defendeu que, em um “quadro histórico”, não se devia considerar somente os fatos, “há também a parte propriamente artística ou do efeito estético, há a lição de cousas”. Dessa maneira, segundo o historiador, em vez de se ater ao que poderia ser considerado o mais plausível em relação à vestimenta com a qual Domingos Jorge Velho teria se dirigido a Palmares, no retrato do mestre de campos paulista, que integraria o museu do Ipiranga, Calixto deveria considerar a recepção da obra pelo público, isto é, “a demonstração ou a ideia que se tem em vista alcançar” – nem que isso significasse trajar Jorge Velho com a mesma roupa oficial usada pelos antigos chefes das milícias portuguesas, sacrificando “um tanto a realidade à ficção no intuito de conseguir maior força de expressão”.

Ao analisar *Palmares*, verifica-se que a ideia presente nesse trecho da carta de Sampaio também permeou a obra de Joaquim de Paula Souza. Assim, embora o romancista tivesse declarado a pretensão de escrever um romance histórico acerca dos paulistas e de seu estilo de vida no século XVII – baseado em documentos do período colonial, nos escritos de outros historiadores e na tradição oral –, essa pretensão não o impediu de recriar a imagem dos habitantes de São Vicente e alguns fatos a respeito da história do fim do quilombo dos Palmares em concordância com seu objetivo de homenagear, na literatura, seus compatriotas passados e contemporâneos de uma época na qual a província de São Paulo se fortalecia cada vez mais economicamente, mas sem a hegemonia política e cultural – ainda, naquele momento, pertencente ao Rio de Janeiro – sobre as demais províncias brasileiras.

Como resultado, houve certa divergência entre a descrição geral do bandeirante feita com base nos textos históricos – que os viam como audazes sertanistas, mas de “juízos grosseiros e mal limados” –, e os personagens Manuel de Barros, Pedro Vaz, Manuel Penteado e Domingos Jorge, entre outros paulistas da obra, que reproduzem o ideal de herói romântico e, dessa maneira, são desprovidos de atitudes injustas. A única exceção para essa pintura idealizada estaria na figura de Dona Maria de Mesquita, a qual, apesar de mãe extremosa, cometia diversas ações impensadas, sobretudo em relação a seus escravos. Isso, no entanto, seria justificado pela natureza da mulher, diferente da dos homens, pelos costumes da época e pela educação formal insuficiente.

Por outro lado, também se observa na ficção analisada um retrato ambíguo e contraditório dos indígenas, dos negros e dos mestiços em *Palmares*. Com relação aos primeiros, pode-se dizer que a simpatia que Paula Souza lhes devotava – semelhante àquela presente no imaginário romântico brasileiro, que, afinal, serviu como antítese metafórica no interior de uma ideologia do branqueamento – chocava-se com as avaliações das teorias racistas, as quais ganhavam espaço entre os discursos de literatos e de cientistas brasileiros no final do Império e com as quais Paula Souza pareceu concordar, estereotipando e classificando as raças de acordo com critérios subjetivos das mais às menos desenvolvidas. Já na figura dos negros, o paradoxo existe em considerar a raça a mais atrasada e, ao mesmo tempo, exaltar as qualidades de Zumbi, colocando-o em talento, inteligência e beleza praticamente no mesmo nível de Domingos Jorge Velho. No entanto, a exaltação do chefe negro nada mais refletiu do que a intenção de Paula Souza em engrandecer a figura do mestre de campos, a quem ele atribuiu a tarefa, praticamente impossível, de destruir o quilombo dos Palmares, “estado dentro do estado”, o “cancro” que resistiu a “vinte e cinco ataques” e que tantos males causava à Metrópole e aos colonos das capitâneas do Norte do Brasil.

Nesse sentido, a simpatia pelos indígenas e a consideração da inferioridade dos negros pelo autor trazem consequências nas ponderações sobre a mestiçagem entre brancos e indígenas e entre brancos e negros: enquanto os mulatos teriam herdado “o pior das duas raças” – conforme defendiam os poligenistas –; os caboclos teriam recebido os atributos positivos das duas raças das quais descendiam.

Na análise de *Palmares*, interessante foi verificar de que maneira Joaquim de Paula Souza, filho do senador e conselheiro de Estado Francisco de Paula Souza, pertencente, portanto, a uma das mais tradicionais famílias escravistas da província de São Paulo, considerou o tema da escravidão em sua ficção. Publicada no contexto abolicionista, quando boa parte da opinião pública era favorável ao fim do escravismo, a defesa do *status quo* senhorial aparece de forma bastante sutil na obra. A liberdade, em vez de ser conquistada pelos escravos por meio da fuga e da ameaça ao poder dos escravocratas, temas geralmente presentes na literatura abolicionista, vinha como uma concessão dos senhores somente aos escravos fiéis merecedores dela, isto é, que não questionavam sua condição na sociedade. Logo, para Paula Souza, o fim dos Palmares representou o restabelecimento da ordem, divergindo, assim, da opinião de autores abolicionistas que escreveram sobre o mesmo tema e que viam as investidas das forças coloniais contra o quilombo como um ataque ao gênio da liberdade.

Apesar do protagonismo dos paulistas na obra, que veio a lume durante o início do renascimento do bandeirismo na historiografia, nas artes e na literatura paulista – depois de mais de um século desde os trabalhos de Frei Gaspar da Madre de Deus e de Pedro Taques, os primeiros a delinear o mito bandeirista –, *Palmares* ganhou somente uma única versão em livro, em 1885. Isso possivelmente se justifica, menos pelo baixo talento literário do romancista, de narrativa pesada e pouco movimentada – como já ressaltado pelas resenhas da época – do que pelo momento de sua publicação, de cores ainda incertas e de um recalcado receio por mudanças sociais.

No entanto, o estudo dessa obra genuinamente paulista, excluída dos manuais de literatura, como se procurou analisar, mostrou-se relevante para compreender como um membro da elite econômica de São Paulo representou literariamente seu grupo e os subalternos, além dos eventos decisivos para a história do Império aos quais presenciou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **Jornais consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no Arquivo Público do Estado de São Paulo**

A Constituinte: órgão liberal, 1879-1880

A Província de Minas: Órgão do Partido Conservador, 1885.

Correio Mercantil, 1854

Correio Paulistano, 1903.

Diário de S. Paulo, 1866.

Jornal do Commercio (RJ), 1885.

O Commercial (SP), 1851.

- **Livros e revistas**

ABUD, Kátia. **O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições – A construção de um símbolo paulista: o bandeirante**. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, Universidade de São Paulo, 1985, p. 5-6.

ALBERT, P.; TERROU, F. **História da imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ALENCAR, José. **Demônio familiar**.

Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000164.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

ALENCAR, José. **Como e por que sou romancista**.

Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br//download/texto/bv000311.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

ALENCAR, José; FARIA, João Roberto (org.). **Dramas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 117-123.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

- ANDRADE E SILVA, José Bonifácio. **Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura**. Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, 1840, passim.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brazil, por suas drogas e minas**. Impresso em Lisboa, 1711.
- ASSIS, Machado de. “O jornal e o livro”. In: **O jornal e o livro**. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2011.
- ASSIS, Machado de. “O folhetinista”. In: **O jornal e o livro**. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2011.
- AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha: a trajetória de Luís Gama na imperial cidade de São Paulo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- BARROS, Mariana; MOREL, Marcos. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em são Paulo**. 4 ed. São Paulo: Global, 2008.
- BEAUREPAIRE-ROHAN, Tenente general Visconde de. **Diccionario de Vocabulos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.
- BROCA, Brito. **Românticos, pré-românticos, ultra-românticos**. São Paulo: Editora Pólis, 1979.
- BROOKSHAW, David. **Raça & cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura Brasileira: momentos decisivos (1750-1880)**. 12 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul; São Paulo: Fapesp, 2009.
- CANDIDO, Antonio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP, 2002.

- CARNEIRO, Edson. **O quilombo dos Palmares**. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasiliana, 1988.
- CAVALCANTE, Maria Imaculada. “Do romance folhetinesco às telenovelas”. **Opis** – **Revista da NIESC**, Vol. 5, 2005, p. 69.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. “Bandeirantes ao chão”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 30, 2002.
- CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, INL, 1975.
- COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. 9 ed. São Paulo: Unesp, 2010.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 4^a ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense; Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- DUARTE, Eduardo de Assis. “Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-Brasileira”. In: Reis, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.
- DUARTE, Paulo. **História da imprensa em São Paulo**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, USP, 1972.
- FERREIRA, Antonio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- FRANÇA, Jean M. Carvalho. **Imagens do negro na literatura brasileira (1584-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 4. ed. São Paulo : Global Editora, 2010.

- GOBINEAU, Joseph Arthur de. **Essai sur l'inégalité des races humaines**. Paris, Didot frères, 1853-1855, 4 vols. in-8°. Apud **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**. Índice dos Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1951.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**. São Paulo: Claro Enigma 2015.
- GUIMARÃES, Hélio. “Um monumento chamado Brás Cubas”. In: ASSIS, MACHADO. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2014.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
- KLEIN, Hebert S.; LUNA, Francisco Vidal. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica**. 5 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- MACHADO, Maria Helena Pereira de Toledo. **Crime e escravidão: Trabalho, lutas e resistências nas lavouras paulistas (1830-1888)**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- _____. Maria Helena Pereira de Toledo. **O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2010.
- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. **Memórias para a história da capitania de São Vicente**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- MAGALHÃES, Gonçalves; CASTELLO, José Aderaldo (org.). **Trechos escolhidos**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1961.
- MARINS, Paulo César Garcez. “Nas matas com pose de reis: a representação de bandeirantes e a tradição retratística monárquica europeia”. In: **Revista do IEB**, n. 44, p. 77-104, 2007.

- MARTINS, Ana Luiza. **Gabinetes de leitura**. São Paulo: Adusp, 2015.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCCA, Tânia Regina de. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Unesp, 2006.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquerema**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.
- MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MOISES, Massaud. **A análise literária**. 7 ed. São Paulo: Editora Cutrix, 1991.
- MOURA NEVES, Maria Helena de. “O acordo ortográfico da língua portuguesa e a meta de simplificação e unificação”. **D.E.L.T.A.**, 26:1, 2010 (87-113). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v26n1/04.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2020.
- MOREIRA, Vânia. “O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no império”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 53-77, 2010.
- MORSE, Richard M. **Formação Histórica de São Paulo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.
- NADAF, Yasmin Jamil. **Rodapé das Miscelâneas – o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.
- NETO, José Maria Bezerra. “Se bom cativo, liberto melhor ainda: escravos, senhores e visões emancipadoras (1850-1888)”. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena P. T. **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**. São Paulo: Edusp, 2015.
- PÉRET, Benjamin. **O quilombo dos Palmares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- PILON, Márcia Regina Scarpa. **O folhetim e o livro: travessias da ficção machadiana de Quincas Borba**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. (dissertação de mestrado).
- PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portuguesa (1660-1738)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

- PORTO ALEGRE, Apolinário. “Os Palmares: romance histórico”. In: **Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS**, Porto Alegre, v.3, n.2, 1997.
- REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RIBEIRO, Júlio. **A carne**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.
- _____. “Padre Belchior de Pontes”. São Paulo: Publicações Brasil Editora S&A., s. d. b., p. 147, apud, FERREIRA, Antônio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica**. São Paulo: Unesp, 2002.
- SALIBA, Elias. “História, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana”. In: DUARTE, Adriano (et al.). **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 559-561.
- _____. “Silvio Romero - certo ou errado, sempre polêmico”. **O Estado de São Paulo**, 10 mar. 2002, Cultura-Caderno 2.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. “As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro”, p. 163. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva. **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SERRA, Tania. **Antologia do romance-folhetim**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- TINHORÃO, José Ramos. **Os romances em folhetins no Brasil: 1830 à atualidade**. São Paulo: Duas cidades, 1994.
- WOOD, James. **A mecânica da ficção**. Lisboa: Quetzal Editores, 2008.

VELHO, Jorge. **Palmares: romance nacional histórico**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert & C, 1885.

- **Artigos da internet**

Sem autor. **A História da Câmara dos Deputados: Francisco de Paula Souza e Melo**. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/francisco_melo.html>.

Acesso em: 05 fev. 2020.

Sem autor. **Sobre o Centro Paula Souza**. Disponível em: <<https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza/>> Acesso em: 05 fev. 2020.

Sem autor. **Henrique Bernardelli**. Disponível em:

<<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8633/henrique-bernardelli>> Acesso em: 19 mar. 2020.